



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

IDEOLOGIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE TRÊS FORMAS DE MENSURAÇÃO

CRISLÂINI PRISCILLA NUNES DE CAMPOS OLIVEIRA

Goiânia - GO.

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: *Cristâini Priscilla Nunes de Lempes Oliveira*

Título do trabalho: *Ideologia: uma análise a partir de três formas de mensuração*

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Cristâini Priscilla Nunes de Lempes Oliveira
Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:

Paulo Sérgio
Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 20 / 02 / 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

IDEOLOGIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE TRÊS FORMAS DE MENSURAÇÃO

CRISLÂINI PRISCILLA NUNES DE CAMPOS OLIVEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Santos Mundim

Goiânia - GO.

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Oliveira, Crislâini Priscilla Nunes de Campos

IDEOLOGIA: [manuscrito] : UMA ANÁLISE A PARTIR DE TRÊS
FORMAS DE MENSURAÇÃO / Crislâini Priscilla Nunes de Campos
Oliveira. - 2019.
CVII, 108 f.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Santos Mundim.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Goiânia, 2019.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui gráfico, tabelas.

1. Ideologia Política. 2. Validade da medição. 3. Pesquisa de opinião pública. 4.
Comportamento eleitoral. I. Mundim, Pedro Santos, orient.
II. Título.

CDU 32



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIENCIA POLÍTICA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

CRISLÂINI PRISCILLA NUNES DE CAMPOS OLIVEIRA

Aos dezessete dias do mês de Dezembro de 2018, às 09h, na Sala 29 da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado da mestranda **Crislâini Priscilla Nunes de Campos Oliveira**, intitulada: *"Ideologia: uma análise a partir de três formas de mensuração"*. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores Doutores: Prof. Dr. Pedro Santos Mundim (PPGCP-UFG - Presidente), Prof. Dr. Jordão Horta Nunes (PPGS-UFG), Prof. Dr. João Carlos Amoroso Botelho (PPGCP-UFG), Prof. Dr. Lucas Toshiaki Archangelo Okado (Suplente). A candidata apresentou o trabalho e, em seguida, os examinadores a arguíram, devolvendo-lhe a palavra subsequentemente, para manifestar-se diante das indagações formuladas. Às ____ horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta, no contexto da qual foram atribuídos a mestranda os seguintes resultados:

Aprovado(a) () Reprovado(a)

Prof. Dr. Pedro Santos Mundim

() Aprovado(a) () Reprovado(a)

Prof. Dr. Jordão Horta Nunes (PPGS-UFG),

Aprovado(a) () Reprovado(a)

Prof. Dr. João Carlos Amoroso Botelho (PPGCP-UFG)

Resultado Final: _____

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, de modo a lavar-se a presente ata que, vai assinada por mim, Maria Auxiliadora Gonçalves de Souza, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, e pelos membros da Banca Examinadora. Maria Auxiliadora G de Souza.

DEDICATÓRIA

Esta dissertação é fruto do encontro do trabalho, renúncias e o esforço de muitas pessoas importantes. Por esta razão, dedico-a a minha família pela colaboração e dedicação ao me ensinar a seguir sempre pela via do conhecimento e do estudo. Ao meu esposo Alberto, por permanecer ao meu lado e me incentivar a percorrer este caminho ao compartilhar angústias e dúvidas, estendendo sua mão amiga nos momentos difíceis. E com carinho, dedico esta conquista aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás que contribuíram para que eu pudesse ser uma pessoa melhor tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, em especial, ao professor Dr. Pedro Santos Mundim.

AGRADECIMENTOS

Em busca de nossas conquistas sempre haverá alguém para dizer que nosso caminho será difícil e quase impossível. Realmente, não há conquistas fáceis. Pois são justamente as coisas difíceis que darão força para seguir no caminho certo. Em qualquer que seja o ofício, o profissional alcançará suas vitórias a partir de um espírito que traga em si a resiliência, tenacidade e obstinação para resolver aquilo que parece impossível. Na trilha que percorri para concluir este trabalho e o mestrado, digladiiei com conflitos e incertezas muitas vezes sozinha. No entanto, pessoas me serviram como apoio e companhia para que eu nunca desistisse dos meus objetivos, e merecem meus sinceros agradecimentos.

De forma especial e carinhosa agradeço ao meu companheiro Alberto Oliveira que esteve sempre ao meu lado nas vitórias e derrotas, aos meus pais Wilton Campos e Regina Nunes, por acreditarem em mim e me apoiarem juntamente com minha amada irmã Stéfanny Campos.

Agradeço aos meus amigos, Adriane Vinhal, Maria Clara, Alessandro Borges, Leonardo Giordani e Alexssandro Oliveira. Agradeço aos colegas que cultivei durante minha trajetória de mestrado, Renato Meneses, Renato Nascimento, Lays Morais, Ricardo Esteves, Adriano Costa, Fábio Vilela, Gleice Silva e em especial ao amigo Sérgio Benedito que contribuiu com todos, compartilhando o que sabia e podia para ajudar em tantas dúvidas e conhecimentos que nossa turma enfrentou.

O resultado deste trabalho é fruto de diálogos concebidos dentro do Programa de Pós-Graduação de Ciência Política da UFG, por isso agradeço e deixo mencionada a dedicação, paciência e valiosa orientação do Prof. Dr. Pedro Santos Mundim. Ao longo de dois anos e meio colocou ao meu dispor seus conhecimentos e conselhos. Agradeço também a todos os professores e professoras que fizeram parte do meu caminho de forma valorosa, especialmente o Prof. Dr. Francisco Tavares, Prof. Dr. Jordão Nunes, Prof. Dr. João Botelho, Prof. Dr. Robert Bonifácio, Prof.^a Dr.^a Camila Romero, Prof.^a Dr.^a, Denise Paiva, Prof.^a, Dr.^a Andrea Lucena e Prof.^a Dr.^a Eliane Gonçalves. Estendo meus agradecimentos à servidora Dora Souza cuja solicitude é de vital importância a todos e todas que passam pelo PPGCP.

Por fim, agradeço à sociedade brasileira e ao Estado por garantir a gratuidade do Ensino Superior, a expansão das universidades e dos auxílios de pesquisas estudantis que possibilitaram minha chegada até aqui.

RESUMO

O propósito desta dissertação é analisar três formas de medir ideologia a partir de cinco modelos para responder a seguinte pergunta: qual a melhor forma de medir ideologia levando em consideração esquemas cognitivos, valores e comportamento? O objetivo é analisar e apresentar os problemas de operacionalização do conceito em relação à validade e confiabilidade dos indicadores. Para isso, buscou-se correlacionar o voto dos goianienses para presidência da república e governo do estado à escala de autoposicionamento ideológico clássica, onde 1 significa ser de esquerda e 10 de direita; a uma nova configuração do indicador clássico de ideologia a partir da solução proposta por Wood e Oliver (2012) que considera o grau de escolaridade dos entrevistados; e a um índice de ideologia derivado de uma bateria de perguntas e repostas forçadas com questões sobre temas ligados a valores econômicos, morais e sociais e; variáveis de controle. Os dados utilizados foram provenientes do Estudo Eleitoral Goianiense (ESEG) realizado no ano de 2015 com 1200 goianienses. Para a consecução do objetivo determinado, optou-se pelo método de regressão logística binária para estimar coeficientes determinantes do voto em relação aos modelos de mensuração ideológica. Os modelos de mensuração ideológica, em síntese, não apresentaram força explicativa ao levar em consideração o baixo valor dos coeficientes de determinação estimados. Entretanto, ao utilizar critérios de seleção de modelos como Akaike e Bayesiano, mesmo que com coeficientes não significativos, a escala clássica de autoposicionamento foi o melhor modelo que conseguiu explicar ideologia e voto.

Palavras-chave: ideologia, validade da medição, pesquisa de opinião pública, comportamento eleitoral.

IDEOLOGY: AN ANALYSIS FROM THREE FORMS OF MEASUREMENT

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze three ways of measuring ideology from five models to answer the following question: what is the best way of measuring ideology taking into account cognitive schemas, values and behavior? The objective is to analyze and present the problems of operationalization of the concept in relation to the validity and reliability of the indicators. For this, we tried to correlate the vote of the Goianenses to the presidency of the republic and state government on the scale of classic ideological self-positioning, where 1 means to be left and 10 right; to a new configuration of the classic indicator of ideology from the solution proposed by Wood and Oliver (2012) that considers the level of schooling of the interviewees; and to an ideology index derived from a battery of questions and forced answers with questions on issues related to economic, moral, and social values; control variables. The data used came from the Goianiense Electoral Study (ESEG), conducted in 2015 with 1200 Goianenses. In order to achieve the goal, the binary logistic regression method was used to estimate voting coefficients in relation to the ideological measurement models. The ideological measurement models, in brief, do not present explanatory power taking into account the low value of the estimated coefficients of determination. However, when using models selection criteria such as Akaike and Bayesian, even with non-significant coefficients, the classic self-positioning scale was the best model that was able to explain ideology and vote.

Key words: ideology, validity of measurement, public opinion research, electoral behavior.

Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	17
1.1. Ideologia: breve história	17
1.2. Ideologia: perspectivas teóricas do conceito	22
1.3. O antagonismo entre direita e esquerda.....	24
1.4. Ideologia e comportamento eleitoral: estudos referenciais.....	28
1.5. Ideologia no eleitorado brasileiro	32
1.6. Esquerda e direita no Brasil após a era Lula.....	35
CAPÍTULO 2	39
2.1. Mensuração ideológica	39
2.2. Ideologia: estudos de opinião pública.....	40
2.3. Validade e confiabilidade	42
2.4. Problemas do indicador	45
2.5. Solução de Wood e Oliver para um novo modelo de medida	47
CAPÍTULO 3	49
3.1. O Banco de dados utilizado	49
3.2. Descrição das variáveis dos modelos.....	50
3.2.1. Três formas de medir ideologia.....	51
3.2.1. As variáveis de controle	53
3.3. Análises empíricas dos modelos	55
3.3.1. Voto e posicionamento ideológico dos eleitores, partidos e figuras políticas	55
3.3.2. Estimativa dos coeficientes de ideologia no formato clássico	60
3.3.3. Estimativa dos coeficientes de ideologia condicionados ao nível de instrução	61
3.3.4. Coeficientes dos índices estimados de ideologia da bateria de perguntas e respostas forçadas	63
3.3.5. Escolha dos modelos de mensuração do indicador de ideologia	65

CONCLUSÕES	70
REFERÊNCIAS	74
Apêndice A - Tabelas	80
Anexo	100

INTRODUÇÃO

O processo cognitivo de decisão política individual, as habilidades de avaliar a atuação de governantes no período de eleições e, finalmente, o nível de generalização empregado por eleitores na avaliação do desempenho dos representantes eleitos, são todos influenciados pela forma por meio da qual as crenças e as opiniões são formadas (Bobbio, 1995; Converse, 1964; Downs, 1999). Por conta disso, ainda se faz nevrálgico estudar ideologia, seja por ser este um dos conceitos mais estudados pelo comportamento político na Ciência Política, ou por ainda se fazer tão presente em pesquisas de opinião pública, programas de partidos políticos e no ideário de movimentos sociais (Adcock; Collier, 2001). Além disso, é um dos temas mais complexos que envolvem fenômenos sociais e políticos por mais de dois séculos.

Na Ciência Política americana há vários trabalhos importantes relacionados ao tema, como por exemplo, os estudos de Converse (1964), seus colegas da Escola de Michigan Campbell et al. (1960), Fiorina, Abrams e Pope (2006) e Luskin (1990), entre outros. Esses autores buscaram avaliar se o posicionamento ideológico dos eleitores, tanto da elite quanto do público de massa, era capaz de nortear suas decisões. Grande parte dos estudos concluiu que eleitores da elite se mostram estruturados ao alinhar decisões ao pensamento ideológico, já o cidadão comum se mostrou ideologicamente desestruturado. A suposição é que o pensamento ideológico estruturado se restringe às elites, já que este eleitorado teria maior sofisticação política, mais acesso à informação, oportunidades e interesses quando comparado ao cidadão comum. Já a Ciência Política brasileira iniciou a abordagem do termo com outros olhares ao apontar que a escolha do voto do eleitor e suas preferências eram vistas como sinal de consistência ideológica (Singer, 2002; Carreirão 2002; 2007).

A importância desses trabalhos abriu margens para novas pesquisas no campo, pois não se pode esgotar todas as possibilidades que explicam as dinâmicas sociais e políticas. E este trabalho vai em busca de compreender e contribuir para melhor entender esses fenômenos. Para isso, lança-se a dúvida de que o uso da escala ideológica esquerda-direita não é coerente para determinar o voto dos eleitores, visto que em sua maioria, não conhecem ou não compreendem bem os significados desses termos. Se os eleitores não sabem o que é ser de esquerda ou direita, eles não podem estar situados em um sistema de posição ideológica do qual os eleitores e a elite política se coloquem em comum. Diferentes hipóteses podem ser deduzidas dos argumentos relacionados com a pesquisa sobre ideologia política. No entanto, será aqui proposto que as perguntas com indicadores de ideologia, tais como escalas, podem

apresentar problemas referentes ao autopoicionamento dada a questionável confiabilidade e validade das respostas ou, por entender que apenas o uso deste indicador sozinho para medir ideologia não seja o suficiente para determinar como o eleitor age.

Saber o que significa claramente o que é ideologia, como é seu funcionamento e para o que serve, é sem dúvida, um grande desafio aplicado no cotidiano, principalmente para o cidadão comum, longe dos jargões e das teorias impressas no campo acadêmico. No meio acadêmico e das elites, o termo se detém a ser ferramenta essencial para separar e demarcar posições de ideias e ideais. No entanto, saber como mensurar ideologia se mostra um dos papéis fundamentais para a Ciência Política, principalmente quando se deve levar em conta esquemas cognitivos, questões sociais, econômicas, valores, ideais, normas, grau de instrução e preferências. Para tanto, este trabalho procura responder à seguinte pergunta: qual é a melhor maneira pela qual a ideologia política pode ser medida ao abarcar múltiplas dimensões dos sistemas de crenças? Em outras palavras, qual a melhor forma de mensurar ideologia?

O intento do estudo é analisar três formas de medir ideologia na opinião pública a partir de cinco modelos. Para isso, buscou-se correlacionar o voto dos goianienses: a escala de autopoicionamento ideológico; a uma nova configuração da variável ideologia a partir da solução proposta por Wood e Oliver (2012); e a um índice de ideologia derivado de uma bateria de perguntas e respostas forçadas que consideram questões socioeconômicas. Busca-se apresentar se há uma baixa consistência de mensuração da escala de posicionamento ideológico em relação à validade e confiabilidade dos indicadores.

Validade e confiabilidade dos indicadores são duas propriedades estreitamente relacionadas e com papéis complementares. Enquanto a confiabilidade, consistência interna das questões, está relacionada à homogeneidade dos indicadores avaliados, a validade está ligada ao grau de certeza sobre o conceito medido (Malhota, 2001; Ramos 1987). Sob esta ótica o foco desta dissertação se divide em dois: o primeiro é demonstrar possíveis problemas inerentes ao indicador de autopoicionamento ideológico, levando em conta concepções socioeconômicas, morais e escolaridade. O segundo, avaliar a coerência sobre o posicionamento dos eleitores e o voto, isto é, se o posicionamento ideológico do eleitor é capaz de condicionar suas preferências políticas. Pressupõe-se que quando o eleitor se posiciona em uma escala dizendo-se ser de esquerda ou direita, não quer dizer que ele saiba exatamente o que significam esses termos na política. Além disso, as operacionalizações do conceito de ideologia em pesquisas de opinião podem não estar de acordo com o conhecimento do eleitor sobre o tema e seus significados.

Este trabalho se propõe a realizar um estudo com base em uma pesquisa referente a questões políticas realizada em 2015 pelo Estudo Eleitoral Goianiense¹ (ESEG), a partir de uma amostra de 1200 pessoas residentes na cidade de Goiânia, Goiás. Para a análise e interpretação dos dados foi utilizado o método de regressão logística binária para observar cinco modelos de mensuração ideológica. Com isso, buscou-se entender se as autodeclarações dos respondentes do ESEG são coerentes com suas preferências políticas que podem estar tradicionalmente vinculadas ou não às classificações teórico políticas sobre ideologia e qual o melhor método para isso.

Para compreender como analisar validade e confiabilidade do indicador de ideologia neste trabalho, para verificar a coerência dos eleitores acerca de questões políticas e ideológicas, faz-se necessário abranger conhecimento teórico sobre temas relevantes para este estudo. Posto isto, cabe ressaltar o modo como esta pesquisa foi estruturada.

O primeiro capítulo trata sobre como o conceito de ideologia foi traçado até o século XXI e as perspectivas teóricas mais importantes acerca do conceito. Serão tratadas as concordâncias e antagonismos da díade esquerda e direita, os percursos dos estudos sobre ideologia nas teorias referenciais no comportamento eleitoral americano, o percurso dos estudos sobre ideologia no eleitorado brasileiro e suas implicações e, por fim, como o fenômeno denominado Lulismo corroborou para uma confusão ideológica no país.

No segundo capítulo serão feitas as discussões acerca da mensuração, sobretudo a ideológica, como ideologia foi empregada nos estudos de opinião pública e comportamentais. Posteriormente, será abordada a preocupação em relação à validade e confiabilidade de indicadores, operacionalização correta de conceitos, os problemas do indicador e a solução proposta por Wood e Oliver (2012) para minimizar possíveis erros de consistência interna, este capítulo ressalta o quão difícil pode ser a tarefa de medir o comportamento dos indivíduos.

¹ O Estudo Eleitoral Goianiense (Eseg) é uma investigação parte do projeto de pesquisa “O Comportamento Político do Eleitor Goianiense” elaborado por uma equipe de professores (Pedro Santos Mundim – Coordenador; Denise Paiva Ferreira; Francisco Mata Machado Tavares; João Carlos Amoroso Botelho) da Universidade Federal de Goiás. A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), sendo a pesquisa de campo realizada pelo Instituto Verus Assessoria & Pesquisa. O período de entrevistas foi de 14 de novembro de 2015 a 17 de janeiro de 2016 com 1200 entrevistados na área urbana de Goiânia, Goiás. A pesquisa utilizou como fonte de dados para a elaboração da amostra o Censo de 2010 e os dados do Tribunal Superior Eleitoral de 2012 e foi realizada com margem de erro de +/- 2,9% com 95% de confiança.

No terceiro capítulo será apresentado o banco de dados do ESEG (2015), as descrições das variáveis utilizadas na pesquisa e serão exibidos os dados e as análises dos mesmos na busca de apontar qual o melhor método para medir ideologia, ao levar em conta fatores importantes que contribuam para uma melhor medida e a coerência dos eleitores relacionada às suas preferências políticas.

Ao cabo, as conclusões, que sugerem que apesar de todos os modelos estudados apresentarem coeficientes inconsistentes e com baixo poder explicativo, o modelo da escala clássica ainda é a melhor forma de medir ideologia, seguido pelo modelo de interação da escala ideológica com escolaridade como sugeriu Wood e Oliver (2012). De modo geral, os eleitores não possuem preferências estruturadas e coerentes quando relacionado o voto com outras variáveis explicativas.

CAPÍTULO 1

Este capítulo está dividido em seis seções. A primeira aborda a gênese da ideologia a partir do século XIX e sua trajetória até o século XXI, considerando sua divisão em categorias multidimensionais, o suposto desaparecimento dessas divisões e seu ressurgimento e superação na Ciência Política. A segunda seção traz alguns apontamentos teóricos importantes acerca do tema. A terceira apresenta discussões acerca da divisão esquerda e direita de ideologia que balizará as análises que serão feitas a partir do capítulo três. A quarta traz os percursos dos estudos sobre ideologia no comportamento eleitoral, com a abordagem de estudos referenciais para o tema. Já na quinta seção trará a discussão sobre ideologia nos estudos eleitorais no Brasil e algumas concepções do impacto da ideologia no eleitor. Na última seção abordar-se-á como o fenômeno nomeado Lulismo agiu nas concepções de ideologia do eleitorado brasileiro.

1.1. Ideologia: breve história

A partir de uma abordagem histórica do termo ideologia quanto sua gênese, remete-se inicialmente à Revolução Francesa entre 1789 a 1799 que prosperou sob a égide das instituições republicanas francesas. Em 1795 foi fundada pelos chamados ideólogos o *Institut de France* formada por intelectuais que defendiam ideais republicanos e liberais. O filósofo iluminista francês Antoine Destutt de Tracy, à frente do instituto, propôs a unidade lexical *ideologia* ao publicar *Elements d'Ideologie* composta por cinco volumes e foi cunhado em cima do que significava uma ciência das ideias. Destutt de Tracy propunha que intelectuais deveriam analisar a psicologia/consciência humana através de uma perspectiva biológica para estudar a formação de ideias exercendo a razão. Ele categorizou a ciência das ideias em três aspectos: (1) ideologia quanto ao sujeito, (2) gramática geral quanto ao meio e a (3) lógica quanto à razão (Knight, 2006; Strath, 2013; Jost et al., 2008).

No período em que o *Institute de France* exercia suas atividades, era visto com grande prestígio no papel de difundir estudos científicos e políticos aos moldes da Revolução Francesa. No entanto, no início do século XIX, Napoleão Bonaparte reprovou a atividade dos ideólogos com a necessidade de firmar seu poder e agradar à Igreja. Napoleão Bonaparte fora membro do instituto em 1797 e tinha total apoio dos membros até o golpe em 1799. Ao temer os efeitos de suas ações na sociedade francesa começou-se, então, a caça pelo *Institute de*

France do qual Destutt de Tracy seria membro. Bonaparte argumentava que o estudo das ideias consistia em manipulação e estavam em desacordo com as lições da história, da realidade, do sentimento dos homens e contra a ordem natural. Em suma, ideólogos ganharam a ira de Napoleão por seu apoio ao direito dos homens em oposição à sua ditadura, qualificando-os como irracionais ao princípio democrático, manipuladores de ideias e deformadores da realidade. Ideologia passou a ser, então, nomeada como um termo pejorativo e como teoria abstrata e irrealizável. No século XX, ideologia ainda designava a concepção de Bonaparte, como convicções filosóficas, sociais e políticas. O significante de ideologia era marcado por qualquer pensamento doutrinário e dogmático (Strath, 2013; Henning, 2007; Knight, 2006).

Importante ressaltar que a divisão dicotômica de ideologia – entre esquerda e direita – se derivou também a partir da Revolução Francesa, utilizadas para distinguir forças no parlamento. Essa divisão ainda representa mais do que apenas um conjunto de ideias, mas de programas que divergem e se contrapõem nas avaliações da realidade e, por conseguinte, refletem na ação política (Bobbio, 1995). A distinção tem se aprimorado desde sua criação, assim como o conteúdo de seus significados variou conforme o tempo. No entanto, a divisão ideológica entre programas e projetos continua viva e latente.

Mesmo que não se identifique uma definição absoluta e sistemática do tema, uma concepção melhor desenvolvida e mais complexa do tema – ideologia – teve início com Karl Marx² e Friedrich Engels em *A ideologia Alemã* publicado em 1845. Marx estava familiarizado com a linha de pensamento dos ideólogos franceses e a reprovação de Bonaparte. Em seus primeiros escritos desafiou a ideologia liberal e a concepção hegeliana de Estado, identificada como uma razão para opressão de classe que dava sentido à falsa consciência, o que significava contradições da realidade e da teoria criada até então (Larrain, 1983). Ao escrever *A ideologia alemã*, Marx e Engels seguiam o mesmo entendimento de Bonaparte sobre ideologia, e faziam uma comparação entre os ideólogos franceses com os jovens hegelianos como Feuerbach, Bauer e Stiner. Assim como Bonaparte remetia ideologia a um termo pejorativo com uma concepção negativa, Marx e Engels faziam o mesmo com seus compatriotas que tinham trabalhos semelhantes, nas mesmas condições sociais e políticas atrasadas da Alemanha (Thompson, 2011).

² Mesmo ocupando uma posição central na história ao escrever *Ideologia Alemã* como uma nova perspectiva crítica e teórica “as maneiras como lidou com os vários assuntos e os vários pressupostos que estavam ligados a seu uso não são nada claros” (Thompson, 2011, p. 49).

Em suma, ideologia foi tratada e identificada como um produto social que remetia à “consciência invertida” do mundo real com uma “falsa consciência” socialmente necessária. O termo de acordo com a tradição marxista é entendido como descrição da realidade na forma de consciência política das classes, porém, apresentada de forma negativa e impregnada de ênfases e distorções correspondentes à estrutura das sociedades, sobretudo, às relações de dominações entre as classes sociais. Para Marx as ideias da classe dominante são as ideias dominantes de uma época. Isto é, a classe materialmente dominante da sociedade é ao mesmo tempo a força intelectual dominante. Portanto, ideologia está intimamente ligada a um pensamento doutrinador e à deformação da realidade. Marx desenvolveu um conceito crítico e negativo de ideologia. Entretanto, intelectuais posteriores a ele empregaram uma concepção neutra ou positiva do termo inseridos em sua tradição. Tal situação introduziu uma grande confusão e enfraquecimento na discussão do conceito de ideologia nas ciências sociais. O termo continua a ser empregado no sentido neutro para designar os sistemas de crenças políticas, valores e doutrinas de uma sociedade cuja principal função é orientar o comportamento e as atitudes individuais ou coletivas (Larrain, 1983; Marx, Engels, 1986; Mullins, 1972; Nogueira, 2015).

Posteriormente, a implicação negativa de ideologia de Marx foi reforçada por Karl Mannheim (1972), que reconhecia que a gênese da ideologia estava inserida no contexto social. No entanto, não atribui a gênese social da ideologia a grupos ou classe social. Mannheim argumentava que a ideologia é responsável em algumas situações no sentido de que “o inconsciente coletivo de certos grupos obscurece a condição real da sociedade, tanto para si como para os demais, estabilizando-a” (id., 1972, p.66). Ideologia era, então, inerentemente conservadora, tida como instrumento de grupos privilegiados ou particulares que bloqueiam a mudança social. Aos elementos conservadores se contrapõem as utopias, que se expressam pelo fato de que:

[...] certos grupos oprimidos estão intelectualmente tão interessados na destruição e na transformação de uma dada condição da sociedade que, mesmo involuntariamente, somente veem os elementos que tendem a negá-las. Eles não estão absolutamente preocupados com o que realmente existe; antes, em seu pensamento buscam mudar a situação existente. Seu pensamento nunca é o diagnosticado da situação; somente pode ser usado como uma orientação para a ação. Na mentalidade utópica, o inconsciente coletivo, guiado pela representação tendencial e pelo desejo de ação, oculta determinados aspectos da realidade. Volta as costas a tudo que pudesse

abalar suas crenças ou paralisar seu desejo de mudar as coisas” (Mannheim, 1972, p.66-67).

Para Mannheim (1972), na medida em que distorções ideológicas decorrem das condições sociais e atingem todas as pessoas, elas deveriam ser estudadas como um fenômeno total. Dada essa questão, o estudo da teoria da ideologia deveria evoluir para a sociologia do conhecimento. O que representaria não somente um novo método de abordagem da história, mas também teria um papel decisivo na atuação de intelectuais que se propusessem a trabalhar com a cientificidade (Nogueira, 2015).

Também associado ao conceito de ideologia no âmbito do pensamento de Marx e Engels, Gramsci (1891-1937) deu a reformulação talvez mais poderosa do termo no findar do século XIX. Para o autor, ideologia não tinha somente a dimensão negativa vinculada à manipulação de classe. Gramsci (1999), na verdade, envolvia todas as superestruturas³ pois seria equivocado excluir completamente os fenômenos ideológicos da vida social. Dentro desses fenômenos havia diferentes tipos de representações, ideologias e manifestações culturais nos quais alguns poderiam ser “arbitrárias, parciais e falaciosas”, já outras poderiam ser “historicamente orgânicas”, servindo como alicerce para avanços no campo do conhecimento. Deste modo, não há expressão intelectual que não esteja ligada de alguma forma à ideologia. Ao contrário do que Marx entendia ao dizer que ideologia poderia ser considerada como uma ilusão, Gramsci afirma que elas são “fatos históricos reais” e uma “realidade objetiva e operante”.

No início do século XX o termo ideologia foi raramente empregado para além das referências limitadas à filosofia política. A revolução Russa em 1917 e a consolidação do Estado Soviético em 1930 foram eventos que os cientistas políticos começaram a dar crescente atenção principalmente para os termos: comunismo, Marx-marxismo, Marx-leninismo, fascismo, nazismo e outras variantes. Esses termos associados à ideologia chegaram ao ápice nas duas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. Tal associação se deve também a acontecimentos como a Revolução Russa – associada ao comunismo – e o fascismo na Itália e na Alemanha (Knight, 2006).

O advento da II Guerra Mundial contribuiu para que o termo ideologia passasse a ser amplamente debatido para além dos “ismos”. Neste período, chegou-se a um consenso de que

³ A superestrutura de uma sociedade na concepção marxista inclui a cultura, instituições, estruturas de poder político, papel social, ritos e o Estado. A superestrutura é o ambiente no qual determinado grupo social toma consciência do próprio ser social, de suas tarefas, transformações e forças sociais (Gramsci, 1999).

havia acabado as divisões esquerda-direita. Os termos haviam perdido seus significados não havendo maiores divisões na sociedade (Lipset, 1985; Jost, 2006). O fim da ideologia proclamado por Daniel Bell (1960) e reforçado por outros autores tais como Seymour Lipset (1960) e Raymond Aron (1962), representava uma desilusão com as atitudes do governo em relação às tentativas de mudança social, políticas que convergissem às noções do comunismo, socialismo e o liberalismo de bem-estar social que atendessem as necessidades imediatas da população. De acordo com as concepções desses autores, a ideologia como significante de conversão de ideias e alavancas sociais, havia se esgotado inteiramente como produtora de ação política e social e como princípio de organização social (Jost, 2006; Knight 2006).

Ideologia começou a ser abordada não só como sinônimo das referências ao comunismo ou fascismo no início da década de 1960. Acontecia algo novo na forma com que os cientistas políticos utilizavam o conceito. Parte dessa mudança resultou dos estudos sobre o “fim da ideologia” com esforços intensificados para a definição do conceito (Knight 2006). Freedon (1996) desempenhou um esforço teórico na Ciência Política para demonstrar uma nova vertente na renovação do conceito de ideologia, mostrando-a como um importante fenômeno no campo dos estudos da filosofia política. O autor entendia ideologia como configurações distintas dos conceitos políticos e contribuiu para que o termo viesse novamente a ser reconhecido como tema relevante de conhecimento na política. O esforço de Freedon foi abrir um espaço para o estudo de ideologias como objeto da filosofia política. É um modo interessante de pensar a complexidade da vida política e a interação social frente às normas com vistas a “uma abordagem específica para o estudo do pensamento político” e ressuscitar “a análise das ideologias como um grande ramo do conhecimento” (id., 1996, p. 7).

Na tentativa de ultrapassar as concepções do uso de ideologia como análise de um pensamento político, Gerring (1997) desempenhou uma exploração para definir o termo em meio a uma coleção de definições, e estabeleceu pontos em comum entre as mesmas. Embora ideologia possa ser um conceito amplamente utilizado, é também um objeto compreendido de diversas formas. A partir dessa variante de entendimento e definições analisadas por Gerring sobre ideologia, não há, portanto, uma terminologia única ou uma definição universal do termo.

Paralelo ao debate de Freedon e Gerring sobre o campo dos estudos da filosofia política e tentativas definicionais para o termo, destaca-se o surgimento dos estudos sobre comportamento eleitoral na Ciência Política que resultou não tanto na renovação ou transformação do conceito. Mas sim, do uso da ideologia como uma transformação nas implicações e expectativas associadas ao termo. Finalmente, as teorias e a mensuração

empírica da ideologia convergiram para uma conceituação espacial do termo como forma de (auto) localização em um contínuo esquerda-direita ou liberal-conservador (Bobbio; 1995; Knight, 2006; Sartori, 1969).

1.2. Ideologia: perspectivas teóricas do conceito

Ninguém ainda apresentou uma única definição exata ou adequada de ideologia, não por falta de esforços, mas porque o termo possui toda uma gama de significados, e nem todos são compatíveis entre si. Para indicar essa variedade de significados, serão apresentadas algumas definições de ideologia atualmente utilizadas:

Gramsci (1999) abordava ideologia como um conjunto de disposições intelectuais que norteiam atitudes e orientam a ação. Adorno et al (1950) definiram o termo como um conjunto de opiniões atitudes e valores sobre como pensar o homem e a sociedade. Destacam uma ideologia total do indivíduo em relação a diferentes áreas da vida como a economia, religião e grupos minoritários. Afirmam ainda que “as ideologias têm uma existência independente em relação a qualquer indivíduo; e aqueles que existem em uma determinada época são resultado ao mesmo tempo de processos históricos e eventos sociais contemporâneos” (Adorno et al, 1950, p.2).

Em termos gerais, Lane (1962) estabeleceu que ideologia pudesse ser reconhecida como a maneira como um sistema (um único indivíduo ou uma sociedade inteira) se relaciona. As ideologias podem ser idiossincráticas e impraticáveis, mas ainda assim, compartilham as características de coerência e temporalidade. Converse (1964) concebeu ideologia como um sistema de crenças dotado de uma ampla gama de opiniões, consistência e congruência de atitudes e compreensão de termos conceituais abstratos como liberal-conservador. McClosky (1964) também abordou ideologia como sistemas de crenças e afirma que estes são “elaborados integrados e coerentes, que justificam o exercício do poder, explicam e julgam acontecimentos históricos, identificam o certo ou o errado na política, estabelecem conexões (causais e morais) entre a política e outras esferas” (id., 1964, p. 362).

Sob uma perspectiva culturalista Geertz (1989) conceituou ideologia como mapas da realidade social para a organização dos processos sociais e psicológicos, ou seja, matrizes para a criação da consciência coletiva.

Nisbet ao analisar o conservadorismo e suas implicações, definiu ideologia como “qualquer conjunto de ideias morais, econômicas, sociais e culturais razoavelmente coerentes,

possuindo uma relação sólida e óbvia com a política e o poder político” (id., 1987, p. 9). Já Mullins (1972) afirma ideologia como:

[...] um sistema logicamente coerente de símbolos que, dentro de uma concepção mais ou menos sofisticada da história, liga a percepção cognitiva e avaliativa da sua condição social especialmente suas perspectivas de futuro a um programa de ação coletiva para a manutenção, alteração ou transformação da sociedade (Mullins, 1972. p. 510.)⁴.

A partir de diversas concepções acerca do significado de ideologia, Gerring (1997) estabeleceu cinco abordagens para a compreensão e estudo desse fenômeno: (1) operacionalização – se refere ao estudo de como a ideologia se manifesta no comportamento dos indivíduos. Mais especificamente sobre como o pensamento ideológico é caracterizado pela abstração, consistência, contraste externo, linearidade temporal, racionalidade e outras características; (2) reorganização terminológica – abandono total do uso do termo ideologia face às inadequações conceituais por termos como visão de mundo, sofisticação política e sistema de crenças; (3) História intelectual – formação conceitual a partir de uma ou mais obras de diferentes autores; (4) etiologia – aborda como as ideologias se originam, como se sustentam e o que as influencia em suas transformações; (5) multivocalidade – aceitação dos sentidos multivariados e contraditórios na literatura.

As cinco abordagens apresentadas por Gerring (1997) não tratam de como se chegar a conceito definitivo, dado que o autor admite que essas perspectivas possuam limitações diante da impossibilidade de encontrar a definição mais adequada para ideologia. Porém, estabelecem um quadro de todos os atributos de definições comumente associados à ideologia, de modo a facilitar a escolha de atributos fundamentais que melhor atenda às necessidades do pesquisador. Esse quadro definicional é apresentado a partir de sete categorias: localização; objeto; sujeito; posição; função; motivação e estrutura cognitiva/afetiva.

Dada à quantidade de definições, a complexidade e a falta de um consenso sobre o entendimento acerca da ideologia e sua importância, será adotada neste trabalho a perspectiva apresentada por Gerring (1997), por entender que ela vai ao encontro das necessidades conceituais desta pesquisa. Desta forma, ideologia será abordada como um conjunto de características ou símbolos dentro de uma concepção de ideias mais ou menos sofisticadas e

⁴ Tradução da autora

estáveis ao longo do tempo, unindo uma percepção de avaliação da realidade, orientadas à ação.

O fato de que o termo ideologia seja constantemente usado na Ciência Política não significa que ele seja universalmente compreendido. A maioria dos pesquisadores que empregaram esse termo apresenta mesmo que de forma básica a definição de ideologia, referindo-a como conjunto de ideias (coerentes ou não). Há também definições de ideologia como um grupo de “ismos” (liberalismo, socialismo, neoliberalismo, nacionalismo, etc.) e implicam não só em coerência, mas também crenças com outras. Portanto, somos obrigados a conceber os termos ideologia como uma dimensão ou um aspecto da política que pode (ou não) ser encontrado para se aplicar ao mundo real.

1.3. O antagonismo entre direita e esquerda

Ideologia é um fator fundamental que estrutura e divide o campo do poder desde a Revolução Francesa (1789), e atuou como forma de organização dos grupos sociais. Ao se tratar da história da divisão de ideologia entre os termos esquerda e direita, Marcel Gauchet (1997) trata sobre o processo de criação e estabelecimento da díade. Inicialmente o falso início se deu entre os anos de 1789 a 1791 na Assembleia Nacional Constituinte, dada a dinâmica das posições de políticos em setores topográficos. Em dezembro de 1789 começou-se a observar a tomada de decisões em votações sobre determinados temas se deslocarem para a esquerda e direita. Os termos ainda não tinham identidades políticas, no entanto, começaram a aparecer nas práticas parlamentares. Após a Revolução Francesa no período da Restauração, os termos esquerda e direita começaram a ser inseridos nas dinâmicas parlamentares pela monarquia constitucional em contraste com os ultramonarquistas e liberais. Nos anos seguintes, o confronto de ideias entre monarquistas e liberais tomaram formas mais violentas forçando ainda mais a divisão entre dois setores e fortalecendo a independência da díade.

A instituição do sufrágio universal em 1848 na França contribuiu fortemente para a adoção de identidades para os termos esquerda e direita. Representados entre vermelhos e brancos, socialistas-democratas e reacionários serviam tanto para a identificação partidária quanto para a localização no campo político. No findar do século XIX, houve o fortalecimento do movimento socialista, que obrigou a partidos políticos a se reposicionarem de acordo com os grupos políticos e ideais criados. A noção da intervenção do Estado na atividade econômica inseriu uma nova forma de pensamento sobre o que era ser de esquerda e direita na literatura

sobre ideologia. Quanto mais havia enfrentamento político, mais a díade absorvia seus significados próprios, e esquerda e direita passaram a comportar diversos partidos e não existiriam se não houvesse dois lados definidos (Neves, 2005; Gauchet, 1997).

O sufrágio, a instituição do governo representativo e o conflito de posições contribuíram para os cidadãos começassem a entender os termos de modo geral, alterando a forma como o voto era visto. Antes, o voto era tido como um ato de delegação de figuras políticas ao poder e depois, o voto como um ato de representação e identificação política e partidária. A complexidade dos debates exigia do cidadão o conhecimento de como se posicionar, identificar e se situar no campo político (Gauchet, 1997).

A divisão da ideologia entre polos de esquerda e direita se deu a partir de várias concepções, visões de mundo e projetos sociais e políticos diferentes. As noções de esquerda e direita não ficaram estáticas no tempo, tendo o significado de ideologia em constante mudança ao longo da história tendo também como marcos principais a Primeira e Segunda Guerra Mundial (Knight 2006).

Paulatinamente fala-se de crise de ideologias. No entanto, ideologias não deixam de existir. O que acontece é que significados foram substituídos por outros e que talvez nunca deixe de existir. Para Bobbio (1995), não há nada de tão ideológico dizer que ideologia está em crise, e simplificar os termos esquerda e direita seria indevido. Já que os termos representam programas distintos para soluções de problemas que pertencem inegavelmente às ações políticas revestidas de interesses e valores, e não apenas de contrastes de ideias e ideais. O autor argumenta que os contrastes mesmo que ainda existindo não são os mesmos do tempo em que nasceram, e por se modificarem tanto, não são mais apenas dicotômicas, mas também anacrônicas. E podem ser hoje substituídas pelos termos liberais-conservadores, mas que não deixariam de ser mais duas palavras dicotômicas no dicionário “politiquês”.

Com muitas divergências sobre a exata definição do que ideologia de esquerda e direita significam na literatura e no mundo, ainda estamos propensos a nos perguntar se estes termos perderam os significados ao longo do tempo, e se empregam algum sentido. Contudo, ideologia não deixa de ser relevante e cabe aos cientistas políticos pesquisar qual papel da ideologia inserido no comportamento político atual. Desta maneira, não é possível desconsiderar as palavras esquerda e direita defendidas em seminários, estudos, pesquisas de opinião pública, movimentos e discursos políticos. Embora esses termos possam apresentar diversos significados, muitos renegados, os termos esquerda e direita ainda carregam significados idiossincráticos a ponto de servirem como “armas” para se engrandecer ou insultar àquilo que está fora do seu campo (Bobbio, 1995).

Em concordância com Bobbio (1995), Cochrane (2012) afirma que a divisão esquerda e direita não diminuiu em importância com o tempo, e o significado dessas palavras não existe de um país para o outro, para cada pessoa, ou de um período a outro. Pelo contrário, a linguagem dos termos esquerda e direita descreve um padrão significativo, perceptível e quantificável de desacordo político que persiste ao longo do tempo e entre países. Longe de ser pouco útil na Ciência da Política, a própria persistência e diversidade da esquerda e da direita refletem fenômenos que devem ser de interesse central para o campo de estudo. O desacordo político da díade esquerda-direita destaca os fenômenos de difusão ideológica. Este fator fornece uma oportunidade para examinar como as pessoas veem, classificam e se orientam para o mundo político.

No que se refere à divisão do conceito de ideologia em um contínuo esquerda e direita, pode-se afirmar que são termos dicotômicos tanto por se dividirem em ideologias e movimentos diferentes, quanto por apresentarem conflitos de pensamentos e ações. Por serem dicotômicos, os sentidos de esquerda-direita são excludentes entre si, pois ou se é um ou se é outro e não os dois simultaneamente. Resulta deste dilema que os movimentos só podem tomar como doutrina somente um dos lados. E, por mais que os termos esquerda-direita venham sendo constantemente contestados ao longo do tempo, as expressões continuam usuais na linguagem política (Bobbio, 1995).

Historicamente, os conceitos foram usados para catalogar dois modos distintos possíveis de ideias políticas nem sempre únicas. Mas o que distinguiria esquerda de direita? Bobbio (1995) ressalta que esta distinção seria em relação ao posicionamento no que tange à igualdade. Já distinguir o termo direita, é tender a crer que as desigualdades são naturais e inevitáveis. Enquanto a esquerda considera a desigualdade como um fruto da construção social e passíveis de serem modificadas ou extinguidas pelo Estado.

O autor pressupõe que a resposta à pergunta 'igualdade sim, mas entre quem, em relação a que e com base em quais critérios?', seria capaz de levar um indivíduo, um partido ou governo a se posicionarem em um determinado ponto em uma linha onde há esquerda de um lado e a direita de outro. E embora os dois lados possam realizar reformas, a esquerda busca promover a busca pela igualdade, reparação das desigualdades e justiça social, enquanto a direita trabalha pela liberdade individual. De acordo com Bobbio (1995) a diferença entre os dois termos pode ser resolvida quanto à avaliação da discriminação, imigração, sufrágio feminino e outras questões da realidade. Em outros termos, os movimentos e doutrinas objetivam favorecer políticas que tornem os desiguais iguais.

Bobbio (1995) afirma ainda que em sociedades democráticas há lugar para novos tipos de grupos e disputas programáticas, e que “tais grupos às vezes se contrapõem, às vezes se superpõem, em certos casos se integram para depois se separarem; ora se aproximam, ora se dão as costas” (id., p. 35). Deste ponto de vista não há como determinar apenas duas únicas partes contrapostas de ou-ou. Mas isso não implica o fim das divisões esquerda-direita, pois entre essas posições há um meio intermediário, representado como “centro” e simbolizado como a forma de nem-nem. O autor destaca que em democracias com pluralismo acentuado o denominado centro, tende a “ocupar a parte mais ampla do sistema político” (id., p. 36).

O terceiro incluído ou centro, pressupondo a antítese entre esquerda e direita retira sua própria razão de existir e busca um espaço entre os dois opostos, não os elimina, mas impede que se choquem. Na prática, diz Bobbio (1995), uma política de centro idealmente se apresenta como uma superação à separação dos dois extremos. E apresenta-se como uma práxis sem doutrina. A combinação esquerda-centro-direita é reagente de cenários em crise como uma reação do esgotamento da “vitalidade histórica de uma antítese” (id., p. 39).

As definições de Bobbio sobre esquerda e direita são referências em grande parte do estudo da díade ideológica. No entanto, necessitam de um pouco mais de refinamento ou um complemento como Giddens (2001) se propõe a fazer e que ambas as definições serão tidas como parâmetro para as análises que este estudo se propõe a fazer⁵. Aqueles que buscam se posicionar à esquerda não buscam somente igualdade dos indivíduos, mas acreditam também que um governo deve desempenhar um papel central para se chegar a este objetivo. “Ser de esquerda é acreditar numa política de emancipação. A igualdade é importante, sobretudo por ser relevante para a oportunidade de vida, bem-estar e autoestima das pessoas”. A direita traz referências à conservação da tradição ou da “sabedoria herdada do passado” (id., p. 51).

Colocar ideologia em um contínuo de esquerda-direita ou liberal-conservador parece ser uma forma mais explícita ou mais fácil de definir ideologia, presumivelmente de modo universal para pesquisadores. No entanto, estas dimensões de ideologia podem não parecer tão claras ou explícitas para os membros fora desse universo, ou para o chamado “público de massa”.

⁵ O objetivo central deste trabalho não é se apegar a extenso debate acerca do que é ideologia. Mas sim, trazer definições que possam ser utilizadas para operacionalizar o conceito para a sua utilização em pesquisas de opinião pública.

1.4. Ideologia e comportamento eleitoral: estudos referenciais

Nos estudos relacionados às ciências sociais e comportamento político, de modo geral, prevalecem duas concepções sobre ideologia: a primeira delimitada a um sistema de crenças, com uma configuração mais ou menos coerente de ideias, estabilidade, consistência e sofisticação política relacionada à avaliação da realidade social e objetivos que a sociedade ou indivíduo se propõe (Campbell, 1964). A segunda concepção está entranhada ao pensamento marxista a qual ideologia não precisa contemplar nenhuma das características anteriores. Pelo contrário, ideologia “possui um sabor motivacional que reflete uma orientação básica a favor ou contra o sistema social existente” (Jost et al., 2008. p. 127).

Os autores de *The American Voter* (Campbell et al., 1960), da escola de Michigan⁶, desempenharam um importante papel no estudo sobre ideologia. Eles investigaram se o posicionamento ideológico era capaz de nortear decisões políticas no amplo eleitorado. Embora a maior parte do debate tenha sido realizado em termos metodológicos, buscaram também saber se os cidadãos eram competentes para entender e agir sobre os assuntos políticos de forma estruturada.

A contribuição de Converse (1964) com *The nature of belief systems in mass publics* foi a mais proeminente para este debate. O autor sugeriu que a identificação partidária deveria ser considerada de maneira estruturada. A ideologia estaria ligada a um sentido psicológico e afetivo. O processo cognitivo de um indivíduo seria formado por decisões baseadas na memória e avaliações, levando em conta expectativas e realidades acerca da política. Nesta direção, quando se passa das crenças da elite para a das massas, o impacto de valores mais gerais e abstratos deixa de ser influente e o alcance das opiniões torna-se mais restrito. Tal identidade se formaria no seio familiar, onde há uma cristalização política durante os anos de formação social, política e moral dos indivíduos⁷.

Converse (1964) conceituou sistema de crença como uma configuração de ideias e atitudes na qual seus elementos estão ligados por algum tipo de dependência funcional ou coação. A presença de coação significa que a mudança em uma ideia do sistema de crenças tende a “psicologicamente” requerer alguma mudança compensadora no *status* de ideias

⁶ Quando se trata sobre os estudos da escola de Michigan, autores referem-se a Angus Campbell, Philip Converse, Warren Miller e Donald Stokes.

⁷ Para os eleitores em contraste agudo com aqueles da elite, a preferência partidária parece em larga escala, baseado em um sistema de crenças idiossincrático, relativamente desconectado das posições em relação a itens específicos (Converse, 1964). Desta maneira, podemos determinar a relação do indivíduo com a escolha partidária firmado em uma identificação psicológica e não racional.

situadas em outras partes da configuração do sistema. Portanto, o autor refere-se ao sistema de crenças estruturado à forma pela qual ideias e atitudes se correlacionam. Afirma, também, que se o eleitor tiver pensamentos ideológicos coerentes e estruturados, espera-se que ele escolha seu voto de acordo com seu sistema de crenças.

Para Converse (1964) a ideologia deve ser um fator capaz de restringir o comportamento do eleitor e mover suas ações políticas. Quando uma pessoa se diz ser de esquerda ou direita, suas atitudes, comportamento e preferências políticas devem surgir em de acordo com sua ideologia. Os resultados de seus estudos revelam, no entanto, que não há constrição ideológica no público de massa. E, por esta razão, a massa é mais volátil em relação à política, movendo-se de um lado para o outro conforme os benefícios esperados, enquanto a elite é mais estável em relação às suas ideologias e sistemas de crenças, tendo clareza das convicções que lhes move. Deste ponto de vista, a ideologia, ou a capacidade de pensar ideologicamente, torna-se entranhada com sofisticação política.

Luskin (1990), ao contrário, aponta que ideologia não pode ser vinculada apenas à sofisticação política e que pessoas sofisticadas são frequentemente associadas a um alto nível de interesse político, participação constante nos eventos políticos e que votam. São indivíduos que são capazes de detectar e perseguir seus interesses com mais atenção às propostas gerais em eleições do que em candidatos, são menos propensos às alienações midiáticas e mais racionais. Os indivíduos considerados não sofisticados são aqueles que demonstram pouca atenção aos seus interesses e não se sentem encorajados a persegui-los. Apresentam maior facilidade de serem manipulados, não são aptos para discutir ou participar da política e preferem candidatos a assuntos políticos.

Pode-se dizer que os indivíduos têm certo nível de conhecimento sobre política e que a grande maioria tem potencial para aprendê-la e/ou se aperfeiçoar. Luskin (1990) apresenta três condições nas quais o comportamento está condicionado: oportunidade, capacidade e motivação ou interesse. No entanto, a estrutura de crenças de massa aparenta ter certa ordem cronológica e a questão passa a ser o acesso à informação sobre política e que as crenças do cidadão comum giram em torno de preocupações mais concretas voltadas ao lar. Além disso, em alguns setores, podendo ser entendido aqui como classes sociais mais abastadas, têm acesso privilegiado a informações, enquanto outros não têm sequer acesso (Converse, 1964).

O conceito de sofisticação política estabelecido por Converse (1964) está na capacidade de envolvimento político de um indivíduo, o interesse sobre a política e a tendência deste indivíduo para conceituar e julgar ações políticas. Para que haja coerência entre atitude e ideologias, deveria haver uma relação positiva das atitudes de um indivíduo que diz ser

liberal ou conservador, ou, de esquerda e direita e suas preferências políticas. A dedução conversiana compreende que grande parte do eleitorado americano não possui crenças que façam sentido, mesmo com relação a temas intensamente debatidos pela elite. A conclusão é a de que o cidadão comum é incapaz de desenvolver pontos de vista mais globais sobre a política. Em suma, pressupõe-se que o eleitorado compreende questões políticas de acordo com a experiência pessoal e cotidiana e se inserem em grupos sociais conforme suas concepções. Ainda que o conhecimento e a informação tenham impactos sobre a capacidade de o eleitor se posicionar em um espectro liberal-conservador, a sofisticação política depende do nível educacional.

Outro ponto de vista que surgiu a partir da Escola de Michigan como uma resposta, a saber, que o eleitorado norte-americano não é tão incompetente como foi descrito por Converse e seus colaboradores. Robert Lane (1962) utilizou entrevistas aprofundadas com entrevistados da classe média-baixa, que o permitiu descobrir entendimentos próprios sobre ideologia no comportamento dos eleitores comuns. Lane acredita que ideologias implicam em escolhas políticas diferentes de acordo com cada posicionamento. O eleitor pode tomar atitudes sem levar em conta suas crenças e que pode se mover na política a partir de noções ideológicas. Neste sentido, o cidadão comum não é desprovido de crenças políticas estruturadas, mas pode ser facilmente coagido ou confundido.

Para além da vertente psicossociológica, Downs (1999) trouxe uma perspectiva racional acerca do tema publicada em 1957⁸. Ideologia para o autor é um mecanismo que funciona a fim de minimizar custos informacionais e ser utilizada no diferencial partidário. Racionalmente o eleitor buscar maximizar seus benefícios através do seu voto, pois escolhe a opção que pode lhe trazer mais utilidade. Ideologia passa a ser uma ferramenta que funcionaria para diferenciar partidos políticos de lemas ou bandeiras de maneira simplificada. Com isso, o eleitor não precisa conhecer as inúmeras políticas que cada partido propõe no passado ou para o futuro.

O aparecimento de ideologias políticas na concepção de Downs (1999) se dá através do fator incerteza, a qual permite partidos políticos a desenvolverem ideologias (que podem ser extremamente variáveis) como armas de disputas para chegar ao objetivo máximo: o poder. Eleitores racionais podem então usar ideologia ao invés de escolher seus votos por meio de comparação entre os candidatos e antecedentes passados. Ideologia age como um mecanismo

⁸ Cronologicamente Downs publicou sua obra anterior aos estudos da Escola de Michigan, sendo um referencial para o debate dos autores posteriores.

que ajuda os indivíduos a concentrarem suas atenções em diferenças que partidos políticos possam apresentar. Eleitores então passam a comparar as ideologias partidárias e resolvem apoiar a quem mais se aproximar das suas concepções políticas e morais. No entanto, o uso do diferencial de ideologia é racional apenas em curto prazo, pois se os eleitores não sabem o que é ser de esquerda ou direita, não faz sentido situar partidos nesta mesma lógica em função desta distribuição ideológica.

Na mesma direção que Converse no que se refere aos estudos das elites e do público de massa, Fiorina, Abrams e Pope (2006) vão em busca da desmistificação do mito de que há uma grande divisão ideológica no eleitorado norte-americano. A tese é que a polarização se restringe às elites e que de modo geral, o eleitorado se mantém moderado e não apresenta uma divisão significativa. Na visão dos autores a polarização “desativa” os cidadãos e diminui a participação política. Afirmam, ainda, que em sua maioria os eleitores “não estão muito bem informados sobre política, não mantêm muitos de seus pontos de vista com muita força e não são ideológicos” (Fiorina, Abrams e Pope, 2006, p.19).

A partir do *American National Election Studies* de 1972 a 2004, Abramowitz e Saunders (2008) vão em direção contrária. Argumentam que desde a década de 1970 a polarização ideológica aumentou drasticamente entre o público de massa nos Estados Unidos e entre as elites. As polarizações são maiores entre os cidadãos mais interessados, participativos, informados e com maior nível de escolaridade. Além disso, ao contrário da sugestão de Fiorina, Abrams e Pope, os estudos de Abramowitz e Saunders indicam que a polarização estimula o eleitorado e a participação política.

Segundo Ames e Smith (2010), em períodos de polarização política como a eleições, por exemplo, os políticos enfatizam suas diferenças em termos ideológicos. Essa polarização varia em parte de acordo com o ciclo eleitoral; no período das campanhas a polarização aumenta e os eleitores aprendem a utilizar os rótulos apreendidos. Em períodos de baixa polarização, os eleitores têm dificuldades de se entender às diferenças ideológicas. No entanto, a distância entre candidatos e eleitores pode afetar os níveis de autopoicionamento no sentido de que quanto mais distante de candidatos, maiores são os níveis de identificação e estabilidade ideológica. Outros fatores que afetariam o pensamento ideológico são ambientes sociais com altos níveis de informações.

O estabelecimento dos estudos sobre ideologia no comportamento eleitoral foi uma porta de entrada para novas conceituações a partir de métodos de pesquisa, seja para entender o indivíduo, seja o coletivo. A questão é saber se o conteúdo das ideologias e as formas como ela se apresentam no eleitorado, e conseqüentemente as formas de tomadas de decisões, são

coerentes com a construção da teoria. Os critérios exigentes de definição do conceito vis a vis o entendimento de ideologia como ideias articuladas de modo lógico e coerente, devem levar em conta perspectivas alternativas diante das novas dinâmicas sociais, econômicas e culturais de cada época. Ao observar a literatura abordada, o comportamento humano tende a estar vinculado a alguma ação entendida como ideológica como crenças, atitudes e valores. Temos uma infinidade de divergências semânticas quanto a essas concepções e cada resultado é fruto de particularidades de cada processo que o pesquisador visa obter para se chegar às suas metas. Neste sentido, busca-se aqui estabelecer, sob uma visão teórica e empírica, se os eleitores sabem se posicionar ideologicamente e se suas atitudes políticas são pautadas de acordo com suas preferências políticas, e estabelecer qual o melhor método em relação à validade e confiabilidade das respostas.

1.5. Ideologia no eleitorado brasileiro

Os percursos dos estudos de ideologia no Brasil, demonstrados por Singer (2002), em 1994, observou que ao contrário do que aconteceu na bibliografia internacional, com a revalorização da ideologia como determinante do voto, a partir da década de 1970 a literatura produzida nacionalmente se manifestou em uma tendência oposta. Porém, com influência marcante dos estudos psicológicos da escola de Michigan (1960) que ressaltava a desestruturação cognitiva dos indivíduos. Arelada a essa postura, os estudos iniciados no Brasil referentes à ideologia são marcados por uma escassez de medidas empíricas a respeito da identificação ideológica e por um enfoque estabelecido de alienação ideológica dos eleitores brasileiros. Esta postura, segundo Singer (2002), foi reforçada pela desconfiança quanto ao uso de categorias ideológicas pelo eleitor brasileiro. O autor destaca quatro ondas de estudos no Brasil.

A primeira onda se deu dos anos de 1945 a 1964 e estabeleceu que as preferências partidárias e de lideranças estavam relacionadas a uma posição social do eleitor quanto ao seu posicionamento ideológico em uma escala de esquerda e direita. Cabe ressaltar que este posicionamento não chegou a ser medido de forma direta. No entanto, com o golpe militar de 1964, os estudos da primeira onda foram interrompidos para dar lugar aos pensamentos relacionados às pesquisas de Michigan, que não se referiam a uma escala de esquerda e direita. A segunda onda ocorreu a partir dos anos de 1970, com pesquisas realizadas em diversas cidades do país entre 1974 a 1978. Contudo, nenhuma das pesquisas neste período abordava o

autoposicionamento ideológico esquerda-direita. Posteriormente, na tentativa de estudar a estruturação ideológica dos eleitores, pesquisadores buscavam não medir a identificação e sim o grau da estruturação das ideias. Com a terceira onda, os estudos eleitorais sobre ideologia e sua medida em esquerda e direita foram introduzidos pela primeira vez em 1982, e marcando o fim da terceira onda estão as análises sobre a colocação do eleitor na escala esquerda-direita de Mônica Castro em 1994. A partir da década de 1990 iniciaram-se estudos que incorporavam as categorias esquerda e direita na avaliação do comportamento do eleitorado brasileiro patrocinadas pelo consórcio USP/Cedec/DataFolha (Singer, 2002).

De acordo com Singer (2002) é a ideologia que vai permitir ao eleitor fazer o reconhecimento partidário para além das políticas que defendem, e saber o papel mais amplo que jogam no processo político. Para tanto, a ideologia é uma linguagem comum aos partidos e eleitores. O autor destacou que, no Brasil, o conceito de identificação ideológica não havia sido incorporado aos estudos acadêmicos. Raros estudos tinham perguntado ao eleitor em que ponto do espectro ideológico (esquerda-direita) se localizava, e nenhum havia feito levando em consideração essa relação com o voto.

O trabalho de André Singer (2002) teve como objetivo justamente o estudo empírico da relação entre ideologia e voto nas eleições presidenciais no Brasil. Segundo o próprio autor, seu trabalho foi o segundo no Brasil que buscou tal comparação. Por mais que seu estudo tenha sido de grande importância para o desenvolvimento de pesquisas posteriores, é passível de algumas refutações quanto à maneira como o indicador foi operacionalizado.

Como não seria diferente, os termos esquerda-direita despertam controvérsias quanto aos critérios da medida entre os estudiosos, mesmo nas literaturas especializadas. Nesse sentido, Reis (2000), numa crítica ao trabalho de Singer, coloca que pesquisas que utilizam apenas a escala ideológica esquerda-direita para determinar o voto não são tão coerentes, dado que para ele a maioria dos eleitores não conhece o significado desses termos. No estudo de Singer apenas uma pequena parcela soube se posicionar no espectro ideológico em relação ao voto. Portanto, Reis (2000) coloca em cheque a tese de Singer que afirma que ideologia impacta no comportamento do eleitor brasileiro quanto ao voto. Mesmo que os eleitores possam intuir os significados de esquerda e direita a ponto de saberem se posicionar no mesmo contínuo, os mesmos não conseguem verbalizar o que esses termos significam. Se aceita esta premissa, as classificações das categorias esquerda e direita são irrelevantes para determinar o voto ou o comportamento eleitoral.

De fato, apenas mensurar ideologia no eleitorado brasileiro utilizando uma única variável determinante como a escala ideológica parece pouco. Especialmente por não levar em

conta variáveis de escolaridade, posicionamentos sobre economia, questões sociais e morais, para só então, depois de operacionalizado o conceito de esquerda e direita, poder analisar se ideologia impacta no comportamento do eleitor.

Eventualmente, é comum pensar ideologia política nos termos esquerda ou direita ou conservador e liberal como uma maneira mais fácil de estabelecer posicionamentos a certos temas. Carreirão (2002) trouxe a definição de identificação ideológica proposta por André Singer, a qual se caracteriza pela adesão a uma posição entre esquerda-direita que sinaliza uma orientação política geral do eleitor. Ambos os autores concluem que ideologia é um importante preditivo da escolha do voto e suas preferências políticas.

Carreirão (2002) reconhecia também a importância da escolaridade e sua influência no voto e na ideologia. Seus resultados são parte de pesquisas sobre a decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras feitas em 1989, 1994 e 1998. Sobre o posicionamento ideológico em uma escala de esquerda e direita, eleitores que tinham baixa escolaridade tendiam a votar em candidatos de direita, mais do que a proporcionalidade dos eleitores de nível de escolaridade superior. Essa característica seria devido à posição socioeconômica, já que a mesma variação de escolaridade ocorre em relação à renda. As relações de decisão de voto, de imagem política dos candidatos podem então, estarem relacionadas à polaridade ideológica entre esquerda e direita. Porém, essa influência varia de acordo com intensidade de informação e escolaridade dos eleitores.

No que tange à relação política e o posicionamento ideológico entre os eleitores brasileiros mais recente, Oliveira e Turgeon (2015) investigam a seguinte pergunta “as ideologias políticas de esquerda e direita são importantes para o eleitorado brasileiro?”⁹. Os autores buscam detectar se o posicionamento dos eleitores brasileiros é coerente, capaz de estruturar as preferências políticas. Sendo assim, presumem que a sofisticação política aumenta a probabilidade de a ideologia declarada restringir o apoio dos eleitores frente às políticas públicas.

⁹ Os autores avaliam o papel da ideologia no eleitorado brasileiro utilizando as pesquisas feitas pelo Estudo Eleitoral Brasileiro de 2002 e 2010. Ideologia foi mensurada através de uma escala de autopoicionamento ideológico de 11 pontos, onde 0 significava extrema esquerda e 10 extrema direita. Para se chegar aos resultados Oliveira e Turgeon (2015) agruparam posições da escala daqueles que se posicionavam e não se posicionavam. Posteriormente, o ponto do meio foi recodificado como “não se posicionam”. Foi feito também o cruzamento das respostas de autopoicionamento com questões que media a sofisticação política dos eleitores para entender as pessoas mais sofisticadas são coerentes em seus posicionamentos.

Oliveira e Turgeon (2015) constaram que há um completo distanciamento do posicionamento ideológico do eleitorado brasileiro quanto às suas preferências.¹⁰ E que conhecimento político acaba não importando no instante em que o eleitor toma suas decisões políticas. Assim, o eleitor toma suas decisões sem saber realmente bem as razões por trás delas. Ou seja, ideologia não é um fator que determina sozinho o comportamento do eleitor. Mesmo que o eleitor se posicione na escala ideológica em pesquisas de opinião pública, não quer dizer que ele saiba quais são as políticas tradicionalmente vinculadas à esquerda ou à direita. Para saber se ideologia realmente importa para o eleitor no momento do voto deve-se basear ideologia a uma combinação de perguntas. Para que ideologia tenha algum efeito sobre o comportamento eleitoral, é necessário investigar como o pensamento político é estruturado como um todo. Porque somente o autoposicionamento ideológico não parece ser suficiente para afirmar que ideologia importa para o eleitor. Os autores ressaltam a importância de ampliação do conceito de esquerda e direita de modo que temas modernos não só como economia, mas temas como casamento gay, liberalização de drogas ou aborto sejam incorporados ao conceito, temas estes que serão trabalhados nessa pesquisa através da bateria de perguntas e repostas forçadas.

1.6. Esquerda e direita no Brasil após a era Lula

Uma característica histórica do ponto de vista dos debates sobre ideologia de esquerda e direita no Brasil é o governo de Luiz Inácio Lula da Silva – de 2003 a 2010 – e seu modelo de governo. Inicialmente o Partido dos Trabalhadores (PT) se posicionou à esquerda com a lealdade de seus parlamentares e a adesão a um programa ideologicamente orientado. Apesar disso, após assumir a presidência em 2003 o partido tomou posições substancialmente moderadas, mas ainda continua a ser o alicerce da esquerda brasileira. Destaca-se também que nas eleições de 2002 e 2006, Lula da Silva principal representante do PT, procurou se destacar ideologicamente de seus oponentes na corrida presidencial. Tal roteiro é fulcral, pois o espectro ideológico esquerda-direita fornece um meio de comunicação entre os políticos e o eleitorado e àqueles que não conseguem pensar em termos ideológicos terão dificuldades em obter representação ideológica ou política (Ames; Smith, 2010).

¹⁰ Afirmando que seus estudos abrem novas perspectivas de pesquisas e [...] ajudam a sedimentar a construção de um método mais acurado para pesquisas sobre o tema. Em vez de associar a coerência ideológica exclusivamente à escolha do voto ou preferência partidária, deve-se considerar se, de fato, a ideologia restringe o eleitor quando ele estrutura todas as suas atitudes políticas. (Oliveira; Turgeon, 2015, p. 576).

A questão que se segue é: após anos de governo de um partido de esquerda os brasileiros internalizaram divisões ideológicas? Ames e Smith (2010) analisaram o caso entre 2002 e 2006 e revelaram um alto nível de não respostas e instabilidade das respostas de autocolocação. E afirmam que ideologia é em parte uma função do contexto político-social. Mesmo no nível das elites, as posições ideológicas mudaram com o tempo devido às mudanças nas crenças políticas e argumentam que mesmo com níveis muito altos de instabilidade nas respostas, não quer dizer uma incompreensão do espectro esquerda-direita.

Além disso, muitos dos que estão dispostos a escolher uma posição ideológica no espectro esquerda-direita, podem não entender completamente as posições que escolhem. Termos ideológicos podem parecer particularmente difíceis para os brasileiros entenderem. Ames e Smith (2010) consideram essa dificuldade por duas razões. A primeira, o Brasil é um país com sistema multipartidário, “que em nível baixo de polarização pode apresentar desafios à comunicação ideológica entre as elites e as massas”. Em países com baixa polarização no nível da elite, sistema de dois partidos pode facilitar a identificação ideológica. A segunda razão seria a história política brasileira. Os autores argumentam que nos últimos 40 anos os termos esquerda e direita foram politizados de modos distintos. Durante a ditadura militar, o regime militar retratou a esquerda como subversivos, comunistas, antipatrióticos, anárquicos e equivocados. Já nas duas primeiras décadas do regime democrático, um grupo de partidos de oposição ao governo liderados pelo Partido dos Trabalhadores na figura de Lula da Silva formou uma esquerda recentemente legitimada. Gradualmente o PT moderou suas posições sociais e econômicas, migrou de uma agenda socialista para uma agenda que comportava o capitalismo, mesmo assim, permaneceu o esquerdismo como porta-estandarte do partido. Durante a legislatura do PT na presidência, o partido se moveu para o centro¹¹ e de certo modo desvalorizou os conflitos de esquerda e direita. Tal cenário fez com que partidos apoiadores e opositores também se movessem no jogo eleitoral. Os partidos somente voltam às suas bases ideológicas na corrida eleitoral, assim, os eleitores brasileiros têm uma mistura complexa e confusa acerca dos termos.

O fenômeno nomeado como Lulismo é para Singer (2012) um cenário existente sob “o signo da contradição” e ainda representa a “conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento”. Esse movimento foi capaz de implementar

¹¹ Vale ressaltar que esse movimento começou antes disso, já que o Partido dos Trabalhadores já havia feito esse movimento nas eleições de 1998 e 2002 para neutralizar a rejeição de Lula para governar. A coalização com o PL e a Carta ao Povo Brasileiro sinalizou uma moderação do partido quando assumiu o compromisso da manutenção dos contratos, metas de inflação e superávit primário. Tal atitude pôde contribuir para minimizar o medo do eleitorado em relação ao radicalismo atribuído ao PT e à Lula (Carreirão, 2004).

uma “reforma gradual” no país sob um “pacto conservador”. Pois, vencido as eleições de 2002, Lula manteve a ordem neoliberal estabelecida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e decidiu a não ir de confronto com o capital, adotou uma política econômica conservadora.

A disputa ideológica vigorou entre o PT e os demais partidos enquanto o partido polarizava o sistema político nacional sendo um partido de esquerda, o que perdurou até as eleições de 2002. Os pobres votavam contra o PT e setores das camadas médias aproximavam-se dele (Singer, 2012). Entretanto, o Partido dos trabalhadores ainda continua a polarizar as disputas eleitorais e talvez tenha ganhado mais adeptos das variadas classes sociais. O eleitorado brasileiro teria aderido a uma política de governo capaz de determinar políticas ao longo prazo, a qual nem mesmo a oposição consegue escapar, políticas estas voltadas para a redução da pobreza, recomposição do salário mínimo e maior poder de compra.

Singer (2012) vê o Lulismo como uma rearticulação ideológica, “que tira centralidade do conflito entre direita e esquerda, mas reconstrói uma ideologia a partir do conflito entre ricos e pobres” (id., p.32). Portanto deixa de haver uma polarização entre esquerda e direita para uma nova díade entre ricos e pobres. Esse fator acarreta na dificuldade de o eleitor se posicionar ideologicamente. Diferente de Singer, Rennó e Cabello (2010) afirmam que o Lulismo não é resultado de um “realinhamento ideológico” com representação numa fração de classe que não consegue se organizar. Que tampouco é uma personalização da política brasileira. E o que explica o Lulismo seria em partes o voto retrospectivo que avalia o governante no poder. Os autores concluem que o Lulismo é a expressão do *não* alinhamento ideológico. E que o eleitor não alinhado é aquele que não possui preferências por partidos políticos e possui apatia não específica por eles. Estes eleitores não se apegam a uma personalidade específica e apresentam pouco nível de informação sobre política. São orientados pelos bons resultados do governo e são dispostos a “premiar” aquele que tiver um bom desempenho.

Outra perspectiva sobre os efeitos do governo Lula no eleitorado brasileiro é a de Carreirão (2007), que analisa as relações entre identificação ideológica do eleitorado brasileiro e o voto. O autor afirma que após o primeiro mandato de Lula da Silva, houve um declínio da porcentagem de eleitores que se auto identificavam ideologicamente e uma menor associação de ideologia e voto nas eleições de 2006 em relação às eleições de 2002, ou seja, houve uma “diluição das diferenças ideológicas”.

As conclusões observadas por Carreirão (2007) sobre a diluição das diferenças ideológicas são em parte atribuídas à semelhança do governo Lula e de Fernando Henrique Cardoso – com uma postura de política econômica e reformista semelhantes e a formação de coalizações que abrangeu partidos ideologicamente distantes. Mas, além disso, parte do

eleitorado associava “direita” ao governo e “esquerda” aos partidos opositores. A tomada da presidência de um partido tido como opositor ao governo corroborou para um desordenamento das noções ideológicas por parte dos eleitores.

Com vistas à literatura abordada sobre o fenômeno Lulista no eleitorado brasileiro e o entendimento do eleitor acerca dos termos ideológicos, bem como a literatura do tópico anterior, percebe-se o quanto o sistema político brasileiro, os eleitores e suas crenças são desarmoniosas. Percebe-se também o quão difícil é para a opinião pública mensurar e apontar o peso de variáveis ideológicas, e abre margens para questionamentos sobre a relevância da ideologia no voto e também o uso do indicador de ideologia do eleitor através da escala de posicionamento esquerda-direita. Desta forma, voltamos à pergunta inicial deste trabalho: qual a melhor maneira pela qual a ideologia política pode ser medida, abarcando múltiplas dimensões dos sistemas de crenças, contexto histórico, social e econômico?

CAPÍTULO 2

Este capítulo será composto por cinco seções: a primeira abordará a ideia de mensuração de ideologia, em seguida, será tratado como o termo é mensurado nos estudos de opinião; A terceira seção abordará a preocupação com a construção dados empíricos a partir de conceitos e teorias, como a operacionalização correta do conceito pode produzir dados mais válidos com a ausência de viés, mais confiáveis e sem erros inconsistentes. Na quarta seção serão apresentados alguns problemas que o indicador de ideologia traz para os resultados nas pesquisas de opinião pública. Na última seção será retratada uma solução alternativa para reduzir possíveis problemas deste indicador, alternativa que será testada neste trabalho.

2.1. Mensuração ideológica

A medição é uma ferramenta essencial para a abstração do mundo real para o mensurável. Sua aplicação se deu origem a partir das ciências físicas e tecnológicas para outros ramos de conhecimento na área das ciências humanas, utilizando como lema as instruções de Galileu Galilei: contar o que é contável, medir o que é mensurável e tornar mensurável o que não é mensurável. No sentido amplo, a mensuração é definida como um processo de atribuição empírica e objetiva de símbolos que podem ser de objetos, pessoas ou eventos no mundo real, de modo a descrevê-los numericamente (Mari, 1996; Finkelstein, 2003).

Para Silva e Costa (2014) a mensuração “é um dos meios pelas quais são acessados e descritos os dados para compreender os fatos e fenômenos de interesse” (id., p.3). E tem sido um mecanismo de estudo presente em todas as ciências. Somente a partir de um desenvolvimento mais consistente nos métodos empíricos a partir de avanços nas técnicas de mensuração, será possível mensurar de forma mais adequada variáveis de conteúdo abstrato nessas ciências.

Na definição de Carmines e Zeller (1979), mensuração é o foco elementar entre indicadores empiricamente fundamentados e os conceitos não observáveis subjacentes. Em outras palavras, mensuração é vista como um processo de vinculação de índices abstratos a indicadores empíricos. A definição é um processo que envolve um plano organizado e explícito para classificar os dados de sentido particular – os indicadores. Dada a definição de

mensuração (medida), surge a questão de como cientistas sociais vão determinar até que ponto indicadores podem representar determinado conceito.

Nas ciências sociais a mensuração da variável desejada é realizada através de escalas específicas, com o objetivo de se adaptar à natureza abstrata dos construtos. E as escalas de mensuração tem sua importância instrumental nas pesquisas de opinião, com alterações e formatos variados fundamentadas em pressuposições particulares. Uma escala de mensuração é composta por três especificidades: (1) indicadores – elementos que asseguram a operacionalização do conceito; (2) escala de verificação – apresentam números mensuráveis associados aos indicadores e; (3) regras – instruções para o uso do indicador (Silva; Costa 2014).

Assim como o termo democracia, ideologia é um dos objetos principais de pesquisas em *surveys* no Brasil. Quase todos os estudos empíricos empregam essa medida para avaliar os sistemas de crenças de algum modo. Quer seja como variável central quer seja como variável explicativa ou de controle em análises multivariadas, a ideologia tem sido utilizada amplamente para compreender diversos aspectos da política e do comportamento eleitoral. Usualmente determina-se ideologia ou posicionamentos ideológico através de uma escala, a qual postula valores equivalentes entre seus pontos, representando a mesma distância ideológica entre um ponto a outro. A escala assume uma simetria unidimensional na construção do indicador de atitudes, sendo um o oposto do outro (Liberal-Conservador / Esquerda-Direita).

Ainda assim, estudiosos questionam aspectos metodológicos para se medir ideologia e apontam preocupações conceituais sobre a operacionalização do conceito. Há, em suma, a necessidade de ampliação do conceito no desenvolvimento de estudos empíricos na tentativa de avançar em aspectos metodológicos que auxiliem em práticas de mensurações adequadas para os problemas e pautas atuais, considerando princípios e valores do eleitorado (Carmines; D'Amico, 2015; Knight, 2006).

2.2. Ideologia: estudos de opinião pública

Como já abordado neste trabalho, os primeiros estudos que se propuseram a medir ideologia empiricamente partiram da escola de Michigan. Começaram a medir ideologia a partir da dimensão esquerda-direita, com ênfase na coerência do comportamento ao longo dessa dimensão. Campbell et al. (1960) tinham uma visão de que não se podia deduzir como

os eleitores chegavam à decisão do voto. Pois, a partir de um princípio metodológico, eram necessários estudos empíricos para se entender o processo individual de estruturação dos pensamentos que levam determinado indivíduo a agir dessa ou daquela maneira. Com isso, foram realizados estudos através de um *survey* aplicado em uma amostra de eleitores nos anos de 1952 e 1956. Os resultados da pesquisa revelaram que eleitores americanos apresentavam baixo grau de estruturação política, pois as ideias logicamente conectadas não eram percebidas como tais pelos entrevistados. Desde então, a formulação espacial da ideologia havia sido adotada frequentemente nas escalas de autodeclaração no eleitorado norte-americano. Pesquisas constantemente pediam para que entrevistados colocassem a si mesmo e a atores políticos em um contínuo de extremamente liberal à extremamente conservador (Knight, 2006).

A escala que Downs adaptou¹² para sua teoria correu da esquerda para a direita simplesmente em termos tipográficos. Downs ligou-a a esquerda e à direita em um sentido ideológico ou substantivo apenas quando ele acrescentou a suposição de que todas as questões políticas poderiam ser tratadas como tendo uma influência sobre uma questão crucial – “quanta intervenção do governo deve haver?”. Essa questão foi apresentada como (0) à extrema esquerda da escala representaria o controle governamental na economia e (100) à extrema direita significaria um mercado completamente livre da intervenção do Estado. A cada intervalo da extrema esquerda à extrema direita denotava o percentual dos atores que preferiam que a economia deveria ou não ficar a cabo do governo ou das instituições privadas. Esse mecanismo ofereceu a Downs a oportunidade de classificar partidos de acordo com suas opiniões, sobretudo a questão do controle do governo que pudesse ser tido como parâmetro quase que universal para orientações entre esquerda e direita no mundo real. (Downs, 1999; Mair, 2007).

De acordo com Almeida (2001) há três formas básicas de se mensurar a ideologia: a primeira e mais usada, por meio do autoposicionamento numa escala esquerda-direita. A segunda, por intermédio de um *proxy*, que seria uma aproximação confiável da visão de mundo do entrevistado. E a terceira, através da avaliação dos valores defendidos pelos entrevistados quanto ao papel do Estado na economia e em relação a assuntos sociais.

Nos últimos 40 anos, a ideologia tem sido medida em pesquisas de opinião pública como uma única questão, que pede ao entrevistado para se auto posicionar em uma escala de

¹² Downs utilizou uma versão refinada de Arthur Smithies e Harold Hotelling que consistia em explicar a relação entre a localização de lojas concorrentes em uma rua e o comportamento de seus clientes. A versão de Downs para uma analogia espacial de esquerda e direita se trata de uma escala linear de 0-100 da esquerda para a direita.

sete pontos ou de dez pontos. Nos EUA, por exemplo, a formulação da pergunta frequentemente é a seguinte:

Aqui temos uma escala de 7 pontos em que as visões políticas que as pessoas podem realizar são colocados de extremamente liberais a extremamente conservadoras. Onde você se posicionaria nesta escala? Ou você não pensou muito nisso? (Wood; Oliver, 2012).¹³

Em estudos como Latinobarômetro e ESEB, a formulação e a escala mudam um pouco:

Pensando em esquerda e direita na política, como o(a) sr(a) se considera? Lembrando que zero significa que o(a) sr(a) é de esquerda e 10 que o(a) sr(a) é de direita.

Geralmente a pergunta é antecedida por outras questões que solicitam que o eleitor posicione candidatos ou partidos utilizando a mesma escala. Os entrevistados recebem uma opção de escolhas que podem se identificar sendo como muito ou pouco, liberais ou conservadores (esquerda ou direita). Também podem se colocar como moderados ou recusar a responder a questão.

Diferenças entre o modo de mensurar ideologia nos Estados Unidos e no Brasil parecem existir de acordo com os objetivos das análises e/ou das técnicas metodológicas. A escala esquerda e direita no Brasil passou nos últimos vinte anos por uma avaliação do seu potencial explicativo, e a tendência de enfraquecimento ou reconfiguração não parece possuir as mesmas causas nos diversos países que adotam esse método classificatório de ideologia. Deve-se voltar à atenção para o fato de que o uso dos conceitos de esquerda e direita, sem um esforço para a definição de seus conteúdos, geram riscos de a academia fazer uso dos mesmos conceitos sem se questionar quais são os seus significados em um país, períodos específicos e em diversas pesquisas (Tarouco; Madeira, 2013).

2.3. Validade e confiabilidade

Malhota (2001) definiu confiabilidade como o grau de consistência em uma escala quando se realiza mensurações repetidas das características sob análise. Pedhazur e Schmelkin (1991) indicam que validade e confiabilidade estão associadas com o menor erro possível

¹³ Tradução da autora.

quanto ao conceito que se busca medir. Os erros ligados à pesquisa são divididos em três categorias: erros ligados ao instrumento, relacionados às respostas dos entrevistados e erros quanto ao pesquisador. Esses erros podem ser reduzidos pelo bom planejamento e construção da medida. Outra opção é utilizar medidas multivariadas em que os itens de uma escala inter-relacionados podem proporcionar uma medida composta do conceito operacionalizado. Isto é, o uso de mais de um indicador proporciona uma medição mais completa do conceito. Um dos métodos mais utilizados para verificar a confiabilidade de um indicador é coeficiente α , proposto por Cronbach (1951). Este método considera a homogeneidade dos itens de uma escala e foi criado para verificar a consistência interna dos indicadores de uma escala, ou como os itens estão inter-relacionados e devem medir o mesmo constructo.

Confiabilidade e validade são propriedades distintas, porém, devem ser vistas como complementares. Ramos (1987) definiu validade de um instrumento de medida como o nível que os indicadores da escala medem com consistência interna as dimensões que foram designadas a medir. Validez de um constructo é um tema complexo por ser de caráter indireto de medição. O que se mede são manifestações de condutas dos indivíduos e não uma variável latente. Definir se um instrumento é ou não válido e o grau de validade são tarefas difíceis. O processo de validação requer repetição de um processo esquemático para confirmar as hipóteses inerentes ao constructo. E exige estudos que levem a estabelecer as covariâncias entre as variáveis da medida. Ramos (1987) diz ainda que é necessário que os distintos resultados de natureza do construto, devem ser interpretados de forma a descobrir suas contradições de acordo com os resultados de diferentes estudos.

Adcock e Collier (2001) afirmam que apesar de recentes avanços nos métodos de pesquisa na Ciência Política, pouca atenção tem sido dedicada à validade de mensuração de determinados indicadores. Os autores propõem uma resolução para esta lacuna explorando quatro temas:

1. O estabelecimento de um quadro comum que permite pesquisadores avaliar com mais eficácia escolhas complexas de conceitos vinculadas às observações de entrevistados de modo significativo, e como estas observações capturam as ideias contidas nos conceitos;
2. A necessidade de estabelecer uma distinção entre questões de mensuração e disputas sobre conceitos. O refinamento e a clareza de um conceito são tarefas fundamentais na Ciência Política, bem como conceitos cuidadosamente desenvolvidos para obter uma medida válida e confiável;

3. A especificidade contextual de termos ao explorar uma variedade de estratégias de mensuração que procuram combinar generalização e validade, com foco no contexto, pois, no que tange à contextualização, um conceito pode ser válido em um e inválido em outro; e,
4. A multidimensionalidade do termo “validade” e processos alternativos para estudos de validade de mensuração, afirmando que uma mensuração é válida quando os resultados derivados de um dado indicador podem ser interpretados nos termos do conceito sistematizado e operacionalizado no indicador.

Adcock e Collier (2001) argumentam que especificidade contextual afeta muitas áreas na Ciência Política e também pesquisadores, dado a preocupação de que um determinado item de pesquisa deve ter o mesmo significado para diferentes grupos ou segmentos da população, tais como classe, gênero, raça ou região. A preocupação é que estes grupos podem divergir sistematicamente em seus estilos de resposta, e alguns podem tender a dar respostas mais extremas ou moderadas. Para os autores as lições para a Ciência Política são claras. Qualquer avaliação empírica de validade de mensuração deve ser baseada em um conjunto de casos. Quando esses conjuntos de casos são heterogêneos a ponto de afetar a validade é necessário (1) avaliar as implicações para estabelecer a equivalência em contextos diversos e (2) adotar medidas sensíveis.

Segundo Adcock e Collier (2001) pesquisadores rotineiramente fazem escolhas complexas quando vinculam conceitos e observações. Ou seja, as escolhas sobre como conectar ideias com fatos nem sempre são válidas e/ou confiáveis. Essas escolhas levantam uma questão básica de validade de mensuração: as observações captam de maneira significativa as ideias contidas nos conceitos? Para os autores, a validade de medição está especificamente preocupada como a operacionalização e a pontuação dos casos refletem adequadamente o conceito que o pesquisador procura mensurar. O conceito estar cuidadosamente desenvolvido é por sua vez um pré-requisito importante para discussões significativas de validade de mensuração. Disputas sobre conceitos envolvem questões diferentes de disputas sobre validade e mensuração.

A validade de pesquisa é frequentemente discutida em relação aos erros de mensuração e confiabilidade. Tem-se discutido a conexão entre validade, confiabilidade e erro de mensuração, o qual pode ser sistemático (viés) ou aleatório (resultados inconsistentes). O erro de mensuração pode ser sistemático caso em que é chamado de viés já o erro aleatório ocorre quando aplicações repetidas de um determinado procedimento de medição produzem

resultados inconsistentes e então é rotulado convencionalmente como problema de confiabilidade. Em suma, pesquisadores hesitam em dar como válido um indicador que contém grandes quantidades de erros e pressupõe a ausência dos mesmos. (Adcock; Collier, 2001). Segundo Paulhus (1991) outros erros de mensuração ocorrem quando o indivíduo responde o esperado e do viés de concordância, em que os respondentes tendem a avaliar favoravelmente todos os atributos ou a dizer coisas boas a respeito do objeto analisado.

Os autores apontados consideram que os conceitos sistematizados ou de acordo com critérios pré-estabelecidos são pontos de partida para avaliar a validade de mensuração ou medições. Como se formam os conceitos? Os conceitos são variáveis em seus significados e a formação de conceitos sistematizados muitas vezes envolve escolher entre eles o número de opções de termos de uma única sistematização conceitual para transformá-lo em um dado empírico.

Dadas as questões sobre validade e confiabilidade, escolhas conceituais e a operacionalização de conceitos são o ponto de partida para a apreciação da validade, pois a grande variedade e complexidade de conceitos envolve a escolha do melhor, e essas escolhas estão profundamente ligadas à teoria. Desta forma, conceitos apropriados são essenciais para a formulação de uma teoria. No entanto, é necessária uma boa teoria para chegar a conceitos adequados e conseqüentemente a medições melhores e mais confiáveis.

2.4. Problemas do indicador

As perguntas inquiridas sobre ideologia podem variar em certo grau, com ou sem a antecipação do assunto. O grande problema desta medida é que ela presume que os entrevistados sabem o que é ser de direita ou de esquerda. Almeida (2001) questiona o uso do autoposicionamento ideológico na escala esquerda-direita. Ele argumenta que a maioria dos entrevistados não sabe expressar o significado dos termos, e os conteúdos atribuídos a essas expressões pela maioria dos eleitores são diferentes das noções que a Ciência Política busca medir. Desta maneira, qualquer mensuração de ideologia “baseada em autoposicionamento dentro de uma escala, e apresentando ao entrevistado a denominação esquerda e direita, não será uma medição válida. Assim, não é possível utilizar esta medição para análises científicas” (id., p.7).

Nosek, Grahman e Hawkins (2010) apresentam ideologia como “um sistema interpretativo composto de pressuposições sociais, heurísticas, regras, crenças e estratégias de

organização da informação que proporcionam ordem e compreensão da vida social” (id., p.550). Ideologia seria a capacidade de simplificar a complexidade e ambiguidades da vida, sendo um quadro interpretativo no qual experiências sociais são entendidas. Por este motivo os autores criticam o modo de medir a presença de ideologias a partir do autoposicionamento em uma escala, pois o foco está nas pessoas e não nas situações que as levam a este ou aquele discernimento sobre a realidade.

Outros problemas desse tipo de indicador de ideologia política é que ele ignora as múltiplas dimensões dos sistemas de crenças, mais especificamente acerca de questões morais e econômicas. Os processos de definição de medidas exigem alternativas mais adequadas de variáveis que empregam conceitos abstratos, quanto à facilidade, capacidade intelectual, velocidade, precisão de respostas ou tempo requerido. Estes problemas também podem ser derivados do método escolhido para se medir o conceito e da dificuldade do respondente em realizar a tarefa (Adcock; Collier, 2001; Costa; Silva, 2014).

Embora os respondentes se posicionem em uma distribuição previsível em uma escala ideológica, não se pode afirmar que esta autocolocação corresponde a princípios significativos, estáveis temporalmente e distinguíveis. Outro desafio metodológico é a quantidade de entrevistados que se recusam a responder ou que dizem não saber opinar sobre o assunto (Wood; Oliver, 2012). Isso evidencia que o termo ideologia e suas multidimensões podem não ter a mesma definição de uma pessoa para a outra, ou simplesmente não sabem o que significa estar de um lado ou estar de outro.

Há ainda debates sobre o ponto central da escala ideológica. Narayan e Krosnick (1996) consideram o ponto do meio como um indicativo de que o entrevistado não conhece tão bem o assunto em relação àqueles que se posicionam. Para Paulhus (1991) pode haver erros de tendência central, que ocorrem quando o entrevistado tende a colocar todos os itens no centro da escala, para evitar emitir julgamentos extremos ou para tentar ser neutro frente às questões sensíveis para ele.

Trier e Hilygus (2009) consideram que embora a retórica política hoje esteja claramente mais organizada por uma dimensão ideológica, os sistemas de crenças do público de massa ainda permanecem multidimensionais. Ou seja, respondentes em momentos de pressão tendem a se autodeclarar como moderados ou dizem não saber se colocar em uma escala liberal-conservadora ou esquerda-direita, comprometendo a confiabilidade da medida comumente usada. A incapacidade de pesquisadores explicarem as multidimensões das preferências ideológicas dos eleitores podem produzir previsões imprecisas sobre o comportamento.

Apesar dos problemas apresentados, Wood e Oliver (2012) apontam que pesquisadores ainda insistem em utilizar esta medida dissociada de outras variáveis explicativas, seja por preferirem pesquisas mais fáceis e práticas, pelos interesses em outros fenômenos ou por não quererem gastar uma enorme quantia de tempo na construção de escalas arbitrárias. Entretanto, essa insistência é em parte explicada devido às obrigações históricas e à necessidade que pesquisadores têm de trabalhar com grandes conjuntos de dados, pois são forçados a utilizarem as medidas disponíveis ao longo do tempo, mesmo que os conceitos em que buscam medir possam ganhar novos significados.

2.5. Solução de Wood e Oliver para um novo modelo de medida

Wood e Oliver (2012) propuseram uma nova estratégia de codificação alternativa para mensurar ideologia a fim de tornar o indicador mais confiável e minimizar os problemas das não-respostas. Para isso, utilizaram variáveis binárias para cada polo ideológico (esquerda-direita) e não respostas, como referência, utilizaram a categoria do centro a escala.

Para os autores o fator educação se mostra categoria primordial para se levar em consideração na mensuração ideológica dos eleitores, para corrigir possíveis problemas que possam ocorrer. Estudiosos do comportamento eleitoral tais como Converse (1964), Carreirão (2002), Oliveira e Turgeon (2015) afirmam a importância da escolaridade para se obter maior consistência das respostas dos entrevistados e melhores resultados em relação ao indicador ideologia. Wood e Oliver (2012) apontam que o esquema proposto gera estimativas estatísticas mais precisas, capta melhor a relevância de ideologia entre os mais instruídos e reduz erros de mensuração.

Em suas análises, Wood e Oliver (2012) perceberam que a escala ideológica é executável de maneira duvidosa entre eleitores que frequentaram ensino médio ou menos. Eleitores com ensino superior incompleto possuem opiniões que não são previstas de forma linear. Já para os eleitores que possuem ensino superior, a escala de 7 pontos discrimina de forma confiável as preferências políticas. Tais resultados podem sublinhar a importância de ideologia e educação interagirem entre si. Nesse contexto, os autores argumentam que pessoas mais educadas e mais engajadas são as que mais possuem algum nível cristalizado de ideologia.

Ou seja, é útil diferenciar respondentes pelo grau de instrução entre mais ou menos ideológicos, pois esta é uma das medidas mais relatadas nos questionários e, portanto,

amplamente disponível. Pessoas com 3º grau encontram-se em uma relação clara e linear entre o autopoicionamento ideológico e opinião política. Pessoas com 2º grau têm suas opiniões políticas claramente separadas entre liberais e conservadoras, embora grande parte não tenha estabilidade linear temporal. Já pessoas com 1º grau têm suas preferências virtualmente indistinguíveis em um espectro ideológico e formam o grupo de pessoas que tendem a não responder à pergunta.

Wood e Oliver (2012) sugerem que respondentes liberais com ensino médio ou menos, demonstram correlação ideológica mais baixa, enquanto os liberais com formação superior têm uma correlação mais elevada. Entretanto, o fator educacional entre os conservadores se mostra indistinguível e altamente qualificados em relação aos liberais. Neste sentido, eleitores conservadores têm suas ideologias mais fortemente ligadas às posições morais, ao passo que liberais com nível maior de escolaridade escolhem preferências políticas morais não relacionadas às suas preferências políticas econômicas. Eleitores mais instruídos demonstraram uma interação mais forte entre sua identidade ideológica com suas atitudes políticas. Para aqueles que se recusaram a fornecer uma posição ideológica ou não sabiam se posicionar, os pesquisadores os colocaram em um grupo de referência ideológica centrista, pois estes estão intensamente em conflito com opiniões polarizadas.

Os autores argumentam que pedir explicação para o entrevistado de como funciona a distribuição da escala ideológica seria uma maneira simples de chegar a uma resposta de como o eleitor vota se correlacionado com o fator educação. Modificações simples de mensuração ideológica não só podem aumentar a precisão de suas estimativas, como também podem reavaliar a relação ideológica a resultados do comportamento político, pois um sistema de crenças inclui uma gama de opiniões e atitudes consistentes, juntamente com conceptualizações abstratas de mundo.

CAPÍTULO 3

Neste capítulo será abordada cada questão pertinente para a conclusão deste trabalho no que concerne saber qual é o melhor método ou operacionalização para se construir um indicador de ideologia mais válido e confiável. Serão apresentadas a metodologia da pesquisa, banco de dados, as variáveis que foram utilizadas e os resultados e discussão dos dados.

Com base nas discussões dos capítulos 1 e 2 temos a seguinte pergunta como guia: *qual é a melhor maneira pela qual a ideologia política pode ser medida, abarcando múltiplas dimensões dos sistemas de crenças?* Em outras palavras, qual a melhor forma de medir ideologia?

3.1. O Banco de dados utilizado

O Estudo Eleitoral Goianiense (ESEG) parte do projeto de pesquisa “O Comportamento Político do Eleitor Goianiense”, elaborado por uma equipe de professores da Universidade Federal de Goiás.¹⁴ A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).¹⁵ A pesquisa de campo foi realizada pelo Instituto Verus Assessoria & Pesquisa. O período de entrevistas foi de 14 de novembro de 2015 a 17 de janeiro de 2016 com 1200 entrevistados na área urbana de Goiânia, Goiás. A pesquisa utilizou como fonte de dados para a elaboração da amostra o Censo de 2010 e os dados do Tribunal Superior Eleitoral de 2012 e foi realizada com margem de erro de +/- 2,9% com 95% de confiança.

O objetivo do estudo é testar e comparar três formas de medir ideologia em relação à validade e confiabilidade dos indicadores, e correlacioná-las. Com isso, busca-se apresentar se há uma baixa consistência de mensuração da escala de posicionamento ideológico e, também, verificar a coerência sobre os posicionamentos dos entrevistados. Buscar-se-á correlacionar o voto dos eleitores a três formas de medir ideologia: uma (1) escala de autoposicionamento ideológico entre esquerda, centro e direita; a um (2) índice de ideologia derivado de uma bateria de perguntas com respostas forçadas que consideram questões políticas, econômicas, sociais e morais como sugerido por Oliveira e Turgeon (2015); e a (3) nova configuração da variável

¹⁴ Pedro Santos Mundim – Coordenador; Denise Paiva Ferreira; Francisco Mata Machado Tavares e João Carlos Amoroso Botelho.

¹⁵ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás Edital: CH 05-2012 - FAPEG UNIVERSAL. Projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFG – parecer nº 895.541 em 30/11/2014.

ideologia a partir da solução proposta por Wood e Oliver (2012). Desta maneira, será possível responder qual dessas três formas é a melhor ferramenta para medir ideologia.

A preferência pelo ESEG se deu pela boa compatibilidade do questionário com as referências teóricas que este trabalho se propôs a trabalhar e pela intenção de conseguir mensurar o comportamento político do eleitor goianiense de acordo com os objetivos ao analisar ideologia. Para a interpretação dos dados¹⁶ optou-se pela regressão logística binária para estudar o comportamento de um conjunto de observações, com o objetivo de produzir neste trabalho cinco modelos que permitam a predição de valores tomados por variáveis binárias a partir de uma série de variáveis explicativas. Para analisar os dados e obter os modelos de regressão foi utilizado o software estatístico STATA¹⁷.

3.2. Descrição das variáveis dos modelos

Para entender se ideologia é um preditivo de voto e avaliar qual é o melhor modelo de mensuração, utilizou-se como as principais variáveis dependentes os votos para presidente e governador do estado de Goiás no primeiro (P5 e P6)¹⁸ e segundo turno (P8 e P9) do questionário do ESEG 2015.

As variáveis dos candidatos a presidente no primeiro turno das eleições de 2014 foram codificadas da seguinte forma: Dilma Rousseff = 29.62%, Aécio Neves = 39.58%, Marina Silva = 10.72%, Outros = 1.94% e Não voto (brancos, nulos e não respostas) = 18.14%. Para o segundo turno das eleições as variáveis foram codificadas como: Dilma Rousseff = 29.82%, Aécio Neves = 47,2% e Não voto = 22,97%. Já para os candidatos ao governo do estado de Goiás as variáveis foram codificadas como: Marconi Perillo = 36,72%, Íris Rezende = 29,53%, Vanderlan Cardoso = 10,58, Outros = 3,38 e Não voto (brancos, nulos e não respostas) = 19,8%. No segundo turno os candidatos que concorreram ao cargo de governador do estado foram: Marconi Perillo = 38,89%, Íris Rezende = 35,37% e Não voto = 25,73%.

As variáveis de memória do voto foram correlacionadas levando em conta o perfil ideológico do partido dos candidatos, com variáveis de controle *versus* posicionamento ideológico dos entrevistados.

¹⁶ ¹⁶ O banco de dados do ESEG pode ser solicitado ao coordenador da pesquisa no e-mail <psmundim@ufg.br>.

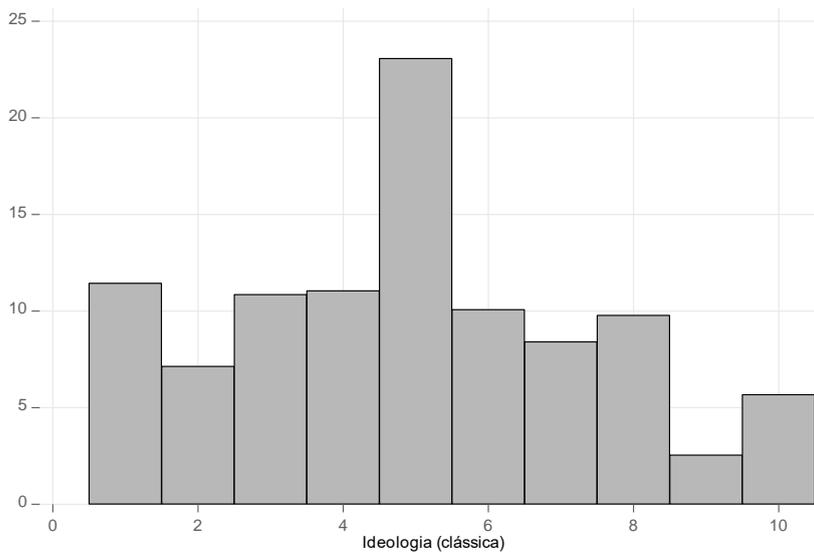
¹⁷ As sintaxes das análises desta dissertação podem ser solicitadas no e-mail <crislaininunes@gmail.com>.

¹⁸ Número da questão no questionário do ESEG disponível no Anexo.

3.2.1. Três formas de medir ideologia

As variáveis independentes mais importantes para determinar qual melhor modelo para medir ideologia em relação ao voto são as variáveis ideológicas. A primeira variável que compõe o **modelo 1** é a **escala clássica de autoposicionamento ideológico**. No questionário do ESEG 2015 a ideologia é mensurada com o auto posicionamento do respondente em uma escala que vai de 1 a 10. A pergunta P26 do questionário que foi feita aos entrevistados foi: *Nesse cartão há uma escala, de 1 a 10, na qual o número 1 significa “esquerda” e o 10 significa “direita”. De acordo com o sentido político que os termos “esquerda” e “direita” têm para o(a) sr(a), onde o(a) sr(a) se situa nesta escala?* O indicador obteve um mínimo = 1, máximo = 10, média = 4.95 e desvio-padrão = 2.48, para um N = 1023. A distribuição dos dados da variável pode ser vista no Gráfico 1.

Gráfico 1: Autoposicionamento ideológico dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

A segunda forma de medir a ideologia do **modelo 2** – educacional - é a derivada da **proposta de Wood e Oliver** (2012). Segundo os autores, o problema do indicador de ideologia, quando mensurado somente com a escala de autoposicionamento, ignora a multidimensionalidade dos sistemas de crença, especialmente no que diz respeito às questões morais em relação às preocupações econômicas. Isso pode levar a uma confusão de ideias e moderação ideológica com a incerteza ou ignorância, particularmente, aos entrevistados que se recusam a responder.

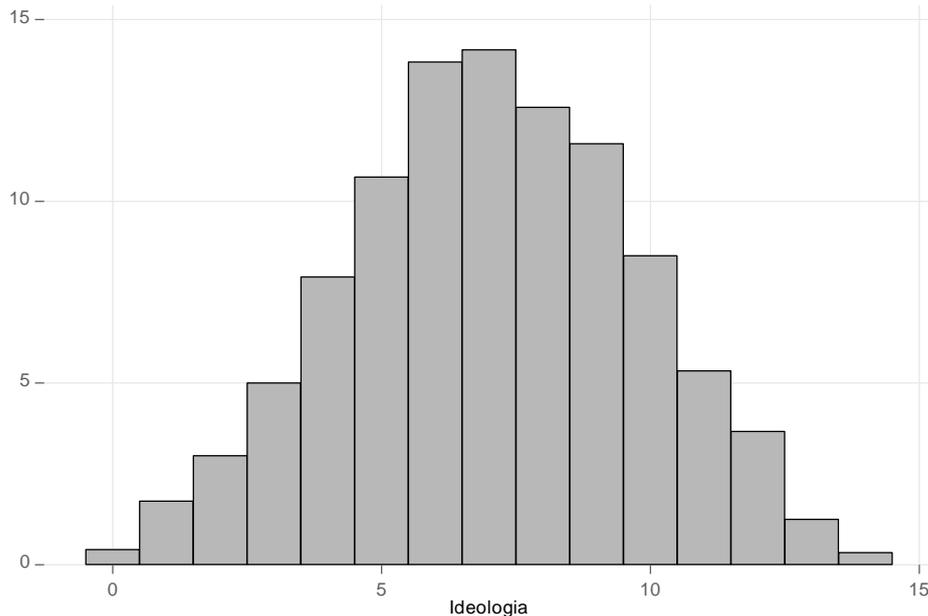
Em pesquisas de opinião pública, a escala clássica de autopoicionamento ideológico geralmente apresenta uma alta taxa de não respostas, o que retoma a discussão para a real compreensão dos significados de esquerda e direita entre os entrevistados. A proposta de Wood e Oliver é apresentar uma nova forma de medir ideologia para reduzir os problemas de inconsistência em relação às não respostas, tornando-o um indicador mais confiável. Desta forma, entrevistados que se posicionaram na escala clássica de autopoicionamento ideológico no questionário do ESEG 2015 entre 1 e 4 foram classificados como esquerda; os que se posicionaram entre 6 e 10 como de direita; e os que não responderam como “sem ideologia”. Esses indicadores foram interagidos com a medida de escolaridade para o nível médio e superior. Esse modelo permite capturar a multidimensionalidade de preferências dos cidadãos em todo o espectro ideológico, pois cada polo ideológico fornece uma estimativa assimétrica da opinião pública, além de uma melhor relação entre a estimativa ideológica *versus* educação, isolando os efeitos de crenças entre os mais propensos a utilizá-los.

Por fim, a terceira forma de medir ideologia é derivada de um índice criado a partir de uma **bateria de perguntas e respostas forçadas**¹⁹ presentes no questionário do ESEG 2015, composta por 16 questões que oferecem duas opções de respostas sobre temas relacionados à igualdade social, liberdade, religião, economia, direitos trabalhistas, legalização de drogas e relacionamento homoafetivo.

Para recodificar esta variável foram empregados os conceitos de esquerda e direita de Bobbio (1995), onde se posicionar à esquerda é estar de acordo com convicções a favor da busca à igualdade entre os desiguais, emancipação e igualdade de oportunidades, enquanto que se posicionar à direita é estar de acordo com convicções a favor da liberdade individual. Assim, atribuiu-se o valor de 1 para as respostas consideradas de “direita” e “conservadoras” – como, por exemplo, “Possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender”, “Boa parte da pobreza está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar” e “Acreditar em Deus torna as pessoas melhores” –, e 0 para as respostas consideradas de “esquerda” e “progressistas” e não respostas. Ao final, construiu-se um índice com mínimo = 0, máximo = 14, média = 7.03 e desvio-padrão = 2.72, para um N = 1200 no **modelo 3**. O coeficiente de Alfa de Cronbach²⁰ foi de 0,51. Esse resultado demonstra uma baixa consistência entre as questões. A distribuição dos dados da variável pode ser vista no Gráfico 2.

¹⁹ Questão P29 do questionário do ESEG 2015.

²⁰ O Alfa de Cronbach expressa o grau de confiabilidade e da consistência interna do questionário e dos índices, seu valor deve variar entre 0 e 1. Usualmente o valor mínimo de alfa é tido como considerável para uma consistente

Gráfico 2: Posicionamento dos entrevistados na bateria de respostas forçadas

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

A partir do índice bateria de respostas forçadas foram criados os modelos de **comportamento – modelo 4** – que envolve apenas as questões referentes a **valores** com um índice com mínimo de = 0, máximo = 14, média = 4,99 com desvio-padrão = 2.21, para um N = 1200 com de Alfa de Cronbach foi de 0,48. O **modelo 5** também foi feito a partir do índice geral da bateria de repostas forçadas abarcando apenas **questões econômicas** com um índice com mínimo de economia = 0, máximo = 5, média = 2,04, desvio-padrão de 1,21 = 2.72, para um N = 1200. Com coeficiente de Alfa de Cronbach de 0,32. Ambos modelos também demonstram uma baixa consistência nas questões.

3.2.1. As variáveis de controle

Os modelos apresentam dois grupos de variáveis de controle. O primeiro está relacionado a questões sociodemográficas dos entrevistados. Foram consideradas as variáveis: gênero, idade, escolaridade, raça e religião. A Tabela 1 traz os dados descritivos das variáveis de controle do primeiro grupo.

estabilidade interna de um questionário ou uma escala é de $\alpha \geq 0,70$, apesar de poder diminuir para 0,60 em pesquisas exploratórias (Matthiensen, 2011).

Tabela 1: Características sociodemográficas dos entrevistados

Características dos Entrevistados	Gênero					
	Masculino		Feminino		Total	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
	544	45%	656	55%	1200	100%
Idade						
18_24	85	16%	83	13%	168	14%
25_34	134	25%	158	24%	292	24%
35_44	105	19%	159	24%	264	22%
45_54	84	15%	112	17%	196	16%
>55	136	25%	144	22%	280	23%
Escolaridade						
Ensino Fundamental	219	40%	266	40%	485	40%
Ensino Médio	231	43%	259	40%	490	41%
Ensino Superior	94	17%	131	20%	225	19%
Raça						
Branco	168	31%	207	32%	375	31%
Pretos	66	12%	74	11%	140	12%
Pardos	277	51%	321	49%	598	50%
Outros	33	6%	54	8%	87	7%
Religião						
Católica	242	44%	278	42%	520	43%
Evangélica	163	30%	247	38%	410	34%
Outras	32	6%	53	8%	85	7%
Nenhuma	107	20%	78	12%	185	15%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Para o segundo grupo foram consideradas variáveis que buscaram controlar os efeitos da preferência partidária e da avaliação do governo sobre o posicionamento ideológico dos entrevistados. Para saber as preferências políticas dos entrevistados em relação aos partidos políticos (P24), foi questionado qual era o partido de preferência, aquele que gostava ou o que mais o representava. Posteriormente, o entrevistado respondia outra pergunta oposta a essa (P25): qual era o partido político com menos afinidade com o entrevistado. Foram selecionados os partidos dos candidatos à presidência (PT e PMDB) e ao governo do estado de Goiás (PMDB e PSDB). Também foram utilizadas as notas atribuídas de 0 a 10 à Dilma (P31b) e Marconi (P31d) e se eram ou não beneficiários do governo federal ou estadual – utilizadas como *proxy* para avaliação do governo federal e estadual. A Tabela 2 demonstra os dados descritivos do segundo grupo.

Tabela 2: Preferências políticas e avaliação do governo

Recebimento de Benefícios do Governo		
	Não recebem	Recebem
Governo Federal	95%	5%
Governo Estadual	98%	3%
Preferência Partidária		
	Preferem	Rejeitam
PT	6%	50%
PMDB	12%	5%
PSDB	14%	9%
Avaliação de Governo		
	Dilma	Marconi
Nota média (μ)	2	4

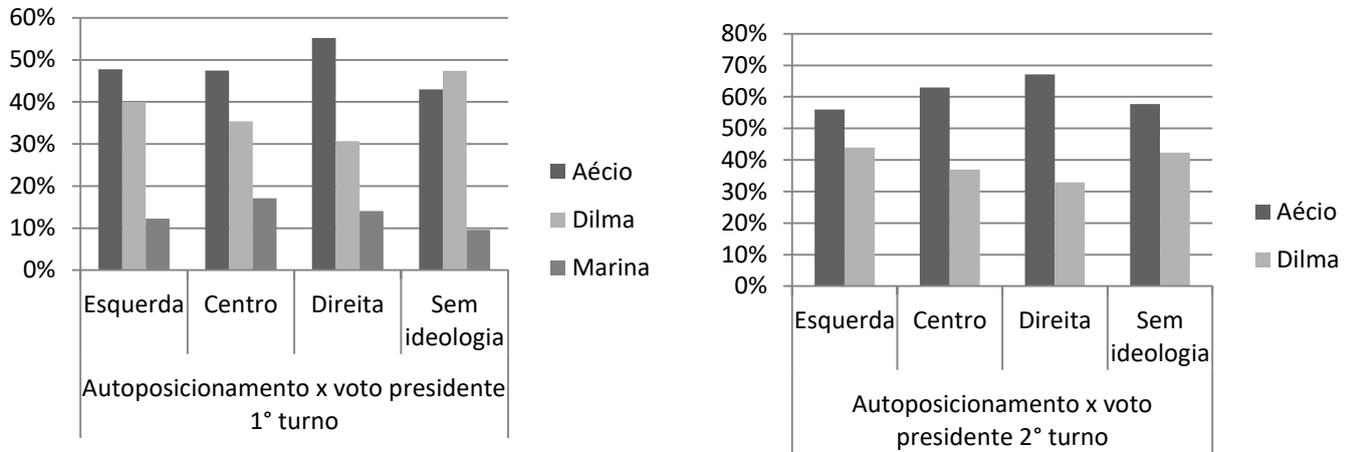
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

3.3. Análises empíricas dos modelos

3.3.1. Voto e posicionamento ideológico dos eleitores, partidos e figuras políticas

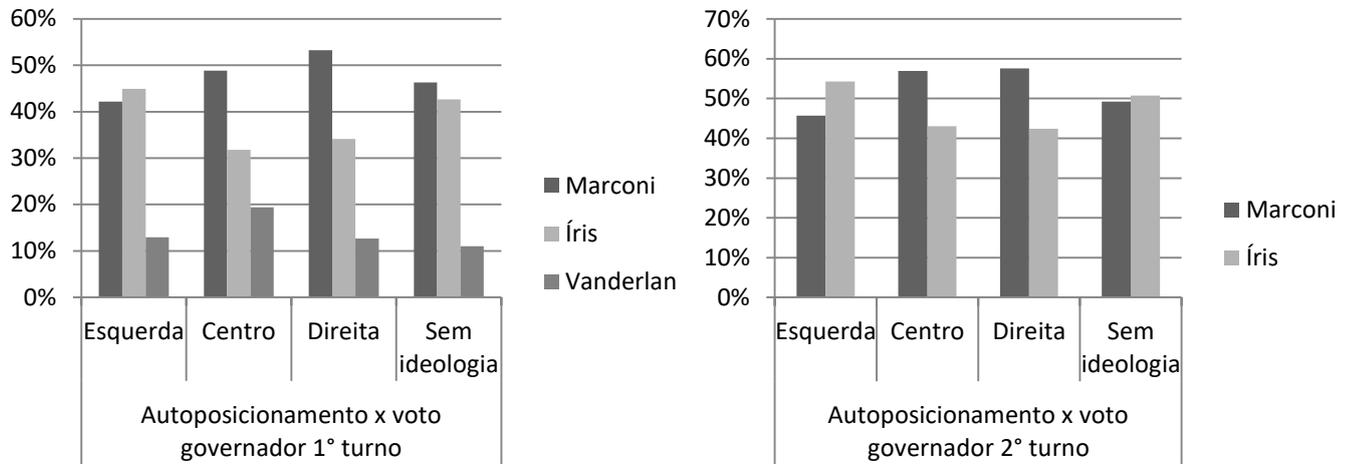
Faz-se agora uma análise descritiva da relação com o autopoicionamento ideológico declarado do eleitor em relação ao voto nas eleições de 2014. Ao pedir para os entrevistados que se posicionassem no espectro ideológico, 35% se disseram de esquerda, 20% centristas, 31% de direita e 15% não se posicionaram na escala. A primeira leitura do Gráfico 3 sobre o autopoicionamento dos entrevistados em relação ao voto demonstra que eleitores que se colocam no espectro ideológico não vinculam o voto de forma estruturada com os posicionamentos tradicionais esperados dos candidatos em relação aos seus partidos ou plataformas ideológicas. Isto é, se o eleitor se posiciona à esquerda, é plausível que ele vote no candidato da esquerda e vice-versa. Nota-se que os eleitores que se posicionaram à esquerda não votaram em sua maioria em Dilma Rousseff, candidata pelo PT, partido este que está amplamente ligado às questões da esquerda. No sentido inverso, Aécio do PSDB foi o mais votado em todas as posições do espectro ideológico, salvo no primeiro turno para eleitores que não se classificaram na escala ideológica.

Gráfico 3: Autoposicionamento do entrevistado versus Voto para presidente



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

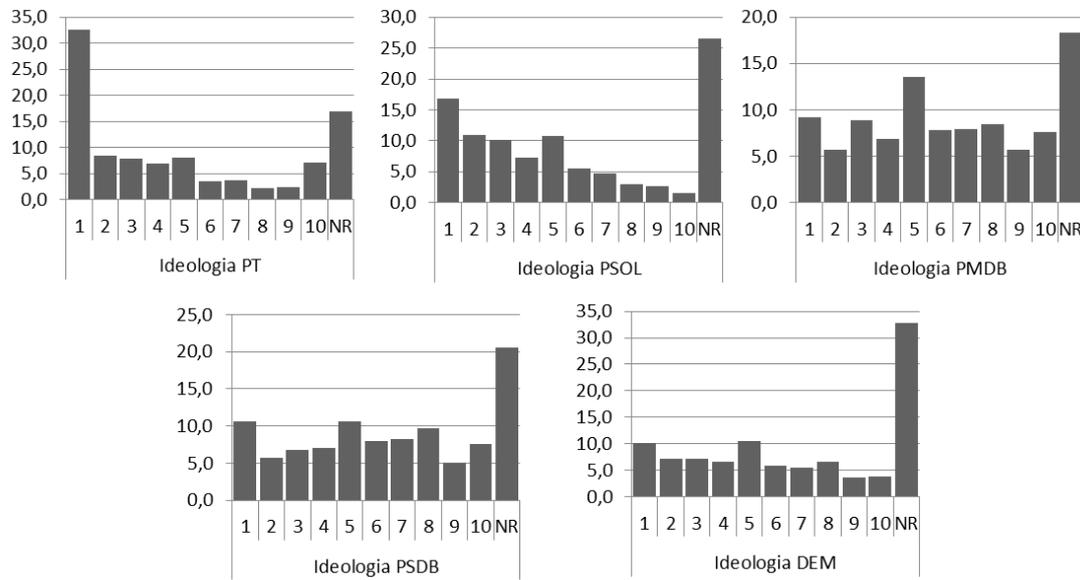
Ao analisar o posicionamento do eleitor em relação com o voto para governador no Gráfico 4, as diferenças ideológicas não aparecem de forma clara, já que os dois principais candidatos ao cargo são de partidos cujas plataformas não se diferem uma da outra de modo expressivo, mas que são dois candidatos que polarizam as eleições desde 1998. Íris Rezende é conhecido nas eleições goianas desde 1983 e sempre mostrou seu entusiasmo populista e assistencialista com mutirões de casas populares, cestas básicas e distribuição de pão e leite. Já no governo Marconi, a cesta básica foi substituída pelo cartão cidadão, mas houve um maior alinhamento político aos objetivos de reduzir a presença do estado com privatizações. Há duas conclusões que podem ser tomadas ao analisar ideologia e voto do cidadão goianiense: a primeira é que há uma falsa indecisão daqueles entrevistados que não tinham consciência de suas preferências ou, houve entrevistados que preferiu não basear o voto em questões ideológicas.

Gráfico 4: Autoposicionamento do entrevistado versus Voto para governador

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Para se compreender os modelos que serão analisados e estimar qual melhor modelo para se medir ideologia, também se faz necessário traçar como os entrevistados classificam políticos e seus partidos. A partir da premissa de que a identificação ideológica está associada às preferências e rejeições partidárias do eleitor, bem como o posicionamento partidário e relações de voto (Carreirão, 2002; 2007). No questionário do ESEG 2015 foi solicitado aos entrevistados que classificassem partidos políticos (P27) e figuras políticas (P28) de acordo com o mesmo espectro ideológico da escala de autoposicionamento de 1 a 10.

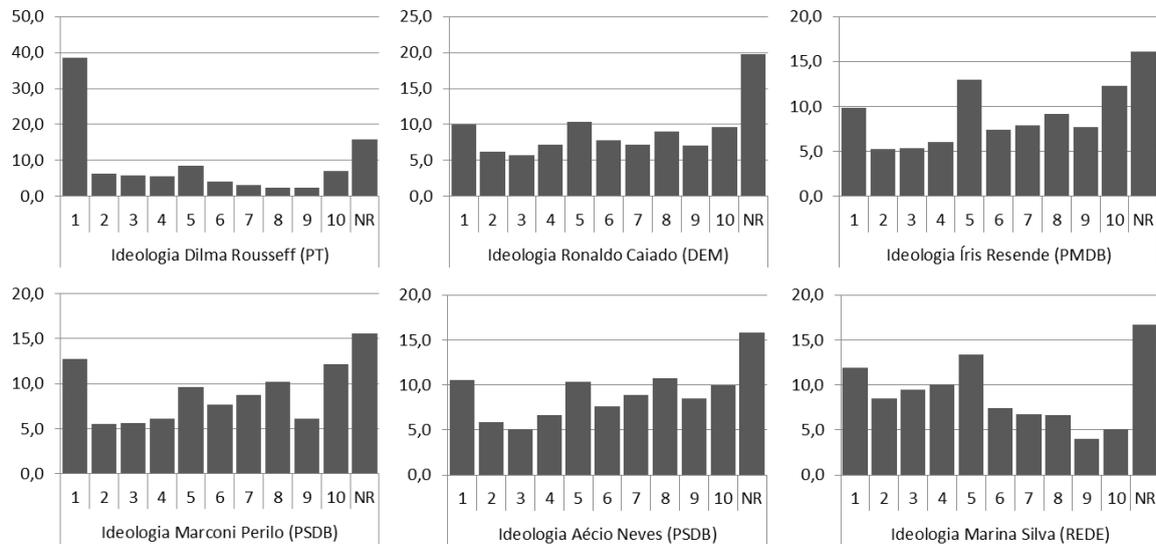
No Gráfico 5 o posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros apresentado aos entrevistados demonstra que partidos ditos de esquerda são frequentemente mais propensos a serem identificados na posição extrema, à esquerda, dos que partidos de direita serem identificados à extrema direita. Resultado semelhante às conclusões de Tarouco e Madeira (2015) quando buscaram mensurar o posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros contemporâneos a partir de resultados de *surveys* aplicados a especialistas brasileiros.

Gráfico 5: Posição ideológica de partidos políticos atribuídos pelos entrevistados

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Nota-se que o PT é colocado bem mais à extrema esquerda do que o PSOL, que é historicamente conhecido como um partido com posições políticas de esquerda à extrema esquerda mais do que o Partido dos Trabalhadores. Este resultado pode estar relacionado a duas questões: pode haver maior conhecimento do PT por parte dos entrevistados, por ser um partido que governou o Executivo brasileiro desde 2003, ou por ser um partido cujo líder político na figura de Lula da Silva constantemente vinculava o partido ao debate ideológico de esquerda.

Percebe-se nas distribuições do PMDB, PSDB e DEM certa confusão ao posicionar os partidos no espectro ideológico esquerda-direta, mesmo sendo partidos políticos mais tradicionais na política brasileira e goiana. Outro ponto importante ao analisar os resultados é o alto nível de não respostas (NR), isto é, o alto percentual de entrevistados que se recusaram ou não souberam posicionar os partidos ideologicamente. Efeitos semelhantes acontecem quando entrevistados posicionam figuras políticas no espectro ideológico como se pode ver no Gráfico 6.

Gráfico 6: Posição ideológica de figuras políticas atribuídas pelos entrevistados

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Cabe ressaltar que no quadro histórico dos partidos políticos no Brasil não há partidos representativos que se posicionem nas extremidades ideológicas. Partidos que estão situados à extrema esquerda no espectro ideológico são o PCdoB, PSTU, PCB, PCO e PSOL. O número de partidos que se identificam como de extrema direita é menor e podem ser citados o Patriota, PRTB e PSL. Os resultados dos gráficos deveriam apresentar coerência da seguinte forma: PT e Dilma Rousseff deveriam estar situados à esquerda entre 2 e 4 da escala; PSOL associado à esquerda de 1 a 3; PMDB e Íris Rezende e PSDB e Marconi Perillo associado ao centro-direita entre 5 a 7; DEM e Ronaldo Caiado associados à direita entre 7 a 9; REDE de Marina Silva se denomina nem de esquerda nem de direita, portanto, tem posições moderadas de centro (Cf. Tarouco; Madeira, 2015).

Os resultados sugerem que mesmo posicionando partidos, figuras políticas e a si mesmo na escala ideológica, pode não ser a real opinião do entrevistado dada cada situação político/partidária ou interpretação dos significados esquerda-direita. Pode não haver disputas ideológicas sistemáticas entre partidos que possam ser capazes de direcionar o eleitor no espectro ideológico. Partidos e candidatos costumam se apresentar nas eleições de formas distintas. Além disso, a grande quantidade de partidos, coalizações incoerentes do ponto de vista dos programas partidários, a superioridade de influência de candidatos em detrimento de seus partidos, influenciam para um cenário institucional confuso para o eleitor.

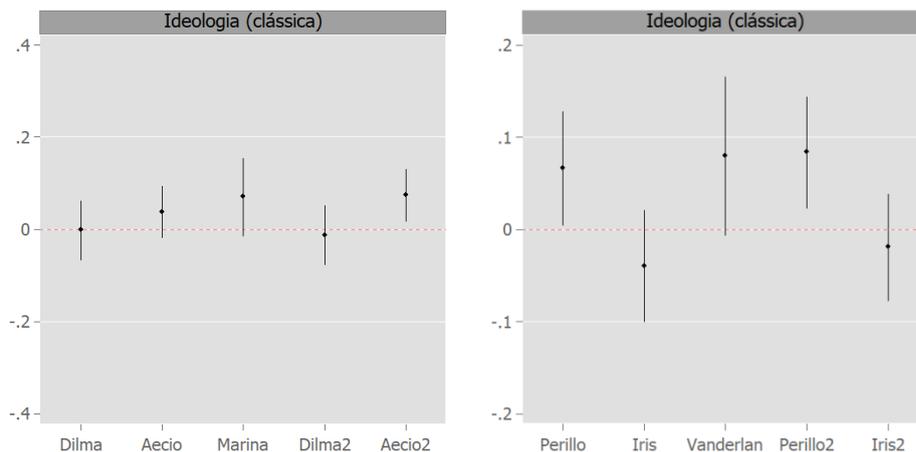
3.3.2. Estimativa dos coeficientes de ideologia no formato clássico

A seguir, apresenta-se uma discussão acerca dos resultados das estimativas do modelo de regressão logística binária para o efeito da ideologia – mensurada no modelo clássico da escala de auto posicionamento – e seus mediadores em relação ao voto para presidente e governador segundo os dados do ESEG 2015.

Os valores dos coeficientes que serão apresentados servem para verificar quais variáveis têm maior força explicativa em y , independentemente de suas distintas escalas ou medidas utilizadas. Ou seja, os coeficientes de ideologia apresentados podem avaliar sua maior ou menor importância explicativa na variável dependente (voto).

Observa-se no Gráfico 7, no quadro à esquerda referente ao voto para presidente, que os modelos de regressão para os diferentes candidatos não apresentaram fortes diferenças nos valores, levando em consideração que de acordo com as barras de erro padrão, todos os coeficientes apresentam valores bem próximos, isso tanto para o primeiro quanto para o segundo turno. Nesse sentido, com relação ao voto dos eleitores não foi afetado de modo significativo pela ideologia, quando medida através da escala de autoposicionamento.

Gráfico 7: Coeficientes estimados de ideologia no formato clássico e voto para Presidente da República e Governador de Goiás.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

No quadro à direita referente ao voto para governador no primeiro e segundo turno das eleições de 2014, pode-se observar que quanto mais o entrevistado se posiciona à direita, maiores são as chances de votar em Marconi e Vanderlan. Apesar de apresentar valores explicativos para Marconi Perillo no primeiro e segundo turno e Vanderlan Cardoso no primeiro

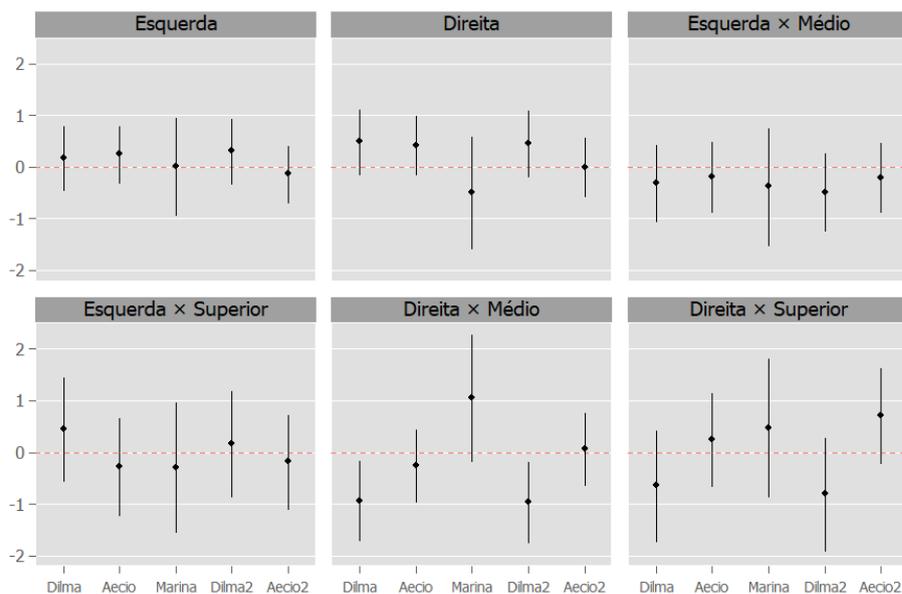
turno, temos um alto erro padrão para as estimativas dos coeficientes de regressão, sinalizando que o modelo ajustado está apresentando estimativas inconsistentes.

Comparando os erros padrão das estimativas dos coeficientes, podemos perceber que o modelo ajustado para os candidatos à presidência produz estimativas mais consistentes do que o modelo ajustado para os candidatos ao governo. No entanto, os resultados das estimativas dos coeficientes de regressão, sinalizam que ambos os ajustes apresentam estimativas pouco consistentes, já que não explicam o voto em todos os casos e não apresentam valores significativos estatisticamente para explicar o modelo. Nesse sentido, com relação ao o voto nos candidatos, ideologia mensurada no formato clássico não é um fator preponderante para explicar ideologia, ou seja, este indicador de ideologia no formato clássico não tem grande força explicativa.

3.3.3. Estimativa dos coeficientes de ideologia condicionados ao nível de instrução

O Gráfico 8 apresenta os resultados das estimativas do modelo de ideologia mensurada no modelo clássico da escala de auto posicionamento e reconfigurada a partir da instrução educacional de nível médio e superior e o voto para presidente, como proposto por Wood e Oliver (2012).

Gráfico 8: Coeficientes estimados de ideologia no formato clássico condicionado a uma escala educacional para Presidente da República



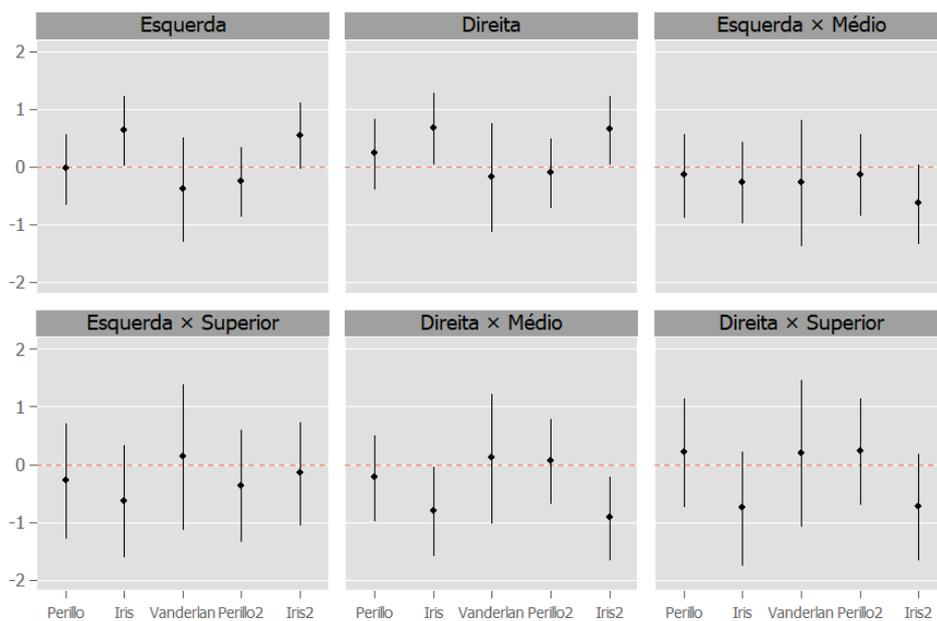
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Nos dois primeiros quadros à esquerda, os votos para os candidatos à presidência estão isolados para cada polo ideológico de esquerda e direita. Os resultados demonstram que não há grandes alterações quando separamos a esquerda da direita para analisar o voto, porém, para eleitores de direita apresentam-se pequena importância no voto para Dilma e Aécio no primeiro turno e Dilma no segundo turno.

Ao comparar os valores de ideologia de esquerda e direita isoladas com os valores de ideologias reconfiguradas a partir da escala educacional, temos uma maior consistência nas estimativas, consistência essa mostrada pelo fato das barras de erros serem menores do que nos casos em que se dividiu as estimativas pela escala educacional.

Outro ponto a ser observado é que, no segundo turno, as estimativas do modelo de regressão se apresentam de modo mais consistente com erros menores. Além disso, pelos valores apresentados das estimativas, é visível um comportamento da variável ideologia similar entre as escalas educacionais com relação ao voto dos eleitores, isso para o segundo turno. Em contrapartida, no primeiro turno existem diferenças consideráveis nos valores das estimativas e também na variabilidade apresentada.

Gráfico 9: Coeficientes estimados de ideologia no formato clássico x escala educacional para Governador



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Os efeitos das estimativas do modelo para governador, como demonstram o Gráfico 9, são mais inconsistentes do que comparado aos resultados para presidente. Ao observar os ajustes para os espectros ideológicos isolados, tanto a esquerda quanto a direita explicam o voto apenas para Iris Rezende no primeiro e segundo turno. Para os demais valores, não houve uma grande importância explicativa.

A relação entre a autocolocação do entrevistado, escolaridade e a coerência do voto não apresentaram níveis consistentes de fator explicativo. Para o caso dos candidatos a governador, as estimativas do modelo de regressão se mostram similares assim como a variabilidade dos coeficientes. Neste caso, temos um comportamento ideológico bem parecido entre os eleitores com a escala educacional médio e superior, indicando que o tipo de escala educacional não tem influência considerável na explicação da ideologia política dos eleitores para governador.

Vale salientar que apesar da variabilidade encontrada nas estimativas serem bem similares de acordo com as escalas educacionais, temos que, no caso da escala educacional superior, obteve-se uma variabilidade maior em torno das estimativas. Indicando uma consistência menor nos resultados para este nível da escala educacional.

Os resultados do modelo educacional para o caso dos candidatos a governador determinam estimativas mais consistentes do que no caso dos candidatos à presidência da república. Além disso, temos que, como as estimativas apresentadas no Gráfico 9 se mostram bem similares, pode-se concluir que o nível educacional atrelado ao autoposicionamento ideológico não interfere bruscamente no voto dos eleitores.

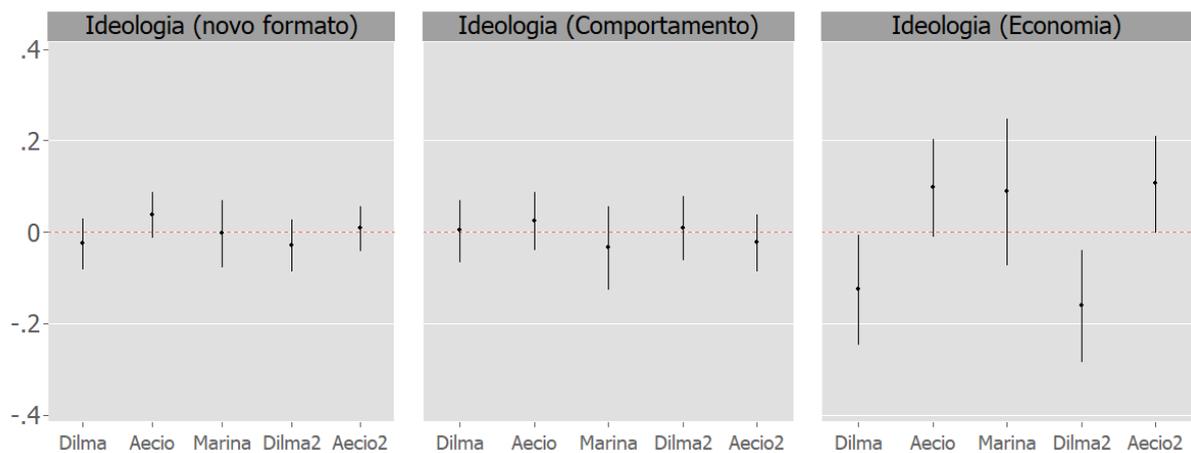
De modo geral, o modelo tem pouco poder explicativo porque não consegue explicar o voto, pois o efeito da dimensionalidade não é homogêneo em todo espectro ideológico. Isto é, há uma maior interação entre ideologia e escolaridade para o eleitor de direita. Entre o nível médio, a escala de dez pontos discrimina de forma mais confiável a relação com o voto. Em relação com a escala de autoposicionamento clássico, os resultados da reconfiguração baseada nos estudos de Wood e Oliver (2012) se tornam mais robustos.

3.3.4. Coeficientes dos índices estimados de ideologia da bateria de perguntas e respostas forçadas

O Gráfico 10 apresenta os resultados acerca das estimativas do modelo de ideologia derivada da bateria de perguntas e respostas forçadas, em relação ao voto dos eleitores goianienses para presidente e respectivamente para governador. O quadro à esquerda (Ideologia

– novo formato) representa o total de questões relacionadas a temas de igualdade social, liberdade, religião, economia, direitos trabalhistas, legalização de drogas e relacionamento homoafetivo como proposto por Oliveira e Turgeon (2015). O segundo modelo de ideologia (comportamento) traz apenas os resultados das questões de valores e crenças. O terceiro modelo, à direita, abarca preferências econômicas.

Gráfico 10: Coeficientes dos índices estimados de ideologia da bateria de respostas forçadas para Presidente da República



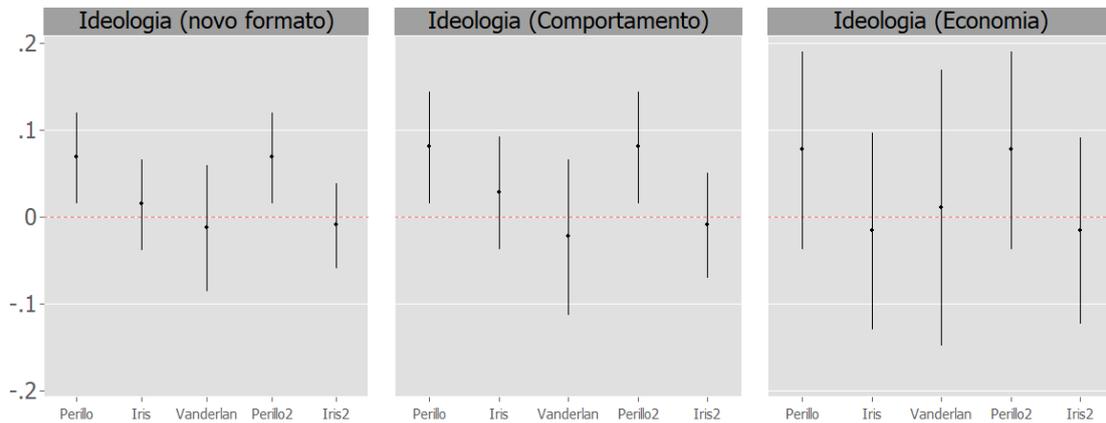
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

As estimativas do modelo do indicador de ideologia (Novo Formato) a partir da bateria de respostas e perguntas forçadas aparecem mais consistentes devido à barra de erros padrão terem baixa amplitude, indicando uma variabilidade menor em torno dos valores estimados. Porém, os coeficientes não apresentam valores significativos para explicar o modelo. O segundo modelo de ideologia a partir do índice de questões sobre comportamento tem um desempenho similar ao modelo anterior. As estimativas inerentes ao modelo de ideologia (Economia) apresentam um alto grau de inconsistência com relação aos outros casos, tendo em vista a alta variabilidade dos resultados indicada pelas barras de erros. Entretanto, o modelo relacionado às questões econômicas teve maior poder explicativo do que o modelo relacionado comportamento e valores para explicar a relação ao voto. Pressupõe-se que quanto mais à direita, mais o eleitor está ligado às questões econômicas para votar em Aécio e Marina.

Já os efeitos das estimativas do modelo para governador resultaram em uma alta variabilidade em torno das estimativas, indicando possíveis inconsistências nos resultados como demonstrado no Gráfico 11. Entretanto, as estimativas inerentes ao modelo econômico possuem uma variabilidade maior quando comparada com as outras estimativas. Sendo assim,

as estimativas encontradas para o modelo de Ideologia-Economia não servem para a explicar o modelo como no caso do voto para presidente.

Gráfico 11: Coeficientes dos índices estimados de ideologia da bateria de respostas forçadas para Governador do Estado de Goiás



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

3.3.5. Escolha dos modelos de mensuração do indicador de ideologia

Feitas as análises dos gráficos dos coeficientes estimados para cada modelo proposto, passa-se agora, para a análise dos fatores capazes de determinar o voto e também qual o melhor modelo para se medir ideologia. Os testes foram feitos com base nas regressões logísticas binárias com os coeficientes estimados pelo Máximo de Verossimilhança. Para verificar a qualidade de ajuste dos modelos, foi utilizado critérios de seleção tais como o Pseudo R^2 , critério de informação de Akaike (AIC) e critério de informação Bayesiano (BIC).

Foram analisados os resultados das estimativas do modelo logístico binário para os determinantes de voto²¹ e seus mediadores para cada modelo proposto de mensuração ideológica. A variável dependente ou de resposta é voto para presidente e governador e a variável explicativa dos modelos são as variáveis ideológicas. Em ambos os casos houve a inclusão das variáveis de controle sociodemográficas e de preferências políticas e avaliação dos governos. Para tal objetivo, observaram-se quais variáveis foram estatisticamente significativas nos modelos ajustados. Além disso, vale salientar que foi utilizado um nível de confiança de

²¹ As tabelas com os resultados dos determinantes do voto dos candidatos estão disponíveis no Apêndice A - Tabelas.

95% (o mesmo que 5% de significância) para os resultados apresentados. Os coeficientes devem ser interpretados da seguinte maneira: Um coeficiente positivo significa que a relação do voto é explicada pelo efeito ideologia e seus modelos de mensuração. Um coeficiente negativo mostra que o voto segue o efeito de ideologia inversamente, ou seja, não tem poder explicativo.

As análises das variáveis dos determinantes do voto em Dilma Rousseff no primeiro turno das eleições de 2014 que foram estatisticamente significativas na maioria dos modelos foram: idade, raça, religião, preferência partidária e nota atribuída à Dilma. Significa dizer que os modelos são explicativos para os eleitores de uma faixa etária maior, negros, católicos, que preferiram PT ao PSDB e que avaliaram bem a até então presidente. O modelo da escala clássica foi o único que não aportou efeito estatístico significativo na variável religião - católica. O modelo educacional com base em Wood e Oliver (2012) apresentou significância para eleitores que não se posicionaram na escala ideológica e significância de sinal negativo para eleitores de direita com ensino médio. A economia apresentou pequena significância negativa no modelo econômico, indicando que eleitores com preferências por políticas públicas econômicas tendem a não votar na incumbente. No cenário de segundo turno os efeitos não se alteram, salvo a inclusão dos beneficiários de programas do Governo Federal, que apresenta um coeficiente positivo no modelo da escala clássica.

Os determinantes do voto em Aécio Neves no primeiro turno das eleições de 2014 que foram estatisticamente para a explicação dos modelos foram: idade, preferência pelo PSDB ao PT e nota atribuída à Dilma, indicando que aqueles que avaliaram bem a presidente não votaram em Aécio. O fator econômico obteve resultado inverso quando relacionado à Dilma, e apresentar sinal positivo e significativo em ideologia relacionada às questões econômicas para eleitores de Aécio. Os determinantes do voto em Aécio Neves no segundo são semelhantes ao primeiro, exceto pela presença de novas variáveis explicativas nos modelos, tais como escolaridade, religião e a autocolocação na escala clássica. Os modelos da bateria de respostas focadas, o de comportamento e economia explicam o voto para os eleitores evangélicos e de ensino médio. Para o nível superior todos os modelos, salvo o modelo educacional, apresentaram coeficientes significativos.

Análises acerca dos determinantes do voto em Marina Silva apontam que as variáveis de instrução educacional, médio e superior, tiveram coeficientes significativos nos modelos, mas quando há a interação entre eleitores do ensino médio com o modelo educacional, não acontece o mesmo efeito. Entretanto, quando analisados os efeitos isolados de ideologia de direita de eleitores com ensino médio, o coeficiente se mostrou significativo. Já a variável católica resultou em coeficientes significativos negativamente para todos os modelos, o que

indica a não adesão de católicos ao votar em Marina. Ter recebido algum benefício do Governo Federal também se mostra estatisticamente relevante nos modelos, exceto a escala clássica de autopoicionamento. A preferência por PSDB aportou efeito estatisticamente significativo de sinal negativo, indicando que estes eleitores potencialmente não votaram na candidata.

Resultados dos determinantes do voto para governador apresentam mais variáveis explicativas do que quando comparado aos casos dos determinantes do voto para presidente. Para o voto em Marconi Perillo no primeiro turno das eleições de 2014, as variáveis que tiveram valores estatisticamente significativos foram: idade, escolaridade para nível médio e superior, religião (católica), preferência e rejeição partidária e nota do atual governo. Além disso, a variável ideologia clássica, ideologia (bateria de perguntas) e ideologia comportamento tiveram coeficientes significativos nos seus respectivos modelos. No segundo turno os resultados os resultados são praticamente os mesmos, exceto para a variável ideologia comportamento e ideologia economia, que não apresentaram resultados significativos.

Para o candidato Íris Rezende a variável de escolaridade de nível superior se apresentou estatisticamente significativa de sinal negativo, e indica a não adesão deste grupo ao candidato, exceto para o modelo educacional. As variáveis direita x médio e nota Perillo também se mostraram significativas negativamente. Variáveis que foram preponderantes positivamente ao explicar ideologia dos eleitores do candidato foram: preferência do PMDB, partido do então candidato e as variáveis isoladas esquerda e direita no modelo educacional de Wood e Oliver. Para o segundo turno as variáveis idade e sexo se apresentaram como significativas e em relação ao primeiro turno, as variáveis de escolaridade de nível superior e a variável isolada de ideologia esquerda, não apareceram como significativas.

Já para Vanderlan Cardoso que também pleiteou pela vaga de governador do estado de Goiás, os determinantes do voto nos modelos foram o nível superior, salvo para o modelo 2, religiosos católicos, preferência ao PSDB e nota para Marconi. Significa dizer que eleitores católicos, que preferem o partido de Marconi e o avaliam bem como governador, não votaram em Vanderlan. Não houve outras variáveis que se mostraram significantes para explicar os modelos para este candidato.

No intuito de avaliar qual o melhor indicador de ideologia, a saber: modelo de escala clássica (modelo 1), modelo educacional (modelo 2), modelo de bateria de respostas e perguntas forçadas (modelo 3), modelo de comportamento (modelo 4) e modelo de economia (modelo 5), foram avaliados três critérios de seleção: Pseudo R^2 , critério de informação de Akaike (AIC) e critério de informação bayesiano (BIC). Os resultados médios dos valores desses critérios, para cada modelo, são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: Média dos valores dos coeficientes dos modelos de acordo com critérios de seleção

Critérios de seleção	Média dos modelos				
	Escala Clássica	Educacional Wood e Oliver	Bateria de perguntas	Comportamento	Economia
Pseudo-R ²	0,1394	0,13766	0,13183	0,13171	0,13217
AIC	1044,88	1231,73	1227,4	1227,8	1226,63
BIC	1118,27	1338,53	1303,68	1304,08	1302,9

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Um valor de Pseudo R^2 crescente pode indicar melhor ajuste do modelo e um valor próximo de zero pode indicar má especificação do modelo, e assume valores no intervalo de 0 e 1. A escolha do modelo mais apropriado está baseada em modelos mais parcimoniosos e que explique bem a variável de resposta. De acordo com o critério de seleção Pseudo R^2 , o melhor modelo a ser escolhido é aquele que apresentar o maior valor. Tendo em vista isso, pode-se observar pela Tabela 3 que o modelo que detém o maior valor para o Pseudo R^2 é o modelo da Escala Clássica, seguido pelo modelo educacional de Wood e Oliver. Porém, apesar destes modelos terem apresentado as maiores médias do Pseudo R^2 , as diferenças dos valores em relação aos outros modelos são irrisórias. O que significa dizer que o Pseudo R^2 não dá vantagem para nenhum modelo de forma significativa.

Os critérios de seleção mais utilizados na estatística para escolher o melhor modelo são o critério de informação de Akaike (AIC) e Critério Bayesiano (BIC). O primeiro admite a existência de um modelo real que descreve dados desconhecidos, e tenta escolher dentre um grupo de modelos avaliados, sendo que o modelo com menor valor de AIC é considerado o melhor ajuste. O segundo tem como pressuposto maximizar a probabilidade de um evento ocorrer dentre os modelos avaliados.

Para o valor do critério AIC, temos que o melhor modelo a ser considerado é aquele que tiver o menor valor. Sendo assim, de acordo com os resultados apresentados pela Tabela 3, o modelo que detém o menor valor de AIC é o modelo de Escala Clássica, seguido pelo modelo de Economia. Sendo assim, de acordo com o critério AIC, temos que o modelo com melhor desempenho na explicação da ideologia dos eleitores é o modelo de Escala Clássica.

Com relação ao critério BIC, temos que o melhor modelo é aquele que detém o menor valor. Pode-se observar que o modelo que apresenta o menor valor de BIC de acordo com a Tabela 3 é o modelo de Escala Clássica, seguido pelo modelo de Economia. Nesse sentido,

podemos concluir, de acordo com o critério BIC, que o melhor modelo a ser utilizado para a explicação da ideologia dos eleitores é o modelo de Escala Clássica.

Com base nos três critérios utilizados, a saber: Pseudo R^2 , AIC e BIC, temos como melhores modelos os seguintes:

Tabela 4: Os dois melhores modelos obtidos considerando os diferentes critérios

Critérios	Melhor Modelo	2º Melhor Modelo
Pseudo R^2	Escala Clássica	Wood e Oliver
AIC	Escala Clássica	Economia
BIC	Escala Clássica	Economia

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Observe que, de acordo com a Tabela 4, que o melhor modelo a ser escolhido para explicar a ideologia dos eleitores é o modelo de Escala Clássica. Já como uma segunda alternativa, o modelo de Wood e Oliver (2012) com base no Pseudo R^2 , e o modelo de Economia com base nos critérios AIC e BIC.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa se propôs a trabalhar o tema ideologia tendo, como eixo principal, a validade e confiabilidade dos indicadores que mensuram esse indicador ligados a variáveis explicativas, no intuito responder qual o melhor método para medir o termo hoje nas pesquisas de opinião ao considerar escolaridade, questões sociais, morais e econômicas. Além disso, foi proposto avaliar a coerência dos eleitores goianienses em relação ao autopoicionamento ideológico e suas preferências políticas.

De acordo com o perfil dos entrevistados, como mostram os resultados do posicionamento ideológicos dos eleitores goianienses, podemos dizer que em sua maioria se autopoicionam como centristas. Porém, ao expressar suas preferências políticas com a bateria de respostas e perguntas forçadas, demonstram ser de centro-direita. As preferências partidárias dos entrevistados demonstram que há baixa identificação com os partidos, ao passo que há uma grande rejeição ao Partido dos Trabalhadores. Cabe lembrar, também, que 15% dos eleitores goianienses não se posicionaram na escala ideológica. Fora isso, o percentual de entrevistados que se posicionaram ideologicamente ao centro foi bastante significativo, o que pode ser um indicativo, como inferiram Narayan e Krosnick (1996), de que o entrevistado não conhece tão bem o assunto em relação àqueles que se posicionam, e pode não indicar sua opinião real sobre o assunto. Dito isto, entrevistados que se posicionam ao centro na escala ideológica o preferem fazer para não deixar de responder algo que não saibam realmente.

Para apresentar coerência entre ideologia, atitudes e comportamentos deveria haver uma relação positiva ao posicionamento ideológico do eleitor. Os resultados dos Gráficos 3 a 6 sugerem que mesmo posicionando partidos, figuras políticas e a si mesmo na escala ideológica pode não ser a real opinião do entrevistado, dada cada situação político/partidária ou interpretação dos significados esquerda-direita. Interpretações semelhantes aos de Ames e Smith (2010) apresentam que pode não haver disputas ideológicas sistemáticas entre partidos que possam ser capazes de direcionar o eleitor no espectro ideológico. Partidos e candidatos costumam se apresentar nas eleições de formas distintas. Além disso, a grande quantidade de partidos, coalizações incoerentes do ponto de vista dos programas partidários, a superioridade de influência de candidatos em detrimento de seus partidos, influenciam para um cenário institucional confuso para o eleitor. Os termos podem ser de difícil entendimento para os brasileiros por ser um país com um número de partidos e bandeiras diversificadas, e apresenta desafios de comunicação para os eleitores. Depois da era Lula, a questão que se segue e após

anos de governo de um partido de esquerda que os brasileiros, em especial os goianienses, não internalizaram divisões ideológicas.

Medir ideologia utilizando apenas um método determinante pode não ser suficiente para captar as dinâmicas sociais e políticas da contemporaneidade. Os achados determinam que o eleitor não sabe se posicionar apesar de se colocar em uma posição na escala ideológica. O que contempla a suposição deste trabalho de que ao se posicionar ideologicamente, o eleitor não necessariamente o faz sabendo o que significam estes termos. A banalização ou vulgarização dos termos contribuiu para um desalinhamento da díade ao colocando em uma difusão de significados. A morfologia da esquerda e da direita para o eleitor parece não se alinhar com a compreensão clássica dos conceitos. Isso não significa, no entanto, que essas palavras não se alinham com padrões observáveis, mensuráveis e significativos de conexões que realmente existem entre ideias e indivíduos no mundo político e nos estudos de comportamento eleitoral. Dito isto, mesmo que os eleitores intuem os significados de esquerda, centro e direita e se situam num espectro ideológico, pode não haver uma coerência entre posicionamento e preferências políticas.

Ao analisar os coeficientes estimados de ideologia, com relação ao voto nos candidatos, ideologia mensurada no formato clássico de autoposicionamento não é um fator preponderante para explicar ideologia, ou seja, este indicador de ideologia no formato clássico não tem grande força explicativa. Para que ideologia tenha impacto no comportamento e nas atitudes do eleitor, é preciso analisar a estrutura cognitiva do eleitor como um todo. Pois de acordo com os resultados, ideologia parece não ser importante quando visto somente a escala clássica de autoposicionamento.

Wood e Oliver (2012) propuseram um esquema de interação de variáveis ideológicas com variáveis de escolaridade para gerar estimativas mais precisas, e sugerem que liberais com ensino médio demonstram correlação ideológica baixa, enquanto liberais com ensino superior têm uma correlação mais elevada. Quando relacionamos a escala ideológica clássica com o nível educacional como proposto por Wood e Oliver (2012), a intenção era encontrar uma relação clara entre a autocolocação do entrevistado e a coerência do voto. Os resultados apresentaram uma pequena coerência para eleitores de direita de nível médio. No entanto, os resultados são pouco consistentes. Os coeficientes referentes aos eleitores com a escala superior mostram uma alta variabilidade, indicando que as estimativas referentes a esses eleitores são bem inconsistentes na explicação do indicador, resultados diferentes do modelo proposto pelos autores. Eleitores com ensino superior não possuem uma relação clara entre o

autoposicionamento ideológico e o voto. Para eleitores com ensino médio, suas opiniões são mais claras, porém, pouco estáveis.

Oliveira e Turgeon (2015) sugeriram ampliar a operacionalização do conceito com temas modernos referentes a economia, casamento gay, liberalização de drogas, ou aborto por exemplo. Com base nisso, foram feitas estimativas do indicador de ideologia a partir de uma bateria de perguntas e respostas forçadas. As estimativas não apresentam valores significativos dos coeficientes para explicar o modelo. O modelo seguinte de comportamento, feito a partir do índice da bateria de perguntas, apresenta resultados semelhantes. Em síntese, as estimativas apresentadas pelo modelo economia, foram as que apresentaram melhores resultados, quando comparadas aos outros modelos derivados da bateria de respostas e perguntas forçadas. Significa dizer que é o modelo que tem maior poder explicativo, apesar disso, existe certa inconsistência nos resultados. O impacto de fatores econômicos vem a desempenhar papel importante nas preocupações dos eleitores, geralmente atribuem o desempenho da economia e do bem-estar aos governantes. O crescimento ou o declínio econômico geraria aumento ou perda da popularidade do candidato nas próximas eleições.

De acordo com os determinantes do voto para presidente e governador, foram avaliadas as variáveis que mais influenciam o voto dos eleitores por cada modelo proposto. Como resultado, temos que as variáveis que influenciaram o voto em relação à ideologia dos eleitores foram praticamente as mesmas para todos os modelos estudados, ou seja, não sofreram alterações bruscas nos coeficientes com a mudança dos modelos sob análise. Além disso, as variáveis que realmente influenciaram os modelos, ao nível de 5% de significância foram: idade (p -valor $< 0,05$); escolaridade (p -valor $< 0,05$); etnia (p -valor $< 0,05$); religião (p -valor $< 0,05$); partido preferido (p -valor $< 0,05$) e; nota atribuída ao atual governo (p -valor $< 0,05$). Essas variáveis, em conjunto, são aquelas que são estatisticamente significativas na explicação do comportamento ideológico dos eleitores e na explicação dos modelos.

Com relação aos resultados dos modelos de mensuração de ideologia, conclui-se que o eleitor goianiense não possui estruturação ideológica coerente sobre pontos de vistas mais complexos sobre a política. Ainda que o conhecimento, a sofisticação política e o nível de educacional sejam elevados, os eleitores goianienses compreendem questões políticas com a experiência cotidiana conforme suas concepções.

Como conclusões gerais dos modelos de acordo com os critérios de seleção de modelos, temos que o modelo de escala clássica de autoposicionamento ideológico foi o modelo com o melhor desempenho na explicação da ideologia política dos eleitores. Como segunda alternativa, os modelos que se apresentaram com melhores resultados foram o de Economia e

a interação entre ideologia e nível de instrução como proposto por Wood e Oliver. Apesar dos resultados obtidos, nenhum modelo apresenta resultados precisos para a predição da ideologia política dos eleitores, tendo em vista os valores para o Pseudo R^2 foram bem baixos. Sendo assim, apesar do modelo de escala clássica ter apresentado os melhores resultados, todos os resultados dos modelos se mostraram pouco consistentes, pouco confiáveis e com um baixo poder de precisão da explicação do modelo e na predição da ideologia. Além disso, pode-se questionar o nível de precisão do conceito medido quanto à validade dos indicadores.

Cabe salientar que o entrevistado, ao responder um questionário, pode não ter se atentado ao tema das questões inquiridas até então. Quando o faz pode propositalmente responder o que se espera como resposta em um momento efêmero e conveniente. A literatura abordada, bem como as análises dos resultados desta pesquisa, traz a dificuldade de mensurar ideologia na opinião pública ao levar em conta estas questões, seja por mostrar resultados inconsistentes e poucos confiáveis, seja pela dificuldade do grau de certeza do conceito medido em relação à validade da pesquisa. Apontar o peso das variáveis explicativas relacionadas à ideologia com diferentes níveis de compreensão deve ter um debate mais amplo em trabalhos metodológicos sobre o tema. Deve-se lidar também com a maneira como o eleitor compreende e lida com as ideologias, preferências e temas mais complexos da política brasileira levando em conta o fator político institucional e investigar fatores conjunturais que afetam suas decisões. Como possíveis soluções para melhorar os resultados obtidos, sugere-se testar outras distribuições de probabilidade no ajuste dos modelos propostos, ou, outros métodos de análise da validade e confiabilidade dos indicadores de ideologia.

Quanto ao tema ideologia, é uma variável que tem sido mobilizada na Ciência Política como parte da explicação para uma série de fenômenos, ou como variável a ser explicada por outros tantos fatores, dito isto, cabe salientar sua grande importância para o campo. Além disso, se trata de um tema que tem ganhado atualidade principalmente nas eleições brasileiras de 2018. Com a polarização ideológica em ascensão pelo mundo afora e o efeito que a disseminação de notícias falsas e as estratégias de direcionamento de mensagens políticas podem ter sobre o discernimento do eleitor, se faz necessário propor novas avaliações à medida em que ideologia vem tomando novos rumos de entendimento para o eleitor num sentido mais amplo da pesquisa, ou seja, ampliar o estudo para o eleitorado brasileiro nos últimos anos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWITZ, Alan, I.; SAUNDERS, Kyle L. Is Polarization a Myth? **The Journal of Politics**, Vol.70, n° 2, p. 542-555, 2008.

ADCOCK, Robert; COLLIER, David. Measurement Validity: A Shared Standard for Qualitative and Quantitative Research. **The American Political Science Review**, Vol. 95, n° 3, p. 529- 546, 2001.

ADORNO, Theodor; FRENKEL-BRUNSWIK, Else; LEVINSON, Daniel; SANFORD, Nevitt. **The Authoritarian Personality**. Nova York: Harper, 1950.

ALMEIDA, A. Ideologia e comportamento eleitoral: evidências de que a ideologia não é importante para explicar o voto. **Paper apresentado ao XXV Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2001.

AMES, Barry.; SMITH, Amy. E. Knowing left from right: ideological identification in Brazil, 2002-2006. **Journal of Politics in Latin America**, Vol. 3, p. 3-38, 2010.

ARON, Raymond. **The Opium of the Intellectuals**. New York: W. W. Norton, 1962.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BARBETTA, Pedro A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 6°. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Revista Opinião Pública**, Campinas, Vol. 11, n°1, p. 147-168, 2005.

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip; MILLER, Warren; STOKES, Donald. **The American Voter**. New York: John Wiley and Sons, 1960.

CARMINES, Edward; D'AMICO, Nicholas. The New Look in Political Ideology Research. **Annual Review of Political Science**, n°. 18, p. 205-216, 2015.

CARMINES, Edward; Zeller, Richard. **Reliability and Validity Assessment**. Sage Publications, Beverly Hills, California, 1979.

CARREIRÃO, Yan. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis/Rio de Janeiro: Editora da UFSC/Editora FGV, 2002.

_____. A eleição presidencial de 2002: Uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Sociologia Política**, Curitiba, n° 22, p. 179-194, 2004.

_____. Identificação ideológica, partidos e votos na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. 13, n° 2, p. 307-339, 2007.

COCHRANE, Christopher. **Left and Right: The Small World of Political Ideas**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2015.

CODATO, Adriano. Ideologia. Teixeira, Francisco M. P. Coord. **Dicionário Básico de Sociologia**. São Paulo: Global Editora, 2012 (No Prelo).

CONVERSE, Philip. The nature of belief systems in mass publics. In **Ideology and Discontent**. DAVID, Apter. p. 206-261, 1964.

COSTA, Francisco; SILVA, Severino. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**. São Paulo, Brasil, Vol. 15, p. 1-16, 2014.

CRONBACH, L. J. Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, California, Vol. 16, p. 297-334, 1951.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

FINKELSTEIN, Ludwik. Widely, strongly and weakly defined measurement. **Measurement**. Vol. 34, p. 39-48, 2003.

FIORINA, Morris P.; ABRAMS, Samuel J.; POPE, Jeremy C. **Culture War?** The myth of a Polarized America. New York: Pearson Longman, 2006.

FREEDEN, Michael. **Ideologies and Political Theory**: a conceptual approach. New York: Oxford University Press, 1996.

GAUCHET, Marcel. La Droit et la Gauche. In NORA, Pierre (org). **Les Lieux de Mémoire**, Vol. 3. Les France. 1: Conflits et partages. Paris: Gallimard, p. 395-467, 1997.

GEERTZ, Clifford. A ideologia como sistema cultural. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989[1964]. p. 163-205.

GERRING, John. Ideology: a Definitional Analysis. **Political Research Quarterly**, Vol. 50, n°. 4, p. 957-994, 1997.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** – Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia; A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HENNING, Christoph. Ideology. In: RITZER, George (ed.). **The Blackwell Encyclopedia of Sociology**. Oxford: Blackwell Publishing, p. 2230-2232, 2007.

JOST, John T. The End of the End of Ideology. **American Psychologist**, Vol. 61, n°. 7, p. 651- 670, 2006.

JOST, John T; Nosek, Brian A.; Gosling, Samuel D. **Ideology: Its Resurgence in Social, Personality and Political Psychology**, Vol. 3, n°2, p. 126-136, 2008.

KNIGHT, Kathleen. Transformations of the Concept of Ideology in the Twentieth Century. **American Political Science Review**, Vol. 100, n°. 4, p. 619-626, 2006.

LANE, Robert E. **Political Ideology: Why the American Common Man Believes What he Does**. New York: Free Press, 1962.

LARRAIN, Jorge. **Marxism and ideology**. London: Macmillan Press, 1983.

LIPSET, Seymour Martin. A Concept and Its History: The End of Ideology. In: **Consensus and Conflict** - Essays in Political Sociology. New Brunswick: Transaction Publishers, 1985.

LUSKIN, Robert C. (1990) "Explaining Political Sophistication". **Political Behavior**, Vol. 12, n°4, p. 331-361.

MAIR, Peter. Left-Right Orientations. In: DALTON, Russell; KLINGEMANN, Hans-Dieter (eds), **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford, Oxford University Press. p. 206-222, 2007.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Trad. Sérgio Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARI, Lucas. The meaning of "quantity" in measurement. **Measurement**. Vol. 17 (2), p. 127-138, 1996.

MATTHIENSEN, Alexandre. Uso do coeficiente alfa de Cronbach em avaliações por questionários. **EMBRAPA**, Documentos 48, 2011.

McCLOSKEY, Herbert. Consensus and Ideology in American Politics. **American Political Science Review**, Vol. 58, n°. 2, p. 361-382, 1964.

MULLINS, Willard A. 1972. On the Concept of Ideology in Political Science. In **The American Political Science Review**. Vol. 66, n°. 2, p. 498-510, 1972.

NEVES, Fabrício. **Direita, Centro e Esquerda no Brasil: Um mapa do realinhamento político-ideológico (1994-2002)**. 2005. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa. 1987.

NOGUEIRA, Marco. Ideologia. In: GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco (org). Dicionário de políticas públicas - 2ª edição, Editora Unesp. p.440-445, 2015.

OLIVEIRA, Carlos; TURGEON, Mathieu. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. **Revista Opinião Pública**, Campinas, Vol. 21, n° 3, p. 574-600, 2015.

PAULHUS, Delroy. Measurement and control of response bias. **Measures of personality and social psychological attitudes**. Academic Press, San Diego, 1991.

PEDHAZUR, E. J ; SCHMELKIN L. P. **Measurement, design, and analysis**. An integrated approach. Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum, 1991.

RAMOS, J. M. G. El análisis factorial confirmatorio aplicado a la investigación pedagógica no-experimental. **Bordón**, Madrid, n°. 267, p. 245-267, 1987.

REIS, Fábio. A razão do eleitor: resenha do livro Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro de André Singer. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 set. 2000.

RENNÓ, Lúcio; CABELLO, Andrea. As bases do Lulismo: A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? **RBCS**, vol. 25, n° 74, p. 39-60, 2010.

SARTORI, Giovanni. Politics, ideology and belief systems. **The American Political Science Review**, Vol. 63, n°. 2, 1969.

SILVA, Severino; COSTA, Francisco. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. *Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia*, São Paulo, Vol. 15, p. 1-16, 2014.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**: A identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Os sentidos do Lulismo**: Reforma Gradual e Pacto Conservador. 1ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

STRATH, B. Ideology and conceptual history. In FREEDEN, Michael; SARGENT, Lyman; STEARS, Marc (eds.). **The Oxford Handbook of Political Ideologies**. New York: Oxford University Press, p. 3-19, 2013.

TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **Revista Debates**, Porto Alegre, Vol. 7, n°. 2, p.93-114, 2013.

_____. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. **Civitas**, Porto Alegre, Vol. 15, n°. 1, p. e24 – e39, 2015.

THOMPSON, John. **Ideologia e Cultura Moderna**. 9ª ed., Petrópolis, Editora Vozes, 2011.

WOOD, Thomas; OLIVER, Eric. Toward a more reliable implementation of ideology in measures of public opinion. **Public Opinion Quarterly**, Vol. 76, n°. 4, p. 636 - 662, 2012.

Apêndice A - Tabelas

Tabela 5: Determinantes do voto em Dilma Rousseff no 1º turno da eleição de 2014

	Escala clássica	Wood e Oliver	Bateria de perguntas	Comportamento	Economia
Sexo	-0.049 (0.16)	-0.11 (0.15)	-0.14 (0.15)	-0.17 (0.15)	-0.14 (0.15)
Idade	0.14** (0.06)	0.11* (0.06)	0.12** (0.06)	0.12** (0.06)	0.13** (0.06)
Médio	0.057 (0.18)	0.46* (0.27)	0.051 (0.16)	0.043 (0.16)	0.089 (0.17)
Superior	-0.082 (0.23)	-0.13 (0.39)	-0.26 (0.22)	-0.24 (0.22)	-0.20 (0.22)
Branca	-0.43 (0.32)	-0.099 (0.31)	-0.088 (0.30)	-0.069 (0.30)	-0.11 (0.30)
Preta	0.64* (0.36)	0.70** (0.34)	0.69** (0.34)	0.71** (0.34)	0.69** (0.34)
Parda	-0.27 (0.31)	-0.051 (0.29)	-0.033 (0.29)	-0.015 (0.29)	-0.048 (0.29)
Católica	0.31 (0.21)	0.38** (0.19)	0.37* (0.19)	0.35* (0.19)	0.35* (0.19)
Evangélica	-0.064 (0.23)	-0.072 (0.21)	-0.066 (0.21)	-0.089 (0.21)	-0.086 (0.21)
Benefício (GF)	0.44 (0.33)	-0.016 (0.31)	0.0027 (0.31)	-0.014 (0.31)	-0.0078 (0.31)
PT (preferido)	1.44*** (0.35)	1.47*** (0.34)	1.48*** (0.34)	1.48*** (0.34)	1.48*** (0.34)
PSDB (preferido)	-1.17*** (0.33)	-1.09*** (0.31)	-1.16*** (0.31)	-1.17*** (0.31)	-1.14*** (0.31)
Nota Dilma	0.27*** (0.03)	0.27*** (0.03)	0.26*** (0.03)	0.27*** (0.03)	0.26*** (0.03)
Ideologia (clássica)	-0.0012 (0.03)				
Esquerda		0.18 (0.32)			
Direita		0.49 (0.32)			
Não resposta/Sem ideologia		0.50* (0.26)			
Esquerda × Médio		-0.31 (0.38)			
Esquerda × Superior		0.46 (0.52)			
Direita × Médio		-0.93** (0.40)			

Continua

Direita × Superior		-0.64 (0.55)			
Ideologia			-0.024 (0.03)		
Ideologia (Comportamento)				0.0039 (0.04)	
Ideologia (Economia)					-0.12** (0.06)
<i>N</i>	1020	1195	1195	1195	1195
Pseudo-R ²	0.177	0.178	0.169	0.169	0.171
BIC	1101.4	1337.1	1307.3	1308.0	1303.9
AIC	1027.5	1230.3	1231.0	1231.7	1227.6

Erro padrão em parênteses

* $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Tabela 6: Determinantes do voto em Aécio Neves no 1º turno da eleição de 2014

	Escala clássica	Wood e Oliver	Bateria de perguntas	Comportamento	Economia
Sexo	-0.034 (0.14)	-0.064 (0.14)	-0.052 (0.14)	-0.032 (0.14)	-0.031 (0.13)
Idade	0.16*** (0.06)	0.16*** (0.05)	0.16*** (0.05)	0.16*** (0.05)	0.16*** (0.05)
Médio	0.0080 (0.17)	0.22 (0.25)	0.075 (0.15)	0.088 (0.15)	0.053 (0.15)
Superior	-0.037 (0.20)	0.063 (0.34)	0.15 (0.19)	0.15 (0.19)	0.097 (0.19)
Branca	0.24 (0.29)	-0.085 (0.27)	-0.071 (0.27)	-0.081 (0.27)	-0.064 (0.27)
Preta	-0.15 (0.34)	-0.33 (0.31)	-0.32 (0.31)	-0.32 (0.31)	-0.32 (0.31)
Parda	0.31 (0.28)	0.029 (0.26)	0.050 (0.25)	0.040 (0.25)	0.053 (0.25)
Católica	0.24 (0.19)	0.16 (0.18)	0.17 (0.18)	0.17 (0.18)	0.20 (0.18)
Evangélica	0.30 (0.20)	0.16 (0.18)	0.17 (0.18)	0.17 (0.18)	0.20 (0.18)
Benefício (GF)	-0.47 (0.35)	-0.32 (0.31)	-0.31 (0.31)	-0.31 (0.31)	-0.31 (0.31)
PT (preferido)	-1.70*** (0.62)	-1.73*** (0.61)	-1.73*** (0.61)	-1.73*** (0.61)	-1.73*** (0.61)
PSDB (preferido)	1.68*** (0.23)	1.62*** (0.22)	1.69*** (0.22)	1.70*** (0.22)	1.68*** (0.22)
Nota Dilma	-0.25*** (0.03)	-0.25*** (0.03)	-0.24*** (0.03)	-0.25*** (0.03)	-0.25*** (0.03)
Ideologia (clássica)	0.038 (0.03)				
Esquerda		0.25 (0.29)			
Direita		0.43 (0.30)			
Não resposta/Sem ideologia		-0.18 (0.25)			
Esquerda × Médio		-0.19 (0.35)			
Esquerda × Superior		-0.26 (0.49)			
Direita × Médio		-0.25 (0.36)			
Direita × Superior		0.25 (0.46)			
Ideologia			0.039 (0.03)		

Continua

Ideologia (Comportamento)				0.026 (0.03)	
Ideologia (Economia)					0.098* (0.05)
<i>N</i>	1020	1195	1195	1195	1195
Pseudo-R2	0.145	0.142	0.137	0.136	0.137
BIC	1279.2	1521.8	1487.7	1489.3	1486.7
AIC	1205.3	1415.0	1411.4	1413.0	1410.4

Erro padrão em parênteses

* $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Tabela 7: Determinantes do voto em Marina Silva no 1º turno da eleição de 2014

	Escala clássica	Wood e Oliver	Bateria de perguntas	Comportamento	Economia
Sexo	-0.12 (0.21)	-0.15 (0.20)	-0.096 (0.20)	-0.068 (0.20)	-0.12 (0.20)
Idade	-0.026 (0.08)	-0.0050 (0.08)	-0.013 (0.08)	-0.010 (0.08)	-0.021 (0.08)
Médio	0.78*** (0.28)	0.42 (0.43)	0.64*** (0.25)	0.64*** (0.25)	0.61** (0.25)
Superior	1.46*** (0.30)	1.29*** (0.47)	1.37*** (0.27)	1.35*** (0.28)	1.34*** (0.27)
Branca	-0.18 (0.43)	0.033 (0.42)	0.048 (0.42)	0.039 (0.42)	0.073 (0.42)
Preta	-0.59 (0.53)	-0.12 (0.49)	-0.11 (0.49)	-0.12 (0.49)	-0.096 (0.49)
Parda	-0.14 (0.41)	0.032 (0.41)	0.027 (0.40)	0.020 (0.40)	0.054 (0.40)
Católica	-0.67** (0.28)	-0.54** (0.26)	-0.53** (0.26)	-0.50* (0.26)	-0.52** (0.26)
Evangélica	0.21 (0.26)	0.31 (0.25)	0.28 (0.25)	0.30 (0.25)	0.28 (0.25)
Benefício (GF)	0.57 (0.45)	0.70* (0.40)	0.68* (0.39)	0.70* (0.39)	0.68* (0.39)
PT (preferido)	-0.58 (0.63)	-0.56 (0.63)	-0.61 (0.63)	-0.61 (0.63)	-0.61 (0.63)
PSDB (preferido)	-1.24*** (0.42)	-1.06*** (0.39)	-0.97** (0.39)	-0.97** (0.39)	-1.00*** (0.39)
Nota Dilma	-0.073 (0.05)	-0.083* (0.04)	-0.083* (0.04)	-0.090** (0.04)	-0.076* (0.04)
Ideologia (clássica)	0.071* (0.04)				
Esquerda		0.020 (0.48)			
Direita		-0.48 (0.56)			
Não resposta/Sem ideologia		-0.37 (0.39)			
Esquerda × Médio		-0.37 (0.58)			
Esquerda × Superior		-0.29 (0.64)			
Direita × Médio		1.06* (0.63)			
Direita × Superior		0.48 (0.68)			
Ideologia			-0.0022		

Continua

Ideologia (Comportamento)			(0.04)	-0.032 (0.05)	
Ideologia (Economia)					0.089 (0.08)
<i>N</i>	1020	1195	1195	1195	1195
Pseudo-R2	0.0824	0.0783	0.0664	0.0670	0.0679
BIC	759.4	894.8	861.9	861.5	860.7
AIC	685.5	788.0	785.6	785.2	784.5

Erro padrão em parênteses

* $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Tabela 8: Determinantes do voto em Dilma Rousseff no 2º turno da eleição de 2014

	Escala clássica	Wood e Oliver	Bateria de perguntas	Comportamento	Economia
Sexo	-0.040 (0.16)	-0.11 (0.15)	-0.080 (0.15)	-0.12 (0.15)	-0.075 (0.15)
Idade	0.16*** (0.06)	0.12** (0.06)	0.12** (0.06)	0.12** (0.06)	0.13** (0.06)
Médio	0.20 (0.19)	0.66** (0.28)	0.22 (0.17)	0.21 (0.17)	0.27 (0.17)
Superior	-0.092 (0.24)	0.016 (0.39)	-0.20 (0.22)	-0.17 (0.22)	-0.12 (0.22)
Branca	0.092 (0.34)	0.18 (0.32)	0.18 (0.32)	0.21 (0.32)	0.16 (0.32)
Preta	0.78** (0.38)	0.70** (0.35)	0.69** (0.35)	0.71** (0.35)	0.69 (0.35)
Parda	0.055 (0.33)	0.11 (0.31)	0.13 (0.30)	0.15 (0.31)	0.11 (0.31)
Católica	0.19 (0.21)	0.28 (0.19)	0.27 (0.19)	0.24 (0.19)	0.25 (0.19)
Evangélica	-0.31 (0.23)	-0.28 (0.21)	-0.27 (0.21)	-0.30 (0.21)	-0.29 (0.21)
Benefício (GF)	0.82** (0.33)	0.47 (0.30)	0.48 (0.30)	0.46 (0.30)	0.47 (0.30)
PT (preferido)	1.47*** (0.37)	1.54*** (0.37)	1.58*** (0.36)	1.59*** (0.36)	1.59*** (0.36)
PSDB (preferido)	-1.25*** (0.34)	-1.03*** (0.31)	-1.11*** (0.30)	-1.12*** (0.30)	-1.09*** (0.30)
Nota Dilma	0.30*** (0.03)	0.30*** (0.03)	0.30*** (0.03)	0.31*** (0.03)	0.30*** (0.03)
Ideologia (clássica)	-0.012 (0.03)				
Esquerda		0.31 (0.33)			
Direita		0.46 (0.33)			
Não resposta/Sem ideologia		0.12 (0.27)			
Esquerda × Médio		-0.48 (0.39)			
Esquerda × Superior		0.17 (0.52)			
Direita × Médio		-0.96** (0.41)			
Direita × Superior		-0.80 (0.56)			
Ideologia			-0.028 (0.03)		

Continua

Ideologia (Comportamento)				0.010 (0.04)	
Ideologia (Economia)					-0.16** (0.06)
N	1020	1195	1195	1195	1195
Pseudo-R2	0.201	0.198	0.192	0.192	0.196
BIC	1093.8	1314.7	1280.6	1281.5	1274.9
AIC	1019.9	1207.9	1204.3	1205.2	1198.6

Erro padrão em
parênteses

** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Tabela 9: Determinantes do voto em Aécio Neves no 2º turno da eleição de 2014

	Escala clássica	Wood e Oliver	Bateria de perguntas	Comportamento	Economia
Sexo	-0.18 (0.14)	-0.21 (0.13)	-0.17 (0.13)	-0.14 (0.13)	-0.18 (0.13)
Idade	0.16*** (0.05)	0.18*** (0.05)	0.18*** (0.05)	0.18*** (0.05)	0.17*** (0.05)
Médio	0.28 (0.16)	0.37 (0.25)	0.34** (0.15)	0.34** (0.15)	0.31** (0.15)
Superior	0.49** (0.21)	0.36 (0.33)	0.62*** (0.19)	0.60*** (0.19)	0.58*** (0.19)
Branca	0.17 (0.29)	0.096 (0.27)	0.079 (0.27)	0.069 (0.27)	0.099 (0.27)
Preta	-0.50 (0.34)	-0.50 (0.31)	-0.52 (0.31)	-0.54 (0.31)	-0.52 (0.31)
Parda	0.20 (0.28)	0.091 (0.26)	0.072 (0.25)	0.061 (0.25)	0.089 (0.25)
Católica	0.053 (0.19)	0.078 (0.17)	0.11 (0.17)	0.14 (0.17)	0.13 (0.17)
Evangélica	0.36 (0.20)	0.36 (0.18)	0.37** (0.18)	0.39** (0.18)	0.38** (0.18)
Benefício (GF)	-0.36 (0.33)	-0.28 (0.30)	-0.26 (0.30)	-0.25 (0.30)	-0.26 (0.30)
PT (preferido)	-2.01*** (0.62)	-1.98*** (0.61)	-2.04*** (0.61)	-2.04*** (0.61)	-2.03*** (0.61)
PSDB (preferido)	1.43*** (0.25)	1.37*** (0.23)	1.46*** (0.23)	1.47*** (0.23)	1.44*** (0.23)
Nota Dilma	-0.28*** (0.03)	-0.28*** (0.03)	-0.28*** (0.03)	-0.29*** (0.03)	-0.28*** (0.03)
Ideologia (clássica)	0.075** (0.03)				
Esquerda		-0.13 (0.28)			
Direita		0.0064 (0.29)			
Não resposta/Sem ideologia		-0.34 (0.24)			
Esquerda × Médio		-0.20 (0.34)			
Esquerda × Superior		-0.17 (0.47)			
Direita × Médio		0.072 (0.36)			
Direita × Superior		0.72 (0.47)			
Ideologia			0.0093 (0.03)		

Continua

Ideologia (Comportamento)				-0.022 (0.03)	
Ideologia (Economia)					0.11 (0.05)
N	1020	1195	1195	1195	1195
Pseudo-R2	0.163	0.164	0.156	0.156	0.158
BIC	1285.5	1531.4	1501.5	1501.1	1497.8
AIC	1211.6	1424.5	1425.2	1424.8	1421.5

Erro padrão em
parênteses

** p<0.05, *** p<0.01

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Tabela 10: Determinantes do voto em Marconi Perillo no 1º turno da eleição de 2014

	Escala clássica	Wood e Oliver	Bateria de perguntas	Comportamento	Economia
Sexo	0.14 (0.15)	0.075 (0.14)	0.025 (0.14)	0.030 (0.14)	0.074 (0.14)
Idade	0.18*** (0.06)	0.19*** (0.05)	0.18*** (0.05)	0.18*** (0.05)	0.18*** (0.05)
Médio	0.39** (0.18)	0.60** (0.27)	0.47*** (0.16)	0.49*** (0.16)	0.46*** (0.16)
Superior	0.45** (0.22)	0.40 (0.36)	0.50** (0.21)	0.54** (0.21)	0.42** (0.21)
Branca	-0.25 (0.31)	-0.24 (0.28)	-0.22 (0.28)	-0.23 (0.28)	-0.24 (0.28)
Preta	0.11 (0.35)	-0.096 (0.32)	-0.10 (0.32)	-0.10 (0.32)	-0.12 (0.32)
Parda	0.027 (0.29)	-0.0042 (0.27)	0.0077 (0.27)	0.0026 (0.27)	-0.0072 (0.27)
Católica	0.60*** (0.20)	0.56*** (0.18)	0.56*** (0.18)	0.55*** (0.18)	0.60*** (0.18)
Evangélica	0.15 (0.21)	0.016 (0.20)	-0.0079 (0.20)	-0.015 (0.20)	0.040 (0.19)
Benefício (Estadual)	0.60 (0.51)	0.50 (0.47)	0.54 (0.46)	0.53 (0.46)	0.53 (0.46)
PMDB (preferido)	-1.03*** (0.24)	-0.93*** (0.22)	-0.88*** (0.21)	-0.89*** (0.21)	-0.86*** (0.21)
PSDB (preferido)	0.88*** (0.23)	0.96*** (0.22)	1.00*** (0.22)	1.01*** (0.22)	1.02*** (0.22)
Nota Perillo	0.31*** (0.03)	0.29*** (0.03)	0.30*** (0.03)	0.30*** (0.03)	0.29*** (0.03)
Ideologia (clássica)	0.067** (0.03)				
Esquerda		-0.023 (0.31)			
Direita		0.23 (0.31)			
Não resposta/Sem ideologia		-0.038 (0.26)			
Esquerda × Médio		-0.14 (0.37)			
Esquerda × Superior		-0.27 (0.51)			
Direita × Médio		-0.23 (0.38)			
Direita × Superior		0.22 (0.48)			
Ideologia			0.068** (0.03)		

Continua

Ideologia (Comportamento)				0.081** (0.03)	
Ideologia (Economia)					0.077 (0.06)
N	1020	1193	1193	1193	1193
Pseudo-R2	0.185	0.176	0.177	0.177	0.174
BIC	1194.4	1437.5	1393.6	1394.3	1398.5
AIC	1120.5	1330.7	1317.4	1318.0	1322.3

Erro padrão em
parênteses

** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Tabela 11: Determinantes do voto em Íris Rezende no 1º turno da eleição de 2014

	Escala clássica	Wood e Oliver	Bateria de perguntas	Comportamento	Economia
Sexo	-0.25 (0.15)	-0.26 (0.14)	-0.29** (0.14)	-0.30** (0.14)	-0.27 (0.14)
Idade	0.060 (0.06)	0.061 (0.05)	0.062 (0.05)	0.062 (0.05)	0.065 (0.05)
Médio	-0.18 (0.17)	0.15 (0.27)	-0.22 (0.16)	-0.21 (0.16)	-0.21 (0.16)
Superior	-0.49** (0.22)	0.019 (0.37)	-0.50** (0.21)	-0.48** (0.21)	-0.51** (0.21)
Branca	-0.20 (0.30)	-0.19 (0.28)	-0.18 (0.28)	-0.18 (0.28)	-0.19 (0.28)
Preta	0.022 (0.34)	0.033 (0.32)	0.049 (0.32)	0.051 (0.32)	0.045 (0.32)
Parda	-0.13 (0.29)	-0.12 (0.27)	-0.086 (0.27)	-0.085 (0.27)	-0.095 (0.27)
Católica	0.16 (0.20)	0.16 (0.19)	0.15 (0.19)	0.14 (0.19)	0.16 (0.19)
Evangélica	0.21 (0.21)	0.23 (0.20)	0.25 (0.19)	0.24 (0.19)	0.26 (0.19)
Benefício (Est~)	0.089 (0.52)	-0.014 (0.48)	-0.040 (0.48)	-0.039 (0.48)	-0.051 (0.48)
PMDB (preferido)	1.59*** (0.21)	1.55*** (0.19)	1.52*** (0.19)	1.51*** (0.19)	1.52*** (0.19)
PSDB (preferido)	-0.16 (0.27)	-0.21 (0.27)	-0.25 (0.26)	-0.25 (0.26)	-0.23 (0.26)
Nota Perillo	-0.18*** (0.03)	-0.19*** (0.02)	-0.19*** (0.02)	-0.19*** (0.02)	-0.19*** (0.02)
Ideologia (clássica)	-0.039 (0.03)				
Esquerda		0.64** (0.31)			
Direita		0.68** (0.32)			
Não resposta/Sem ideologia		0.47 (0.26)			
Esquerda × Médio		-0.26 (0.36)			
Esquerda × Superior		-0.62 (0.50)			
Direita × Médio		-0.80** (0.39)			
Direita × Superior		-0.75 (0.50)			
Ideologia			0.015 (0.03)		

Continua

Ideologia (Comportamento)				0.028 (0.03)	
Ideologia (Economia)					-0.016 (0.06)
N	1020	1193	1193	1193	1193
Pseudo-R2	0.101	0.109	0.103	0.103	0.102
BIC	1198.3	1429.1	1395.6	1395.2	1395.8
AIC	1124.4	1322.4	1319.3	1318.9	1319.5

Erro padrão em
parênteses

** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Tabela 12: Determinantes do voto em Vanderlan Cardoso no 1º turno da eleição de 2014

	Escala clássica	Wood e Oliver	Bateria de perguntas	Comportamento	Economia
Sexo	0.044 (0.21)	0.073 (0.20)	0.10 (0.20)	0.11 (0.20)	0.085 (0.20)
Idade	0.10 (0.08)	0.098 (0.08)	0.098 (0.08)	0.098 (0.08)	0.095 (0.08)
Médio	0.43 (0.26)	0.44 (0.39)	0.43 (0.24)	0.42 (0.24)	0.42 (0.24)
Superior	0.69** (0.29)	0.65 (0.46)	0.82*** (0.27)	0.81*** (0.28)	0.83*** (0.27)
Branca	0.044 (0.47)	0.22 (0.47)	0.21 (0.47)	0.21 (0.47)	0.22 (0.47)
Preta	0.15 (0.53)	0.71 (0.50)	0.70 (0.50)	0.70 (0.50)	0.71 (0.50)
Parda	0.19 (0.46)	0.31 (0.45)	0.29 (0.45)	0.29 (0.45)	0.30 (0.45)
Católica	-0.70** (0.28)	-0.59** (0.27)	-0.56** (0.27)	-0.56** (0.27)	-0.58** (0.26)
Evangélica	0.37 (0.26)	0.36 (0.25)	0.36 (0.25)	0.37 (0.25)	0.35 (0.25)
Benefício (Est~)	0 (.)	-1.10 (1.04)	-1.14 (1.04)	-1.14 (1.04)	-1.13 (1.04)
PMDB (preferido)	-0.56 (0.37)	-0.54 (0.35)	-0.50 (0.34)	-0.49 (0.34)	-0.49 (0.34)
PSDB (preferido)	-0.93** (0.42)	-0.94** (0.42)	-0.87** (0.42)	-0.87** (0.42)	-0.88** (0.42)
Nota Perillo	-0.11*** (0.04)	-0.090** (0.04)	-0.088** (0.04)	-0.088** (0.04)	-0.086** (0.04)
Ideologia (clássica)	0.080 (0.04)				
Esquerda		-0.38 (0.46)			
Direita		-0.17 (0.48)			
Não resposta/Sem ideologia		-0.36 (0.37)			
Esquerda × Médio		-0.27 (0.56)			
Esquerda × Superior		0.14 (0.64)			
Direita × Médio		0.12 (0.57)			
Direita × Superior		0.20 (0.65)			

Continua

Ideologia			-0.013 (0.04)		
Ideologia (Comportamento)				-0.023 (0.05)	
Ideologia (Economia)					0.011 (0.08)
N	1000	1193	1193	1193	1193
Pseudo-R2	0.0656	0.0658	0.0602	0.0604	0.0601
BIC	744.3	896.5	858.5	858.3	858.6
AIC	675.6	789.7	782.2	782.1	782.3

Erro padrão em
parênteses

** p<0.05, *** p<0.01

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Tabela 13: Determinantes do voto em Marconi Perillo no 2º turno da eleição de 2014

	Escala clássica	Wood e Oliver	Bateria de perguntas	Comportamento	Economia
Sexo	0.043 (0.15)	-0.030 (0.14)	-0.043 (0.14)	-0.032 (0.14)	-0.0098 (0.14)
Idade	0.14** (0.06)	0.13*** (0.05)	0.12** (0.05)	0.13** (0.05)	0.12** (0.05)
Médio	0.51*** (0.17)	0.56** (0.27)	0.56*** (0.16)	0.57*** (0.16)	0.54*** (0.16)
Superior	0.50** (0.21)	0.46 (0.35)	0.57*** (0.20)	0.59*** (0.20)	0.50** (0.20)
Branca	0.13 (0.31)	0.18 (0.28)	0.18 (0.28)	0.17 (0.28)	0.17 (0.28)
Preta	0.078 (0.35)	0.055 (0.33)	0.048 (0.32)	0.043 (0.32)	0.037 (0.32)
Parda	0.27 (0.29)	0.25 (0.27)	0.24 (0.27)	0.24 (0.27)	0.24 (0.27)
Católica	0.50** (0.19)	0.50*** (0.18)	0.51*** (0.18)	0.51*** (0.18)	0.54*** (0.18)
Evangélica	0.32 (0.21)	0.22 (0.19)	0.20 (0.19)	0.20 (0.19)	0.23 (0.19)
Benefício (Est~)	0.39 (0.50)	0.54 (0.46)	0.57 (0.46)	0.56 (0.45)	0.56 (0.45)
PMDB (preferido)	-0.98*** (0.23)	-0.91*** (0.21)	-0.87*** (0.21)	-0.88*** (0.21)	-0.85*** (0.21)
PSDB (preferido)	0.80*** (0.23)	0.88*** (0.22)	0.91*** (0.22)	0.92*** (0.22)	0.92*** (0.22)
Nota Perillo	0.30*** (0.03)	0.29*** (0.03)	0.30*** (0.03)	0.30*** (0.03)	0.29*** (0.03)
Ideologia (clássica)	0.084** *				
Esquerda		-0.25 (0.31)			
Direita		-0.096 (0.31)			
Não resposta/Sem ideologia		-0.37 (0.25)			
Esquerda × Médio		-0.13 (0.36)			
Esquerda × Superior		-0.36 (0.50)			
Direita × Médio		0.062 (0.38)			
Direita × Superior		0.23 (0.47)			
Ideologia			0.054**		

Continua

Ideologia (Comportamento)			(0.03)		
Ideologia (Economia)				0.055 (0.03)	0.090 (0.06)
N	1020	1193	1193	1193	1193
Pseudo-R2	0.174	0.167	0.165	0.164	0.163
BIC	1233.8	1477.2	1438.4	1439.9	1440.4
AIC	1159.8	1370.4	1362.2	1363.6	1364.1

Erro padrão em
parênteses

** p<0.05, *** p<0.01

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Tabela 14: Determinantes do voto em Íris Resende no 2º turno da eleição de 2014

	Escala clássica	Wood e Oliver	Bateria de perguntas	Comportamento	Economia
Sexo	-0.27 (0.14)	-0.29** (0.13)	-0.28** (0.13)	-0.28** (0.13)	-0.29** (0.13)
Idade	0.14** (0.06)	0.13** (0.05)	0.13*** (0.05)	0.13*** (0.05)	0.13*** (0.05)
Médio	-0.067 (0.17)	0.49 (0.26)	-0.036 (0.15)	-0.038 (0.15)	-0.032 (0.15)
Superior	-0.33 (0.20)	0.036 (0.34)	-0.30 (0.19)	-0.30 (0.19)	-0.29 (0.19)
Branca	-0.0014 (0.29)	-0.064 (0.27)	-0.044 (0.27)	-0.043 (0.27)	-0.043 (0.27)
Preta	0.12 (0.33)	0.090 (0.31)	0.11 (0.31)	0.11 (0.31)	0.11 (0.31)
Parda	0.11 (0.28)	0.056 (0.26)	0.083 (0.26)	0.084 (0.26)	0.084 (0.26)
Católica	-0.13 (0.19)	-0.061 (0.17)	-0.070 (0.17)	-0.070 (0.17)	-0.076 (0.17)
Evangélica	-0.066 (0.20)	0.028 (0.18)	0.031 (0.18)	0.031 (0.18)	0.025 (0.18)
Benefício (Est~)	-0.26 (0.52)	-0.30 (0.47)	-0.37 (0.48)	-0.37 (0.48)	-0.37 (0.48)
PMDB (preferido)	1.34*** (0.21)	1.29*** (0.19)	1.27*** (0.19)	1.27*** (0.19)	1.27*** (0.19)
PSDB (preferido)	-0.31 (0.26)	-0.31 (0.25)	-0.35 (0.24)	-0.35 (0.24)	-0.35 (0.24)
-					
Nota Perillo	0.22*** (0.03)	-0.20*** (0.02)	-0.20*** (0.02)	-0.20*** (0.02)	-0.20*** (0.02)
Ideologia (clássica)	-0.019 (0.03)				
Esquerda		0.55 (0.29)			
Direita		0.65** (0.30)			
Não resposta/Sem ideologia		0.25 (0.25)			
Esquerda × Médio		-0.63 (0.35)			
Esquerda × Superior		-0.15 (0.46)			
Direita × Médio		-0.92** (0.37)			
Direita × Superior		-0.73 (0.47)			
Ideologia			-0.0094		

Continua

Ideologia (Comportamento)			(0.03)		
Ideologia (Economia)				-0.0094 (0.03)	-0.016 (0.05)
N	1020	1193	1193	1193	1193
Pseudo-R2	0.100	0.0985	0.0927	0.0927	0.0927
BIC	1292.6	1545.2	1511.7	1511.7	1511.7
AIC	1218.7	1438.4	1435.4	1435.5	1435.5

Erro padrão em
parênteses

** p<0.05, *** p<0.01

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEG (2015).

Anexo

Questionário ESEG
2015

PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA □ UFG □ Novembro/2015

Entrevistador:	Data:	Supervisão:	Checagem:	Nº de controle
----------------	-------	-------------	-----------	----------------

PESQUISADO(A)R: LER O TEXTO ABAIXO ANTES DE COMEÇAR A PESQUISA

APRESENTAÇÃO: Bom dia/boa tarde/boa noite. Eu sou o(a) (nome), entrevistado(a)r do Instituto _____. Estamos realizando, em parceria com a **Universidade Federal de Goiás**, entrevistas com moradores da cidade de Goiânia, para saber o que vocês pensam sobre política. Eu gostaria de saber se o(a) sr(a) poderia responder a algumas perguntas?

Antes de tudo, gostaria de dizer que **sua participação é completamente voluntária**. Não há respostas certas ou erradas. O importante é que suas respostas estejam de acordo com o que você de fato pensa sobre o assunto.

Suas respostas são totalmente confidenciais e serão somadas às respostas de outras pessoas para apuração dos resultados. Nós registramos seu nome e endereço somente para que a supervisão da pesquisa possa verificar o meu trabalho. Por isso, garantimos que **não haverá nenhum tipo de identificação individual de entrevistados e entrevistadas**.

H1. HORA EXATA DO INÍCIO: _____ HORAS _____ MINUTOS

PERGUNTAS FÍLTRO

O(A) sr(a):

		Sim	Não → ENCERRAR
a)	Tem título de eleitor?	1	2
b)	Vota em Goiânia?	1	2

MÓDULO INTRODUÇÃO

SEXO) Sexo (ANOTAR SEM PERGUNTAR) 1() Homem 2() Mulher
IDADE1) Qual a sua idade? IDADE2) ANOTAR: _____ 1() 18 a 24 2() 25 a 34 3() 35 a 44 4() 45 a 59 5() 60 ou mais
ESCOLA) Até que ano o(a) sr(a) estudou? 0() Não estudou 1() 1º ano (pré-escola) 2() 2º ano (1ª série) 3() 3º ano (2ª série) 4() 4º ano (3ª série) 5() 5º ano (4ª série) 6() 6º ano (5ª série / 1º ano do ginásio) 7() 7º ano (6ª série / 2º ano do ginásio) 8() 8º ano (7ª série / 3º ano do ginásio) 9() 9º ano (8ª série / 4º ano do ginásio) 10() 1º ano do ensino médio 11() 2º ano do ensino médio 12() 3º ano do ensino médio 13() Superior incompleto 14() Superior completo 15() Pós-graduação ou mais

P1) Para começar, o(a) sr(a) se considera uma pessoa muito interessada por política, um pouco interessada, ou o(a) sr(a) não tem interesse por política? (ESTIMULADA E ÚNICA)

- 1() Muito interessada 88() NS
2() Um pouco interessada 99() NR

3() Não tem interesse

P2) E hoje em dia, até que ponto a política é um tema de conversas nas suas relações pessoais, em casa, com sua família? E com seus amigos e/ou amigas? E no seu local de trabalho ou estudo? Frequentemente, de vez em quando, raramente ou nunca? **(APLICAR RODÍZIO)**

		Frequen- temente	De vez em quando	Rara- mente	Nunca	NS	NR	NA
a)	Em casa, com sua família	4	3	2	1	88	99	/
b)	Com seus amigos e/ou amigas	4	3	2	1	88	99	
c)	No local de trabalho ou estudo	4	3	2	1	88	99	

P3) **(MOSTRAR CARTÃO #1)** Agora eu queria saber o que o(a) sr(a) sente quando se fala de política. Dos sentimentos que vou ler, diga-me, por favor, qual deles descreve melhor o que o(a) sr(a) sente em relação à política? E em segundo lugar? **(ATÉ DUAS MENÇÕES – ANOTE NA ORDEM CITADA NOS ESPAÇOS ABAIXO – CASO DEIXE DE CITAR, ANOTE ‘NÃO RESPONDEU’).**

1º LUGAR: |___|___| 2º LUGAR: |___|___|

- | | |
|--------------------|------------------------|
| 1() Entusiasmo | 7() Interesse |
| 2() Indiferença | 8() Esperança |
| 3() Aborrecimento | 9() Decepção |
| 4() Desconfiança | 10() Felicidade |
| 5() Compromisso | 11() Nenhum (NÃO LER) |
| 6() Irritação | 88() NS |
| | 99() NR |

MÓDULO 5 – MÓDULO DO VOTO – ELEIÇÕES 2014

Gostaria de falar agora com o(a) sr(a) sobre as eleições do ano passado....

P4) Sabemos que algumas vezes as pessoas não podem ir votar no dia da eleição. O(a) sr(a) votou no primeiro turno das eleições do ano passado? Ou o(a) sr(a) não votou no primeiro turno das eleições do ano passado?

- 1() Sim
 2() Não, maior de 70 anos → **pule para P7**
 3() Não votei por opção/justificou → **pule para P7**
 4() Não, justificou o voto nos dois turnos → **pule para P10**
 88() NS
 99() NR

P5) **(MOSTRAR DISCO #1)** Em quem o(a) sr(a) votou para presidente no primeiro turno? **(ESTIMULADA E ÚNICA – APLICAR**

RODÍZIO).

- | | |
|------------------------------|----------------------|
| 1() Dilma Rousseff (PT) | 44() Voto nulo |
| 2() Aécio Neves (PSDB) | 55() Voto em branco |
| 3() Marina Silva (PSB) | 66() Não se aplica |
| 4() Luciana Genro (PSOL) | 77() Não lembra |
| 5() Pastor Everaldo (PSC) | 88() NS |
| 6() Zé Maria (PSTU) | 99() NR |
| 7() Eduardo Jorge (PV) | |
| 8() Mauro Iasi (PCB) | |
| 9() Rui Costa Pimenta (PCO) | |
| 10() Levy Fidelix (PRTB) | |
| 11() Eymael (PSDC) | |

P6) **(MOSTRAR DISCO #2)** E para o governador de Goiás, em quem o(a) Sr(a) votou no primeiro turno da eleição? **(ESTIMULADA E ÚNICA – APLICAR RODÍZIO).**

- | | |
|---------------------------------|---------------------|
| 1() Marconi Perillo (PSDB) | 8() Voto nulo |
| 2() Íris Rezende (PMDB) | 9() Voto em branco |
| 3() Vanderlan Cardoso (PSB) | 66() Não se aplica |
| 4() Antônio Gomide (PT) | 77() Não lembra |
| 5() Alexandre Magalhães (PSDC) | 88() NS |
| 6() Marta Jane (PCB) | 99() NR |

7() Professor Weslei (PSOL)

P7) O(a) sr(a) votou no segundo turno das eleições do ano passado?

- 1() Sim

- 2() Não, maior de 70 anos → **pule para P10**
 3() Não votei por opção/justificou → **pule para P10**
 88() NS
 99() NR

P8) (MOSTRAR DISCO #3) E no segundo turno, em quem o(a) sr(a) votou para presidente? Dilma Rousseff ou Aécio Neves? (ESTIMULADA E ÚNICA – APLICAR RODÍZIO).

- 1() Dilma Rousseff (PT) 66() Não se aplica
 2() Aécio Neves (PSDB) 77() Não lembra
 3() Voto nulo 88() NS
 4() Voto em branco 99() NR

P9) (MOSTRAR DISCO #4) E para o governador de Goiás, em quem o(a) sr(a) votou no segundo turno? Marconi Perillo
 ou

Íris Rezende? (ESTIMULADA E ÚNICA – APLICAR RODÍZIO).

- 1() Marconi Perillo (PSDB) 66() Não se aplica
 2() Íris Rezende (PMDB) 77() Não lembra
 3() Voto nulo 88() NS
 4() Voto em branco 99() NR

Mudando de assunto...

P10) Agora eu gostaria de saber com que frequência o(a) sr(a) assiste a certos programas de TV. Quantos dias da semana o(a) sr(a)... **LER ITEM A ITEM (RESPOSTA ÚNICA POR LINHA) (APLICAR RODÍZIO) (RESPOSTA "TODOS OS DIAS" MARCAR CÓDIGO 5 OU 6 DE ACORDO COM A VEÍCULAÇÃO DO PROGRAMA)**

	Nunca	1	2	3	4	5	Todos os dias	NS	NR
a) Assiste ao Jornal Nacional?	77	1	2	3	4	5	6	88	99
b) Assiste ao Jornal da Record?	77	1	2	3	4	5	6	88	99
c) Assiste ao SBT Brasil?	77	1	2	3	4	5	6	88	99
d) Assiste ao Bom Dia Brasil?	77	1	2	3	4	5	6	88	99
e) Assiste ao JATV 1ª ou 2ª edição?	77	1	2	3	4	5	6	88	99
f) Assiste ao Jornal do Meio Dia?	77	1	2	3	4	5	6	88	99
g) Assiste ao Balanço Geral?	77	1	2	3	4	5	6	88	99
h) Assiste ao Cidade Alerta?	77	1	2	3	4	5	6	88	99
i) Assiste ao Brasil Urgente?	77	1	2	3	4	5	6	88	99

P11) Agora eu gostaria de saber com que frequência o(a) sr(a) ouve jornais na rádio como o Jornal da CBN ou o Jornal da 730. Quantos dias da semana o(a) sr(a) ouve esses jornais? (RESPOSTA ÚNICA)

Nunca	1	2	3	4	5	6	Todos os dias	NS	NR
77	1	2	3	4	5	6	7	88	99

P12) Agora eu gostaria de saber com que frequência o(a) sr(a) lê certos tipos de publicações impressas, mesmo que na Internet. Quantos dias da semana, de segunda a domingo, você... **LER ITEM A ITEM (RESPOSTA ÚNICA POR LINHA) (APLICAR RODÍZIO)**

	Nunca	1	2	3	4	5	6	Todos os dias	NS	NR
a) Lê algum jornal local como O Popular ou Diário da Manhã?	77	1	2	3	4	5	6	7	88	99
b) Lê algum jornal de circulação nacional como Folha, Estadão ou Globo?	77	1	2	3	4	5	6	7	88	99
c) Lê notícias em algum portal da Internet, como o G1, Globo.com, R7, Terra ou UOL?	77	1	2	3	4	5	6	7	88	99
d) Lê o jornal Daqui?	77	1	2	3	4	5	6	7	88	99
e) Lê notícias no Facebook?	77	1	2	3	4	5	6	7	88	99

P13) Quais revistas o(a) sr(a) tem o hábito de ler mesmo que pela internet? (LER ATÉ A OPÇÃO 4) (RESPOSTA MÚLTIPLA)

- 1() Veja 2() IstoÉ 3() Época 4() Carta Capital 5() Não tem o hábito ler essas revistas
 88() NS 99() NR

Pensando agora especificamente em relação às eleições do ano passado...

P14) Pelo que o(a) sr(a) se lembra, você compartilhou notícias sobre as eleições e os candidatos no... **(LEIA CADA ITEM)**, ou o(a) sr(a) não usa internet? **(SE NÃO USA MARCAR OPÇÃO “NA” E IR PARA A QUESTÃO P16):**

		Sim	Não	NA	NS	NR
a)	Facebook	1	2	77	88	99
b)	Twitter	1	2	77	88	99
c)	Whats App	1	2	77	88	99

P15) E o(a) sr(a) discutiu sobre as eleições e os candidatos no **(LEIA CADA ITEM):**

		Sim	Não	NA	NS	NR
a)	Facebook	1	2	77	88	99
b)	Twitter	1	2	77	88	99
c)	Whats App	1	2	77	88	99

MÓDULO VALORES DEMOCRÁTICOS

P16) Com qual das seguintes frases o(a) sr(a) concorda mais? **(LER FRASES) (RESPOSTA ÚNICA POR LINHA)**

1() A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo

2() Em algumas situações, é melhor uma ditadura do que uma democracia 3(

) Tanto faz ou nenhuma das duas é melhor

88() NS

99() NR

P17) Nos dias de hoje, como o(a) sr(a) avalia a democracia no Brasil. O(A) sr(a) diria que: **(LER FRASES) (RESPOSTA ÚNICA POR LINHA)**

1() É uma democracia plena

2() É uma democracia com problemas menores

3() É uma democracia com graves / grandes problemas

4() Não é uma democracia

88() NS

99() NR

P18) De uma maneira geral, o(a) sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a), insatisfeito(a) ou muito insatisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?

1() Muito satisfeito

2() Satisfeito

3() Insatisfeito

4() Muito insatisfeito

88() NS

99() NR

P19) Na opinião do(a) sr(a), para uma sociedade ser considerada democrática, o(a) sr(a) considera **(LER ITEM A ITEM)** um aspecto muito importante, importante, pouco importante ou nada importante: **(RESPOSTA ÚNICA POR LINHA) (APLICAR RODÍZIO)**

		Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	NS	NR
a)	Liberdade para criticar o governo	1	2	3	4	88	99
b)	Emprego para todos	1	2	3	4	88	99
c)	Eleições livres e iguais	1	2	3	4	88	99
d)	Menor diferença de renda entre ricos e pobres	1	2	3	4	88	99

P20) Agora eu gostaria de saber quanto o(a) sr(a) confia em cada uma das instituições que vou ler. De uma maneira geral, o(a) sr(a) você confia sempre, confia na maior parte do tempo, confia às vezes ou nunca confia no(a)... **(LER ITEM A ITEM)? (RESPOSTA ÚNICA POR LINHA) (APLICAR RODÍZIO)**

		Confia sempre	Confia na maior parte do tempo	Confia às vezes	Nunca confia	NS	NR
a)	No Congresso Nacional	1	2	3	4	88	99

b)	Na Assembleia Legislativa de Goiás	1	2	3	4	88	99
c)	Na Câmara dos Vereadores de Goiânia	1	2	3	4	88	99
d)	Na igreja católica	1	2	3	4	88	99
e)	Nos partidos políticos	1	2	3	4	88	99
f)	Na imprensa (rádio, jornal, TV)	1	2	3	4	88	99
g)	Na polícia	1	2	3	4	88	99
h)	Na Justiça (Tribunais)	1	2	3	4	88	99

P21) Irei ler algumas afirmações. Para cada uma delas gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se concorda totalmente, concorda em parte, discorda em parte ou discorda totalmente. **(LER ITEM A ITEM)** O(A) sr(a) concorda totalmente, concorda em parte, discorda em parte ou discorda totalmente dessa afirmação? **(APLICAR RODÍZIO) (RESPOSTA ÚNICA)**

	Concorda totalmente	Concorda em parte	Nem concorda, nem discorda (ESPONTANEA)	Discorda em parte	Discorda totalmente	NS	NR
a) A democracia é o melhor sistema político para o Brasil	1	2	3	4	5	88	99
b) Os políticos não se preocupam muito com pessoas como eu	1	2	3	4	5	88	99
c) De modo geral, as eleições no Brasil são feitas de maneira limpa, sem fraudes, e têm resultados confiáveis	1	2	3	4	5	88	99
d) Pessoas como eu não têm nenhuma influência sobre as decisões do governo	1	2	3	4	5	88	99
e) No geral, a política é muito complicada para pessoas como eu	1	2	3	4	5	88	99

P22) As pessoas têm opiniões muito diferentes sobre os partidos políticos. Gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se concorda totalmente, concorda em parte, discorda em parte ou discorda totalmente das opiniões que vou ler? **(LER ITEM A ITEM)** O(A) sr(a) concorda totalmente, concorda em parte, discorda em parte ou discorda totalmente dessa afirmação? **(APLICAR RODÍZIO) (RESPOSTA ÚNICA)**

	Concorda totalmente	Concorda em parte	Nem concorda, nem discorda (ESPONTANEA)	Discorda em parte	Discorda totalmente	NS	NR
a) Os partidos servem apenas para dividir as pessoas / o povo	1	2	3	4	5	88	99
b) Os partidos são necessários para defender os direitos de grupos e classes sociais	1	2	3	4	5	88	99
c) Os partidos são necessários para resolver os problemas dos cidadãos	1	2	3	4	5	88	99
d) Os partidos se criticam muito entre si, mas na verdade são todos iguais	1	2	3	4	5	88	99

e) A maioria dos partidos não se interessa pelas opiniões das pessoas	1	2	3	4	5	88	99
---	---	---	---	---	---	----	----

P23) (MOSTRAR CARTÃO #1) Agora eu queria saber o que o(a) sr(a) sente quando se fala de partidos políticos. Dos sentimentos que vou ler, diga-me, por favor, qual deles descreve melhor o que o(a) sr(a) sente em relação aos partidos políticos? E em segundo lugar? (ATÉ DUAS MENÇÕES – ANOTE NA ORDEM CITADA NOS ESPAÇOS ABAIXO – CASO DEIXE DE CITAR, ANOTE ‘NÃO RESPONDEU’).

1º LUGAR: |____|____|

2º LUGAR: |____|____|

- 1() Entusiasmo
 2() Indiferença
 3() Aborrecimento
 4() Desconfiança
 5() Compromisso
 6() Irritação
 7() Interesse
 8() Esperança
 9() Decepção
 10() Felicidade
) Nenhum (NÃO)
 11(LER)
 88() NS
 99() NR

P24) Qual é o partido político de sua preferência, aquele que o(a) sr(a) mais gosta ou que mais representa a sua maneira de pensar? (ESPONTÂNEA) (RESPOSTA ÚNICA)

13 PT	65 PC do B	Outro: _____
45 PSDB	23 PPS	55 Nenhum
40 PSB	20 PSC	88 NS
43 PV	50 PSOL	99 NR
15 PMDB	16 PSTU	
14 PTB	29 PCO	
25 DEM	11 PP	

P25) E qual é o partido político de que o(a) sr(a) menos gosta, que menos representa a sua maneira de pensar ou no qual o(a) sr(a) não votaria de jeito nenhum? (ESPONTÂNEA) (RESPOSTA ÚNICA)

13 PT	65 PC do B	Outro: _____
45 PSDB	23 PPS	55 Nenhum
40 PSB	20 PSC	88 NS
43 PV	50 PSOL	99 NR
15 PMDB	16 PSTU	
14 PTB	29 PCO	
25 DEM	11 PP	

P26) (MOSTRAR CARTÃO #2) Nesse cartão há uma escala, de 1 a 10, na qual o número 1 significa “esquerda” e o 10 significa “direita”. De acordo com o sentido político que os termos “esquerda” e “direita” têm para o(a) sr(a), onde o(a) sr(a) se situa nesta escala?

Esquerda	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Direita	NA*	NS	NR
												77	88	99

*SE O ENTREVISTADO DISSER QUE NÃO SABE O SENTIDO POLÍTICO DE DIREITA E ESQUERDA → pule para P29

P27) (MOSTRAR CARTÃO #2) Em qual posição da mesma escala de 1 a 10 o(a) sr(a) colocaria cada um dos seguintes partidos? (PEDIR AO ENTREVISTADO QUE INDIQUE A POSIÇÃO EM QUE COLOCARIA E CIRCULAR O NÚMERO CORRESPONDENTE). (APLICAR RODÍZIO)

	Esquerda	2	3	4	5	6	7	8	9	Direita	NS	NR
a) PSDB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99
b) PT	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99
c) PMDB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99

d) DEM	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99
e) PSOL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99

P28) (MOstrar CARTÃO #2) Em qual posição da mesma escala de 1 a 10 o(a) sr(a) colocaria cada um dos seguintes políticos? (PEDIR AO ENTREVISTADO QUE INDIQUE A POSIÇÃO EM QUE COLOCARIA E CIRCULAR O NÚMERO CORRESPONDENTE). (APLICAR RODÍZIO)

	Esquerda	2	3	4	5	6	7	8	9	Direita	NS	NR
a) Marina Silva	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99
b) Dilma Rousseff	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99
c) Aécio Neves	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99
d) Marconi Perillo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99
e) Iris Resende	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99
f) Ronaldo Caiado	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	88	99

P29) Agora vou ler algumas frases e gostaria de saber com qual o(a) sr(a) concorda mais: (LEIA TODAS AS ALTERNATIVAS ATÉ A INTERROGAÇÃO – APLICAR RODÍZIO).

a)	1() Possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender	OU	2() A posse de armas deve ser proibida, pois representa ameaça à vida de outras pessoas?	88 NS
b)	3() Boa parte da pobreza está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar	OU	4() Boa parte da pobreza está ligada à falta de oportunidades iguais para que todos possam subir na vida?	88 NS
c)	5() Pessoas pobres de outros países e Estados que vêm trabalhar na sua cidade acabam criando problemas para a cidade	OU	6() Pessoas pobres de outros países e Estados que vêm trabalhar na sua cidade contribuem com o desenvolvimento e a cultura da cidade?	88 NS
d)	7() A maior causa da criminalidade é a falta de oportunidades iguais para todos	OU	8() A maior causa da criminalidade é a maldade das pessoas?	88 NS
e)	9() A pena de morte é a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves	OU	10() Não cabe à Justiça matar uma pessoa, mesmo que ela tenha cometido um crime grave?	88 NS
f)	11() O uso de drogas deve ser proibido porque toda a sociedade sofre com as consequências	OU	12() O uso de drogas não deve ser proibido, porque é o usuário que sofre com as consequências?	88 NS
g)	13() A homossexualidade deve ser aceita por toda a sociedade	OU	14() A homossexualidade deve ser desencorajada por toda a sociedade?	88 NS
h)	15() Acreditar em Deus torna as pessoas Melhores	OU	16() Acreditar em Deus não necessariamente torna uma pessoa melhor?	88 NS
i)	17() Os sindicatos são importantes para defender os interesses dos trabalhadores	OU	18() Os sindicatos servem mais para fazer política do que defender os trabalhadores?	88 NS
j)	19() Adolescentes que cometem crimes devem ser reeducados	OU	20() Adolescentes que cometem crimes devem ser punidos como adultos?	88 NS
k)	21() É bom que o governo atue com força na economia para evitar abusos das empresas	OU	22() Quanto menos o governo atrapalhar a competição entre as empresas, melhor para todos	88 NS
l)	23() É preferível pagar menos impostos ao governo e contratar serviços particulares de educação e saúde	OU	24() É preferível pagar mais impostos ao governo e receber serviços gratuitos de educação e saúde	88 NS
m)	25() Quanto menos eu depender do governo, melhor estará minha vida	OU	26() Quanto mais benefícios do governo eu tiver, melhor estará minha vida ?	88 NS
n)	27() O governo tem o dever de ajudar grandes empresas nacionais que corram o risco de ir à falência	OU	28() O governo não deve ajudar grandes empresas nacionais que corram o risco de ir à falência?	88 NS
o)	29() As leis trabalhistas no Brasil mais atrapalham o crescimento das empresas do que protegem os trabalhadores, por isso boa parte delas deveria ser eliminada	OU	30() As leis trabalhistas no Brasil mais protegem os trabalhadores do que atrapalham o crescimento das empresas, por isso boa parte delas deveria ter seus benefícios ampliados?	88 NS
p)	31() As empresas privadas devem ser as maiores responsáveis por investir no país e fazer a economia crescer	OU	32() O governo deve ser o maior responsável por investir no país e fazer a economia crescer?	88 NS

- 2() De vez em quando 88() NS
 3() Raramente 99() NR

P36) As pessoas participam do dia a dia das suas comunidades e expressam suas opiniões de diversas maneiras. Irei agora listar algumas atividades que as pessoas às vezes fazem para participar e expressar a opinião. Para cada uma, por favor me diga se você chegou a fazer alguma delas no ano passado.

		Sim	Não	NS	NR
a)	Tentou convencer alguém do seu ponto de vista ou opinião sobre uma questão pública?	1	2	88	99
b)	Tentou convencer alguém sobre em quem votar para presidente ou governador nas eleições de 2014?	1	2	88	99

P37) Vamos falar sobre outro assunto. Existem diversas formas de ações sociais e políticas pelas quais as pessoas podem expressar suas opiniões. Vou ler algumas diferentes formas de ação política que as pessoas podem adotar. Gostaria que você dissesse se já fez alguma dessas ações, se você poderia fazê-las, ou se nunca, em nenhuma circunstância, o faria. **(RESPOSTA ÚNICA) (LER AS OPÇÕES – APLICAR RODIZIO).**

		Já fez	Poderia fazer	Nunca faria	NS	NR
a)	Usar distintivo político (broches ou artigos com símbolo ou nome de algum partido)	1	2	3	88	99
b)	Assistir a um comício ou assembleia	1	2	3	88	99
c)	Solicitar dinheiro ou contribuir financeiramente para causas políticas	1	2	3	88	99
d)	Escrever sobre questões políticas em um blog ou rede social	1	2	3	88	99
f)	Participar de greves.	1	2	3	88	99
g)	Participar de manifestações ou passeatas.	1	2	3	88	99
h)	Participar de boicote (por ex., deixar de comprar produto de determinada marca como forma de protesto).	1	2	3	88	99
i)	Parar o trânsito, ocupar prédios, fábricas, lotes, escolas	1	2	3	88	99

MÓDULO VALORES MATERIALISTAS E PÓS-MATERIALISTAS

P38) **(MOSTRAR CARTÃO #4)** Fala-se muito sobre quais objetivos o Brasil deve procurar atingir nos próximos dez anos. Neste cartão estão alguns objetivos que as pessoas dariam prioridade. Qual deles o(a) sr(a) acha o mais importante? **(Assinale uma resposta na coluna “primeiro mais importante”).** E em segundo lugar? **(Assinale uma resposta na coluna “segundo mais importante”).**

		Primeiro mais importante	Segundo mais importante	NS	NR
a)	Alto nível de crescimento econômico.	1	1	88	99
b)	Garantir um forte sistema de defesa militar para o país.	2	2	88	99
c)	Aumentar a participação das pessoas nas decisões que são tomadas em seus trabalhos e em suas comunidades.	3	3	88	99
d)	Tentar fazer com que as nossas cidades e o interior do país fiquem mais bonitos.	4	4	88	99

P39) **(MOSTRAR CARTÃO #5)** Se tivesse que escolher, qual dessas coisas o(a) Sr.(a) diria que é a mais importante atualmente? **(Assinale uma resposta na coluna “o primeiro mais importante”).** E em segundo lugar? **(Assinale uma resposta na coluna “o segundo mais importante”).**

		Primeiro mais importante	Segundo mais importante	NS	NR
a)	Manter a ordem no País.	1	1	88	99
b)	Aumentar a participação do povo nas decisões importantes do Governo.	2	2	88	99
c)	Combater o aumento dos preços	3	3	88	99
d)	Proteger a liberdade de expressão.	4	4	88	99

P40) (MOSTRAR CARTÃO #6) Aqui está outra lista. Em sua opinião, qual dessas coisas é a mais importante? (Assinale uma resposta na coluna “o primeiro mais importante”). E em segundo lugar? (Assinale uma resposta na coluna “o segundo mais importante”)

		Primeiro mais importante	Segundo mais importante	NS	NR
a)	Uma economia estável.	1	1	88	99
b)	Progresso em direção a uma sociedade mais humana e menos impessoal.	2	2	88	99
c)	Progresso em direção a uma sociedade na qual as ideias têm mais valor que o dinheiro.	3	3	88	99
d)	Combate à criminalidade	4	4	88	99

MÓDULO ESTRATIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

Para terminar, gostaria de lhe fazer apenas mais algumas perguntas para definir melhor o seu perfil.

P41) O IBGE - instituto que faz os censos no Brasil - usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça? (LER OPÇÕES 1 a 5) (RESPOSTA ÚNICA)

- 1() Branca 4() Amarela
2() Preta 5() Indígena
3() Parda

P42) Qual é a sua religião? (ESPONTÂNEA – RESPOSTA ÚNICA)

- 1() Católica Apostólica Romana 12() Adventista
2() Assembleia de Deus 13() Testemunha de Jeová
3() Batista/ Metodista/ Presbiteriana 14() Judaica
4() Universal do Reino de Deus 15() Espírita/ Kardecista
5() Deus é Amor 16() Afro-Brasileiras (Umbanda, Candomblé)
6() Evangelho Quadrangular 17() Orientais (Budismo, Islamismo, etc)
7() Igreja Internacional da Graça 18() Outras religiões
8() Renascer em Cristo 19() É religioso mas não segue nenhuma
9() Sara nossa terra 20() Ateu
10() Outras Evangélicas específicas 21() Agnóstico
11() Evangélica - Não sabe especificar 22() Não tem religião
99() NR

P43) Agora mudando de assunto, o(a) sr(a) ou alguém em sua casa recebe ajuda mensal em dinheiro ou em produtos do Governo Federal?

- 1() Sim 88() NS
2() Não 99() NR

P44) E o(a) sr(a) ou alguém em sua casa recebe ajuda mensal em dinheiro ou em produtos do Governo do Estado de Goiás?

- 1() Sim 88() NS
2() Não 99() NR

P45) Qual é a sua ocupação principal? (LER AS OPÇÕES)

- 1() Aposentado 8() Empregador
2() Autônomo (por conta própria) 9() Vive de rendas (como aluguéis)
3() Desempregado 10() Proprietário rural
4() Dona de casa 12() Trabalhador rural
5() Estudante 13() Outra. Qual: _____
6() Funcionário de empresa privada
7() Funcionário Público 99() NR

P46) **(CARTELA DE RENDA)** A nossa entrevista está chegando ao fim. Apenas para dados de classificação, gostaria que o(a) sr(a) informasse Em qual destas faixas está a sua renda individual do mês passado, de acordo com o salário mínimo **(RESPOSTA ÚNICA)**:

- 1() Até 1 salário mínimo (R\$ 788,00)
- 2() Mais de 1 a 2 SM (R\$ 788,01 a R\$ 1.576,00)
- 3() Mais de 2 a 5 SM (R\$ 1.576,01 a R\$ 3.940,00)
- 4() Mais de 5 a 10 SM (R\$ 3.940,01 a R \$7.880,00)
- 5() Mais de 10 a 15 SM (R\$ 7.880,01 a R\$ 11.820,00)
- 6() Mais de 15 a 20 SM (R\$ 11.820,01 a R\$ 15.760,00)
- 7() Mais de 20 SM (Acima de R\$ 15.760,00)
- 88() Não tem rendimento pessoal
- 99() Não respondeu

P47) **(CARTELA DE RENDA)** E em qual destas faixas está a renda total da sua família no mês passado, somando as rendas de todas as pessoas que moram com você, inclusive a sua? **(RESPOSTA ÚNICA)**

- 1() Até 1 salário mínimo (R\$ 788,00)
- 2() Mais de 1 a 2 SM (R\$ 788,01 a R\$ 1.576,00)
- 3() Mais de 2 a 5 SM (R\$ 1.576,01 a R\$ 3.940,00)
- 4() Mais de 5 a 10 SM (R\$ 3.940,01 a R \$7.880,00)
- 5() Mais de 10 a 15 SM (R\$ 7.880,01 a R\$ 11.820,00)
- 6() Mais de 15 a 20 SM (R\$ 11.820,01 a R\$ 15.760,00)
- 7() Mais de 20 SM (Acima de R\$ 15.760,00)
- 99() Não respondeu

SETOR) SETOR CENSITÁRIO (Usar código do roteiro - grade)